

# **Mestrado em Ecologia Humana**

## **Dissertação**

**Setembro de 2017**

**Reflexão sobre a integração de princípios do (s) ecofeminismo  
(s) e do pensamento sistémico na elaboração de diretrizes  
políticas e projetos de desenvolvimento da sociedade civil**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de MESTRE em ECOLOGIA HUMANA, realizada sob a  
orientação científica de:

**PROFESSORA DOUTORA IVA MIRANDA PIRES**

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

## **Declarações**

Declaro que esta dissertação de mestrado é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

(Pedro Brum)

Lisboa, de

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Doutora Iva Miranda Pires, pelo apoio prestado durante todo o curso

A todas (os) as (os) colegas,  
Muito em especial ao Carlos Jesus

Às (os) oito entrevistadas (os), pela disponibilidade

**Resumo:**

O presente estudo aborda a questão ambiental através de uma reflexão sobre princípios resultantes da identificação de elementos comuns entre dois enquadramentos conceituais atuais: o ecofeminismo e o pensamento sistémico. São estes princípios a “sensibilidade às questões de género”, a “valorização das vozes das minorias” e a “centralização na natureza (biocentrismo)” (Stephens, Jacobson e King 2009 e 2010; e Stephens 2012 e 2015).

Estes princípios foram concebidos para serem utilizados na realização de projetos, planos de ação, diretrizes políticas e desenvolvimento da sociedade civil, para promoverem a emancipação coletiva, de indivíduos e ecologias, e contestarem injustiças e exclusões.

Stephens (2012 e 2015) pretende, através do uso destes princípios, promover a integração no paradigma do pensamento sistémico de uma consideração consciente do género, de forma a colmatar uma lacuna existente neste quadro teórico e a promover uma intervenção sistémica social positiva adequada.

Realiza-se no presente estudo, primeiro uma reflexão sobre os dois enquadramentos conceituais em questão, nomeadamente, o ecofeminismo e o pensamento sistémico, assim como sobre as suas diferentes derivações e, depois, uma reflexão sobre como os princípios mencionados podem, ou não, ser integrados na elaboração de diretrizes políticas e projetos de desenvolvimento da sociedade civil em Portugal.

**Palavras-chave:** Ecofeminismo, Pensamento Sistémico, Ecologia, Género

**Abstract:**

The present study addresses the environmental issue through a reflection on principles resulting from the identification of common elements between two current conceptual frameworks: ecofeminism and systems thinking. These principles are to "be gender sensitive", to "value the voices from the margins" and to "center nature"

(biocentrism) (Stephens, Jacobson and King 2009 and 2010; and Stephens 2012 and 2015).

These principles were conceived to be used for the realization of projects, action plans, policy guidelines and civil society development, to promote the collective emancipation of individuals and ecologies, and to challenge injustices and exclusions.

Through the use of these principles, Stephens (2012 and 2015) intends to promote the integration into the paradigm of systems thinking of a conscious consideration of gender, in order to fill an existent gap in this theoretical framework and to promote an adequate positive social systemic intervention.

In this study we first reflect on the two conceptual frameworks, namely ecofeminism and systems thinking, as well as their different derivations, and then we reflect on how the above mentioned principles may or may not be integrated into the drafting of policy guidelines and civil society development projects in Portugal.

**Keywords:** Ecofeminism, Systems Thinking, Ecology, Gender

# Índice

<b>Introdução</b>	7
<b>Capítulo 1: O (s) ecofeminismo (s)</b>	
1.1. Definição de ecologia, ecologia humana, e breve apresentação dos feminismos	12
1.2. O paradoxo da igualdade de género	18
1.3. O problema ambiental enquanto um problema grave, três quadros de soluções propostos e o ecofeminismo	19
1.4. O enquadramento do ecofeminismo	27
1.5. O ecofeminismo enquanto um movimento social	33
<b>Capítulo 2: O pensamento sistémico e o ecofeminismo</b>	
2.1. As três vagas de pensamento sistémico e definições	40
2.2. A abordagem ao problema ambiental através do pensamento sistémico	46
2.3. Princípios comuns ao pensamento sistémico e ecofeminismo	50
<b>Conclusões</b>	53
<b>Capítulo 3: Operacionalização de conceitos</b>	59
<b>Objetivos específicos e opção metodológica</b>	
3.1. Objetivos	60
3.2. Opção metodológica	61
3.3. Guião de entrevistas e hipóteses de trabalho	61
<b>Capítulo 4: Recolha e análise de informação</b>	
4.1. Perfis das (os) entrevistadas (os)	66
4.2. Análise do conteúdo das entrevistas	68
4.3. Discussão e limitações	80
<b>Referências Bibliográficas</b>	84
<b>ANEXO: Transcrição das entrevistas</b>	94

## **Introdução**

O presente estudo foi realizado com objetivo de finalizar o Mestrado em Ecologia Humana, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Através dele pretendeu responder-se a uma pergunta principal: os princípios da “sensibilidade às questões de género”, da “valorização das vozes das minorias” e da “centralização na natureza (biocentrismo)” (Stephens, Jacobson e King 2009 e 2010; Stephens 2012 e 2015), emergentes da identificação de elementos comuns entre dois enquadramentos conceituais atuais, o ecofeminismo e o pensamento sistémico, são passíveis de serem integrados na elaboração de diretrizes políticas e projetos de desenvolvimento da sociedade civil, em Portugal?<sup>1</sup>

Atendendo à abrangência e complexidade da questão central, a ultrapassar inequivocamente um trabalho de dissertação de mestrado, a investigação reportou-se essencialmente a uma reflexão sobre a questão central, que poderá ser frutífera para trabalhos futuros a serem desenvolvidos sobre este tema.

No que respeita ao âmbito temporal e espacial do estudo, a investigação reportou-se, especificamente, ao momento presente e à integração dos princípios mencionados na elaboração de diretrizes políticas e de projetos de desenvolvimento da sociedade civil portuguesa.

Pretendeu realizar-se o estudo pelos seguintes motivos principais:

1.º O estudo abordou dois enquadramentos conceituais relevantes para a atualidade: o ecofeminismo, enquanto um movimento social e académico, que aborda o problema ambiental de uma forma inovadora (Phillips e Rumens 2016) e o pensamento sistémico, enquanto um paradigma adequado para a abordagem de problemas super complexos e, mesmo, perversos, tal como o problema ambiental (Midgley 2014).

2.º A investigação debruçou-se sobre princípios que visam colmatar uma lacuna aparentemente existente no paradigma do pensamento sistémico, que é ausência de uma consideração consciente do género, de forma a promover-se uma intervenção sistémica social positiva adequada (Stephens 2012 e 2015).

3.º O princípio “centralização na natureza (biocentrismo)” representa uma abordagem crítica em relação às perspetivas mais correntes ao problema ambiental, à frente identificadas enquanto soluções “eco-eficientes” ou de “capitalismo verde”,

---

<sup>1</sup> Excluiu-se da presente dissertação a reflexão sobre dois outros princípios identificados por Stephens (2012 e 2015), ou seja, a “promoção da mudança social” e a “seleção de metodologias apropriadas”, este último referindo-se à adoção de formas pluralistas de se conceberem as investigações, num contexto pós-positivista, por exceder a dimensão possível para o presente estudo.

reconhecidas privilegiadamente pelos meios político-económicos e pela comunicação social (Lorente, Antolín e Doblás 2009 e WBCSD 1992).

4.º Os princípios “sensibilidade às questões de género”, “valorização das vozes das minorias” e “centralização na natureza” também promovem a emancipação coletiva, de indivíduos e ecologias, e contestam injustiças e exclusões (Stephens 2012 e 2015).

5.º Pretendeu identificar-se a sensibilidade dos portugueses em relação aos quadros conceituais e princípios mencionados, de forma a poder realizar-se, no futuro, uma abordagem mais profunda em relação a estes temas e questões.

Dividiu-se o estudo em duas partes. Numa primeira, realizou-se uma reflexão sobre os dois enquadramentos conceituais em questão, nomeadamente o ecofeminismo e o pensamento sistémico, assim como sobre as diferentes derivações destes enquadramentos. Através desta revisão de literatura, identificaram-se os elementos comuns dos dois enquadramentos mencionados, compreendendo-se como Stephens (2012 e 2015) considerou os princípios “sensibilidade às questões de género”, “valorização das vozes das minorias” e “centralização na natureza”, enquanto princípios passíveis de serem utilizados na realização de projetos, planos de ação, diretrizes políticas e desenvolvimento da sociedade civil.

Numa segunda parte, operacionalizaram-se os conceitos identificados na revisão de literatura. Determinaram-se, primeiro, as questões principais que nortearam a investigação empírica, a decorrerem do problema central e cuja resposta contribuiu para a reflexão proposta nesse problema. Depois, prosseguiu-se no estudo qualitativo através da inclusão de duas técnicas complementares, a análise de um documento, nomeadamente o Relatório “Género Território Ambiente: Estudo Diagnóstico e Criação de Indicadores de Género” (Gaspar e Queirós 2009) e a realização de oito entrevistas semiestruturadas, pois julgou-se ser esta a melhor forma de se obter as respostas às questões delimitadoras do objeto de estudo, tendo em consideração o tempo disponível e a dimensão da investigação. A informação recolhida, durante um período de quatro meses, foi posteriormente sistematizada, categorizada e analisada. No último capítulo, discutiu-se as respostas obtidas assim como os obstáculos e limitações presentes no estudo. Foi, então, possível avançar-se com a validação de uma das hipóteses equacionadas inicialmente.

## **Capítulo 1: O (s) ecofeminismo (s)**

### ***1.1. Definição de ecologia, ecologia humana, e breve apresentação do (s) feminismo (s)***

Pode definir-se ecologia como o “ramo da biologia que estuda as relações entre os organismos vivos e entre os organismos e seus ambientes (...)” (Art *et al.* 1993). Esta ciência tem, na atualidade, uma função de capital importância, pela sua aplicação concreta para a mitigação dos danos ambientais (Durand 1992: 83).

A Ecologia Humana constitui um novo paradigma científico que parte da compreensão da dependência mútua entre o sistema natural e o sistema social. Como tal, para a observação e compreensão da realidade, esta nova ciência social valoriza o pluralismo metodológico e, mesmo, o uso de metodologias inovadoras, reconhecendo a importância tanto do conhecimento das ciências naturais ditas exatas como o conhecimento oriundo das ciências sociais e humanas, postulando um “cruzamento de ciências”. Assim, irá fazer-se, nesta dissertação, o uso de conceitos oriundos de diferentes disciplinas, tais como a biologia, a geografia, a antropologia, a psicologia, a sociologia e a economia, para uma compreensão integrante da realidade (Pires e Craveiro 2011).

Na consideração da interdependência entre os sistemas natural e social, o ser humano não deve colocar-se meramente enquanto espectador de uma realidade que observa; tem, ele próprio, de centralizar-se na natureza, considerar-se enquanto uma espécie, entre outras, que invade, sucede e domina. A própria compreensão do ser humano enquanto espécie, não apenas como observador mas também como a realidade observada, é fundamental para se conseguir lidar com os danos e riscos ambientais da atualidade.

Enquanto herdeiro da Ecologia Humana, também este estudo reflete sobre as fronteiras da ética ambiental e os novos riscos ambientais, assim como sobre possíveis soluções políticas para a mitigação dos danos ambientais causados pelas comunidades humanas (Pires e Craveiro 2011).

Os feminismos, por sua vez, reportam-se a movimentos sociais. Estes são distintos entre si e têm operado em função de diferentes propósitos, em diferentes “vagas”, ao longo de mais de dois séculos; primeiramente, através da luta pela igualdade do gozo de direitos humanos fundamentais pelas mulheres, como por exemplo o direito ao sufrágio e, mais tarde, principalmente no século passado, através da organização de entidades formais, tais como associações, conselhos e outras entidades jurídicas. O termo

feminismo evoluiu com o tempo e pode ser categorizado através de três formas distintas: o feminismo moderado, reformista e radical. Estes movimentos evoluíram em torno da reivindicação da igualdade e da aspiração a uma identidade. Hoje, afirmam-se como movimentos caracterizados pela diversidade e heterogeneidade, devendo falar-se em “feminismos” (Cova 2007: 28-43).

Não é possível compreender-se o ecofeminismo sem primeiro abordar-se os feminismos, na medida em que as diferentes abordagens concernentes ao ecofeminismo decorrem dos feminismos (Gaard 2012; Sturgeon 1997: 184).

O (s) feminismo (s) no ocidente aborda o conceito de género, destrinchando-o do conceito de sexo. Enquanto este último se reporta à distinção biológica entre mulher e homem, o conceito de género refere-se a um “sistema de significados”, a espelhar um sistema sócio cultural (Schouten 2011: 15). As diferenças sexuais biológicas objetivas têm, no entanto, uma influência sobre a forma como são representados os homens e as mulheres. Esta representação espelha uma “manipulação simbólica de dados biológicos”. Esta manipulação produz uma hierarquização e, esta última, resulta numa desigualdade social (Breder 2010: 37-39).

O conceito de género refere-se, sobretudo, a uma categorização social, a integrar os diferentes comportamentos que a sociedade espera que mulheres e homens adotem, nas interações que estabelecem entre si. Neste sentido, a conceção societária do género deve compreender-se como sendo refém de fatores históricos, socioculturais, económicos, filosóficos e religiosos, entre outros, e como se encontrando em permanente construção (Dias 2015; Berger e Luckmann 2010). Assim, se identificarmos as mulheres como sendo seres mais emocionais e os homens como sendo seres mais racionais, as mulheres como preferindo o conforto do lar e os homens mais aventureiros, importa compreender os processos histórico-sociais que se encontram por detrás destes pressupostos e formas de representação.

A hierarquização e desigualdade social entre mulheres e homens, que tem marcado a história das sociedades ocidentais, têm sido asseguradas por via da cristalização de uma retórica social, que justifica a superioridade hierárquica do homem em relação à mulher. Esta retórica reporta-se a representações sobre os géneros e fundamenta-se nas diferenças biológicas entre mulheres e homens, para justificar as desigualdades e, desta forma, legitimar a injustiça (Dias 2015: 77-80).

Esta retórica social pode ser analisada através de um “modelo binário”, que identifica os estereótipos associados às mulheres e aos homens (*e.g.* as mulheres como sendo mais suaves, dependentes e passivas e os homens como sendo mais duros, independentes e ativos) que, porém, analisados individualmente, em nada refletem as diferenças biológicas (Schouten 2011, 40-41).

Se é fundamental a identificação e análise dos estereótipos associados às mulheres e homens, não menos importante é a compreensão das representações sociais como o resultado de um processo histórico.

O modelo atual reporta-se, em grande medida, ao modelo burguês, desenvolvido com a ascensão histórica da burguesia e consolidado com o processo da Revolução Industrial e conseqüente industrialização das economias. Este modelo assenta na compreensão da mulher como sendo naturalmente mais vocacionada para o espaço privado e para a maternidade e o homem para o espaço público e para as atividades produtivas. Os reflexos mais visíveis da atribuição à mulher do espaço privado ainda se constatarem hoje, a título meramente exemplificativo, no facto de se encontrarem com mais dificuldades mulheres políticas, titulares de altos cargos públicos ou presidentes de conselhos de administração de empresas. A consequência mais subtil da remissão da mulher para o espaço privado é o facto de esta aí ser mais facilmente controlada (Aboim 2008: 578-579).

A mulher tem empreendido, sobretudo nos últimos dois séculos, uma luta contra a desigualdade de que é vítima e em favor do respeito dos seus direitos, porém, vivemos ainda hoje num patriarcado, caracterizado pelo domínio do homem face à mulher nas diferentes esferas societárias, sejam elas económicas ou políticas, ou mesmo na vida privada (Schouten 2011: 16). No entanto, importa referir que as mudanças respeitantes às relações entre as mulheres e os homens têm vindo a ser cada vez mais substanciais no ocidente, sendo que o século XX representa a consolidação de alterações profundas nos papéis sociais de ambos, tanto no espaço privado como no espaço público. Tanto homens como mulheres ultrapassaram limites que lhes foram historicamente impostos. Os homens podem, na atualidade, realizar tarefas domésticas, tomar conta dos filhos, permanecer em casa no espaço privado enquanto as esposas realizam as atividades produtivas, no espaço público, e aí obtêm o sustento para a economia doméstica. As mulheres podem, inclusivamente, optar por uma carreira profissional em vez da constituição de uma família, carreira esta que pode, inclusivamente, ser uma carreira militar. Apesar destas alterações sociais, é ainda difícil às mulheres acederem a posições

cimeiras na sociedade, devendo falar-se numa “segregação vertical”. As mulheres também permanecem com rendimentos inferiores em relação aos homens, dispondo, da mesma forma, de menos tempo disponível do dia, pelo facto de se dedicarem, frequentemente, tanto à atividade produtiva quanto à vida doméstica (Schouten 2011: 47-51, 87-110). A verdade é que, apesar das mudanças sociais que tiveram lugar, um longo caminho tem ainda de ser percorrido, para se alcançar a igualdade material. Esse caminho passa pela compreensão das referências sociais vigentes, enquanto o reflexo de um contexto histórico, e por se desmascararem os mitos, a começar pelo mito de que muito já foi conseguido (Schouten 2011: 121).

A correção das desigualdades existentes e o esbatimento da dicotomia não passa apenas pela implementação de medidas positivas destinadas a melhorar as condições das mulheres, mas, de igual forma, na introdução de medidas destinadas à introdução do homem no espaço privado, o que aconteceu, por exemplo, através da promulgação de legislação respeitante à licença de paternidade.

Podemos aqui questionarmo-nos sobre se as medidas mais relevantes, que têm vindo a ser adotadas para a correção das desigualdades vigentes, são oriundas do setor privado ou do setor público. Aqui poderá referir-se a importância do setor público para o esbatimento das desigualdades, nomeadamente através da implementação de iniciativas políticas e normativas, que têm vindo a ser adotadas à medida que o regime democrático se vai desenvolvendo. Não poderá, no entanto, deixar de mencionar-se a importância da cumplicidade entre o público e o privado (Aboim 2008: 578-579).

No que respeita aos diferentes motores que têm vindo a impulsionar o esbatimento das desigualdades, deverão salientar-se os movimentos feministas, a constituição de associações, a realização de conselhos e a aprovação de instrumentos normativos. No que respeita a estes últimos, na Revolução Francesa salienta-se o papel de Olympe de Gouges, na redação da Declaração dos Direitos da Mulher, de 1789. Volvido um século, em 1888, fundou-se o Conselho Internacional das Mulheres. Ao longo de todo o século XX assistiu-se à ratificação, pela maioria das nações, de diferentes convenções internacionais para protegerem a mulher, em torno do tráfico humano (1921; 2000), da violência (1994), da prostituição (1950), da discriminação (1967; 1979; 1999) e de forma a estabelecerem-se os direitos políticos (1953) e civis das mulheres, como, por exemplo, no âmbito do casamento (1962). A Organização das Nações Unidas organizou conferências mundiais sobre as mulheres (1975; 1980; 1985; 1995) e, inclusivamente, sobre a igualdade de género, em 2000 (Gomes e Moreira 2012: 191-216).

As teorias feministas ocidentais chamam a atenção para o facto da desigualdade, injustiça e violência contra as mulheres terem uma raiz histórico-social e, conseqüentemente, para a importância de se analisar a própria história, para se encontrar a explicação destes fenómenos. Defendem que as sociedades se encontram alicerçadas no género e no domínio do homem em relação à mulher e que este domínio se realiza através do controlo pelo homem dos recursos naturais e simbólicos fundamentais. Referem, também, a existência de um controlo exercido por via da força física, cristalizado na história ao ponto de acabar por ser identificado, para além de um fenómeno social estruturante como, da mesma forma, um fenómeno “normal”. Esta violência surge associada à revolução industrial, à industrialização das sociedades ocidentais capitalistas, e à conseqüente divisão que se estabeleceu entre o domínio público para a produção e o domínio privado, enquanto espaço para a família. O estabelecimento da família no espaço privado, enquanto um “santuário familiar”, corresponde, na realidade, ao estabelecimento de um espaço para o controlo das mulheres e onde a violência contra elas pode ser praticada de forma impune. Neste sentido, é de capital importância trazer-se, de novo, o lar familiar de volta para o espaço público, sendo aí a esfera adequada para se encontrar uma solução para a desigualdade. Como se constata, as teorias feministas desconstruem a sacralidade do casamento formalizada através da religião cristã, passando o matrimónio a ser compreendido num contexto social patriarcal, enquanto uma instituição que gera uma distribuição desigual de poder entre a mulher e o homem. O casamento passa a ser identificado como um instrumento que gera desigualdade e domínio, e facilita a ocorrência de práticas violentas dos homens em relação às mulheres. Neste sentido, deve compreender-se que é a própria estrutura social que gera a relação de domínio e a violência. Mesmo existindo na atualidade um normativo contrário à violência contra as mulheres, a verdade é que a estrutura socioeconómica permanece propiciadora do domínio e da violência a ela associados. O século passado foi marcado por uma série de iniciativas para combater estas agressões, nomeadamente através da criação de tipos legais de crimes, legislação mais especificada sobre a matéria, criação de refúgios, assim como iniciativas para a própria consciencialização da gravidade das condutas. No entanto, estas iniciativas podem ser perspectivadas como legitimadoras da própria agressão, enquanto “expressão da identidade masculina” (Dias 2007: 400-407). A própria “oposição a essa dominação não está prevista na definição do seu papel de género” (Lisboa *et al.* 2006: 232).

No momento atual, pode referir-se que a instituição da família está a perder a sua força, face a uma exacerbação cada vez maior do “eu”. Esta afirmação do indivíduo, do “self”, pode conduzir à desagregação, no entanto, a verdade é que contribui para uma valorização de valores como o amor e a intimidade, possibilitando, desta forma, a diminuição da desigualdade (Aboim 2008, 562-568).

Os custos resultantes da violência perpetrada contra a mulher são muitos, em diferentes esferas, desde logo ao nível da saúde física da mulher, podendo aqui referir-se a impreparação frequente dos técnicos de saúde, para lidarem com este tipo específico de danos. Mas refira-se, de igual forma, a violência psicológica contra a mulher e os danos psicológicos que lhe estão associados, nomeadamente a estigmatização, os sentimentos de vergonha e de culpa e a baixa autoestima das mulheres vítimas. Os danos poderão ser diretos, porém, há que mencionar-se o facto das mulheres, frequentemente, somatizarem os traumas de que são vítimas. Também é fundamental mencionar-se os custos ao nível da esfera afetiva da mulher, sobretudo na família e com os amigos (Lisboa *et al.* 2006).

Os custos financeiros e económicos da violência contra as mulheres são muito elevados e diversos entre si. Desde logo, os custos financeiros referem-se aos custos em despesas do Estado, a refletirem-se nos impostos pagos pelos contribuintes, e que se obtêm, desde logo, com a contabilização dos cuidados de saúde com as vítimas e dos custos no aparelho judicial e institucional associado a esta problemática. Os custos económicos individuais referem-se não apenas aos custos médicos que recaem diretamente sobre as mulheres vítimas, mas, também, em relação às repercussões nas suas atividades laborais, entre outras (Lisboa *et al.* 2006).

Por fim, refira-se o papel que as religiões têm tido, ao longo da história, na conformação dos papéis e sistemas de representações societários. As religiões utilizam, em geral, uma narrativa que coloca o homem numa posição hierarquicamente superior, legitimando o seu domínio em relação às mulheres (Schouten 2011: 42-43).

Na religião cristã, a mulher surge através de diferentes formas: o Antigo Testamento apresenta Eva como a sedutora e, no Novo Testamento, a mulher surge através de Maria, virgem e mãe, e de Maria Madalena, a pecadora. O Antigo Testamento refere, numa versão do livro de Génesis, a mulher como tendo sido criada a partir do homem e, no Novo Testamento, tanto Paulo como Pedro, referem a importância das mulheres obedecerem aos seus maridos. Também a implementação dos textos sagrados cristãos aceites pelas diferentes tradições, católica e protestantes, não

tem estabelecido, historicamente, a igualdade. A desigualdade também se encontra nas religiões hindu, judaica e islâmica (Schouten 2011: 42-43).

### ***1.2. O paradoxo da igualdade de género***

Se é inequívoca a imperatividade de se promover a igualdade do gozo de direitos humanos fundamentais pelas mulheres, já a igualdade de género tem vindo a ser questionada (Eia 2010).

A sociedade pode ser desenvolvida em termos de igualdade de género, porém, os interesses poderão continuar a ser diferentes. Na maior parte das sociedades, tanto as industrializadas quanto as sociedades em desenvolvimento económico, as mulheres demonstram pouco interesse por atividades relacionadas com áreas técnicas, se bem que, em sociedades com maiores dificuldades económicas, as mulheres poderão ter de optar por desenvolverem atividades técnicas, devido à ausência, frequente, de escolhas (Eia 2010).

Será esta factualidade devida à sociedade e à cultura? Ou a explicação encontrar-se-á no próprio cérebro das pessoas e em fatores biológicos? Esta possibilidade questiona a ideia de que, ao tratarmos as crianças de forma diferente desde a infância, consciente ou inconscientemente, tal irá condicionar todo o processo de aquisição de uma identidade. Estudos realizados, como por exemplo, com crianças nascidas com genitais deformados, demonstram que existem padrões no que respeita a meninas procurarem brinquedos femininos e a meninos procurarem brinquedos masculinos; todos, a partir dos nove meses de idade, indiciam a existência de uma disposição biológica referente ao género, identidade ou comportamento que o “ambiente, expectativas e valores que nos rodeiam irão aumentar ou atenuar” ([tradução livre] Eia 2010). Também em experiências com crianças recém-nascidas, com um dia de idade, sem que tenham tido tempo de assimilar comportamentos sociais, em que lhes foram apresentados, em simultâneo, uma cara e um objeto mecânico, conclui-se que as meninas olham durante mais tempo para a cara e os meninos para o objeto. O facto é que os nascituros produzem, durante a gestação, diferentes tipos de hormonas, sendo que os nascituros masculinos produzem duas vezes mais testosterona que os nascituros femininos, o que influencia a forma como o cérebro se desenvolve. Tendo-se concluído que, quanto maior o nível de testosterona mais lento o desenvolvimento da linguagem,

menor o contacto ocular com os interlocutores e mais lento o desenvolvimento social. Também as meninas que receberam uma quantidade maior de testosterona se enquadram normalmente no padrão de escolha de brinquedos masculinos. As crianças incluídas nesta experiência foram acompanhadas até aos oito anos de idade, tendo-se concluído que as crianças com maiores níveis de testosterona tiveram mais dificuldades de empatia, menor reconhecimento das emoções das outras pessoas e mais dificuldades na adoção da perspectiva das outras pessoas, porém, demonstrando um maior interesse em sistemas e na compreensão de como funcionam os objetos. Estes testes direcionaram-se, assim, para uma compreensão do ser humano para além do sexo, considerando, sobretudo, os níveis das hormonas, para a identificação dos padrões de interesses (Eia 2010).

As características dos seres humanos devem, também, ser consideradas enquanto o resultado de um longo processo de seleção, de milhares de anos. Da mesma forma, se são as mulheres que geram, seria estranho que não existisse um conjunto de fatores presentes para ajudar a mulher a desempenhar esta função. Assim, determinadas características associadas às mulheres, como a empatia, o evitar de confrontações perigosas que possam resultar em danos físicos ou psíquicos ou a importância atribuída à pertença ao grupo, aumentam a probabilidade de sobrevivência e melhoram as condições para as suas crianças, o que reflete o funcionamento de genes com muitos milhares de anos. Esta factualidade explica as profissões normalmente escolhidas pelas mulheres, de médicas, enfermeiras, técnicas de segurança social, professoras, o que não invalida as exceções existentes. Neste sentido, questiona-se como a forma como uma criança é tratada culturalmente possa ter um impacto tão profundo nos interesses de atividades das crianças ou nos seus cérebros. Estes estudos vêm concluir que uma sociedade desenvolvida em que as pessoas possam optar, irá, possivelmente, espelhar uma desigualdade de interesses existentes. Tal não significa que tudo se reporte à biologia, mas quererá dizer que ter-se-ão de enquadrar os fatores biológicos (Eia 2010).

Apesar destas considerações e da aparente existência de um paradoxo, tal como refere a Entrevistada n.º 1 na sua entrevista para a presente dissertação (cfr. Anexo), a consideração de um único género, ou melhor, do indivíduo em si, promove a participação para além das diferenças.

### ***1.3. O problema ambiental enquanto um problema grave, três quadros de soluções propostos e o ecofeminismo***

Apesar das controvérsias em torno do (s) ecofeminismo (s), que são apresentadas *infra* no ‘1.3.’ do presente capítulo, existe um consenso manifesto por parte deste (s) movimento (s) em relação à abordagem do problema ambiental, enquanto um problema grave a envolver danos profundos produzidos pelos seres humanos aos ecossistemas, a exigir um esforço global substantivo para a mitigação destes danos; aliás, o ressurgimento atual do ecofeminismo, após as controvérsias que tiveram lugar no seu seio surge, precisamente, da convicção de que “são necessárias, mais do que nunca, ideias radicais, estratégias e políticas que voltem a ligar o humano ao mundo mais-do-que-humano”, para se fazer face às “(...) emergências ambientais do presente” (Phillips e Rumens 2016: 5 e 11).

O problema ambiental começou a ser apresentado enquanto um problema grave desde o início da década de setenta, altura em que a comunidade científica começou a levantar a hipótese da possibilidade da ocorrência de uma catástrofe ecológica mundial até ao final do presente século, resultante dos danos ecológicos provocados pelos seres humanos. Esta questão teve a sua génese na consideração de que os recursos do planeta são limitados e de que o aumento populacional em curso afeta, por esse facto, necessariamente, os recursos disponíveis para cada pessoa. Também Hardin (1968) concluiu que a prossecução de interesses económicos individuais conduz, geralmente, à degradação dos recursos naturais públicos existentes. Deve-se, por isso, estabilizar a reprodução populacional e gerir-se os recursos públicos existentes. A incompreensão da importância da limitação, neste âmbito, da liberdade individual, terá como consequência a sobre-exploração dos recursos naturais comuns, e tal conduzirá a uma tragédia coletiva. A tecnologia não pode alterar esta realidade (Carson 1962; Hardin 1968; e Daly e Townsend *et. al.* 1993: 51-157).

O tema da “tragédia dos comuns” introduz a questão da gestão global dos recursos naturais e a própria inabilidade humana na avaliação dos processos graduais de consumo de recursos que existem em vastas quantidades, nomeadamente, de recursos que o ser humano julga inesgotáveis, como o solo, a atmosfera ou os recursos hídricos que, porém, são finitos (Goldstone 2006: 337).

Salienta-se aqui importância do livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson, publicado seis anos antes do artigo de Hardin, onde esta autora chama a atenção para o perigo do pesticida DDT para o ambiente e, em específico, para as aves. A publicação deste livro conduziu a um confronto direto entre interesses empresariais e o ambiente,

sendo, presentemente, esta autora considerada como um exemplo no que respeita à ética ambiental (DeMarco 2017).

A natureza predatória da extração e consumo dos recursos naturais e as consequências dos mesmos têm, necessariamente, conduzido à especulação sobre uma possível ocorrência de uma catástrofe ecológica mundial. Estas especulações adquiriram solidez, através das conclusões apresentadas pela comunidade científica.

Poderá apontar-se os estudos realizados pela equipa liderada por Dennis Meadows, encomendados pelo “think tank” (“grupo de reflexão” [tradução livre]) Clube de Roma, como um outro momento decisivo para a construção do problema de uma possível ocorrência de uma catástrofe ecológica a um nível global. O Relatório do Clube de Roma, publicado quatro anos depois do artigo de Hardin, em 1972, examina esta problemática através de diferentes ângulos, nomeadamente abordando a degradação do ambiente e outros problemas humanos económicos e sociais associados (Meadows, Donella H. *et al.* 1972).

As conclusões deste “grupo de reflexão” foram, posteriormente, abordadas na Conferência da Organização das Nações Unidas de Estocolmo sobre o Ambiente Humano, de 1972, que representa um segundo momento decisivo para a problematização e institucionalização do ambiente, enquanto um problema grave mundial. Esta conferência promoveu a perspetivação do problema da degradação do ambiente enquanto uma questão global, a ter de ser discutida entre todas as nações. Referiu, em particular, a importância histórica das sociedades passarem a cuidar do ambiente, sob pena de produzirem “danos imensos e irreparáveis ao ambiente da terra do qual dependem nossa vida e nosso bem-estar” (6.º Parágrafo da Declaração de Estocolmo). A Conferência de Estocolmo sobre o Ambiente Humano utilizou, pela primeira vez, de forma muito geral, o conceito de desenvolvimento sustentável (Mebratu 1998: 500). Este conceito foi utilizado com mais especificidade no relatório de 1980 da União Internacional para a Conservação da Natureza, denominado “A Estratégia Global para a conservação” (IUCN 1980). No entanto, apenas a Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento (Comissão de Brundtland), constituída pela Organização das Nações Unidas representa, conceitual e institucionalmente, através do seu relatório de 1987, a consolidação da aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável: doravante o problema ambiental seria referido não apenas às gerações presentes mas também às gerações futuras, reféns da política ambiental adotada pelas gerações presentes (Brundtland 1987).

Poderá apontar-se como um terceiro momento decisivo para a construção do problema ambiental enquanto um problema grave, a realização da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. O ambiente passou, então, a ser objeto de decisões técnicas específicas, a envolverem as diferentes nações e, conseqüentemente, a exigirem um esforço coletivo internacional para a sua implementação. A questão da possibilidade da ocorrência de uma catástrofe ambiental tornou-se, desde então, num tema recorrente. A Conferência do Rio de Janeiro sobre Ambiente e Desenvolvimento concebeu a Agenda 21, uma ferramenta com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável, a envolver não apenas as organizações governamentais como organizações não-governamentais e os diferentes Estados subscritores (Agenda 21, 1992).

No ano 2000, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração do Milênio, que refere 8 objetivos para o desenvolvimento do milênio (ONU 2000), que mais tarde se converteram em 17 medidas de desenvolvimento sustentável, para transformar o mundo de uma forma mais equilibrada (ONU 2015).

No momento atual, pode afirmar-se que o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, órgão da Organização das Nações Unidas criado em 1988 através da Conferência de Toronto sobre as Alterações na Atmosfera, é a entidade impulsionadora das preocupações ambientais, sobretudo, das sociedades mais desenvolvidas economicamente. Este Painel indicou que, na ausência de medidas assertivas até metade do século, para se evitar o aumento da temperatura média do planeta em mais de 2 graus celsius, tal poderá conduzir a um eventual cenário em que passem a ocorrer com frequência fenómenos climáticos extremos e uma profunda desregulação climática (IPCC 2014).

O Relatório Stern “Economia das Alterações Climáticas”, de 2006, ao advertir sobre as conseqüências da inação em relação ao problema das alterações climáticas, para o crescimento e desenvolvimento da economia global (Stern 2006), fez com que o diagnóstico do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas passasse a ser considerado com mais profundidade (Lorente, Antolín e Doblaz 2009: 315).

Apesar do trabalho desenvolvido ao longo destas quatro décadas, em relação à compreensão do problema ambiental e às soluções apresentadas para o mesmo, subsistem dúvidas substanciais em relação aos resultados obtidos. Assim, não é de estranhar que as opiniões diverjam, não apenas quanto às causas e dimensão do

problema ambiental, mas, igualmente, no que respeita às soluções adequadas para a sua resolução.

A controvérsia encontra-se, desde logo, no “eco-ceticismo”, que nega a existência de um problema ecológico grave, defendendo que o ser humano não tem de realizar correções significativas para mitigar os danos ambientais (NIPCC 2015 e Lorente, Antolín e Doblás 2009). Esta posição é negada, em absoluto, pelos membros da comunidade científica que defendem que o ser humano está a provocar uma sexta extinção massiva das espécies do planeta (*e.g.* Kolbert 2014). Da mesma forma, também as soluções ou tipos de soluções equacionadas para se mitigarem os danos ambientais, também divergem entre si. Desde logo, as soluções “eco-eficientes” ou de “capitalismo verde” distanciam-se significativamente das soluções “eco-sociais” e das “eco-radicais” (Lorente, Antolín e Doblás 2009).

As soluções “eco-eficientes” reportam-se, em primeira instância, à introdução de meras modificações ao nível da política económica, com vista à prossecução de um desenvolvimento económico sustentável (WBCSD 2006 e Common e Stagl 2005). Estas soluções rejeitam a existência de uma crise do capitalismo e, conseqüentemente, a necessidade de se inverterm os processos tanto da produção quanto do consumo (Latouche 2007).

A posição “eco-eficiente”, introduzida pelo World Business Council for Sustainable Development (2006), organização integrada por chefes executivos de empresas de mais de 70 países, é a posição dominante nas sociedades ocidentais industrializadas, é defendida pelas grandes empresas, e influencia a maioria dos discursos narrativos referentes ao problema ambiental. As soluções “eficientes” originam da filosofia político-económica neoliberal e caracterizam-se por apresentarem diretrizes para a gestão das disfunções e riscos ambientais. Defendem, sobretudo, o desenvolvimento de uma economia “verde”, o que inclui a produção de gamas de produtos alegadamente menos agressivos ao ambiente, a criação de um mercado de emissões de CO<sub>2</sub> e estruturam-se na crença de que o desenvolvimento da tecnologia e os peritos técnicos irão resolver os problemas ecológicos, por muito graves que estes sejam. A posição “eficiente” também promove a realização de estudos científicos que abordam factos incertos, imprevisíveis e incalculáveis, de uma forma pessimista e que, por esse facto, acabam por promover o medo e o risco, contribuindo para a promoção de uma sociedade de risco global (Beck 2007). Estas soluções visam, sobretudo, contrariar as tensões existentes em torno da questão ambiental, de forma a conservar-se o sistema

vigente (Lorente, Antolín e Doblas 2009: 315). De facto estas soluções não abordam fatores de capital importância, nomeadamente a forma como as sociedades industrializadas delapidam os recursos dos países em desenvolvimento, em proveito da manutenção de um ideário que promove o excesso de consumo (Gaard 2015).

Apesar da perspectiva “eficiente” ser maioritária, a verdade é que esta perspectiva sobre o problema ambiental não promoveu, até hoje, a obtenção de resultados significativos no sentido da inversão do curso de destruição da vida no planeta. Diversas posições ecofeministas explicam esta ausência de progressos na desinformação promovida por diferentes grupos de interesses, no facto dos discursos sobre o ambiente serem desmobilizadores do público em geral e no sentimento de impotência perante a gravidade do problema. Também referem a importância atribuída à filosofia neoliberal, que aborda o problema ambiental através de uma lógica economicista, promovendo, inclusivamente, como mencionado, a criação de um mercado de emissões de CO<sub>2</sub>, assim como o entendimento funcionalista de que a natureza é um instrumento para consumo, o que é entendido por estas posições como um contrassenso, considerando-se que, justamente, a lógica económica de produção para o consumo é uma das principais causas do problema ambiental e, nomeadamente, das alterações ecológicas que se encontram em curso no planeta (Phillips 2014; Phillips e Rumens 2016: 5-11).

A abordagem “eco-radical” da Ecologia Profunda rejeita os discursos “eco-eficientes”, acusa-os de serem superficiais e de partirem de uma conceção antropocêntrica do planeta que, ao separar o ser humano da natureza, coloca os ecossistemas como uma mera fonte de recursos para serem utilizados pelos seres humanos em seu proveito. A Ecologia Profunda defende a introdução de uma perspectiva de sustentabilidade forte, que aborda o mundo de uma forma integral. Segundo esta visão, o ser humano deve ser colocado ao mesmo nível que a natureza, sem que o primeiro domine e controle a segunda, pois ambos integram o mesmo planeta, o mesmo organismo vivo, e ambos são natureza. Esta equiparação abrange não apenas os seres vivos mas, inclusivamente, os seres não sencientes como, por exemplo, as montanhas: trata-se de uma igualdade biocêntrica ou ecocêntrica (este último termo abrange não apenas os seres vivos, mas também o ambiente, a casa “*oikos*”, em que estes estão inseridos). Apenas a introdução do biocentrismo poderá abrir campo para a restauração da natureza e resolução do problema ambiental. A Ecologia Profunda especifica que para o ser humano resolver a questão ambiental e promover um desenvolvimento sustentável tem, primeiro, de compreender a importância da natureza, e que este

entendimento somente é possível através de um despertar da consciência ecológica. A própria natureza necessitaria dessa consciencialização. A Ecologia Profunda defende, assim, a resolução da questão ambiental através da introdução de uma nova ética, com base na extensão do valor da vida humana às outras formas de vida do planeta (Devall e Sessions 1985: 22-25, 72, 88, 234).

Uma outra diferença que distancia a visão dominante “eficiente” da visão “radical” da Ecologia Profunda relaciona-se com a importância atribuída à ciência e à tecnologia. No que respeita à ciência, a Ecologia Profunda apresenta uma proposta alternativa, também ela muito distanciada da abordagem das teorias “eficientes”. Argumenta, sobretudo, que a ciência é “fragmentária e incompleta” e que a complexidade dos ecossistemas não pode ser apreendida através de um “modelo mecânico”. A própria ciência da ecologia é, em parte, e por estes motivos, irrelevante (Devall e Sessions 1985: 96 e 266). Introduce, por isso, o conceito de “ecosofia” (Sessions 1995: 187-194), colocando o foco na sabedoria e na consciencialização e, inclusivamente, nas intuições, como forma de se apreender e agir sobre a realidade. No que respeita à tecnologia, em específico, esta teoria “radical” defende que a aplicação tecnológica ao ambiente, para mitigar os danos ambientais, terá sempre efeitos limitados, perante a complexidade das estruturas dos ecossistemas, para além de refletir uma visão humana prepotente em relação à natureza. Esta teoria advoga, por isso, a não sobrevaloração tecnológica mas, em sentido contrário, a necessidade de uma reintrodução à natureza, sem a intervenção tecnológica, como forma de salvaguarda do ambiente. Esta perspetiva não é apresentada segundo um prisma meramente axiológico, advogando a sua aplicação concreta social; nomeadamente, através da organização de comunidades regionais mistas, em que o ser humano apenas possa decidir e atuar sobre parte de uma região, deixando a outra parte integralmente entregue à natureza, a ser deixada no seu estado natural, fora da disposição humana, incluindo do Estado. O movimento não nega que o ser humano tenha de modificar a natureza, porém, especifica que “o que está em causa é a natureza e extensão dessa interferência” (Devall e Sessions 1985: 19-20, 93, 164-168).

Como se constata, a conceção de desenvolvimento sustentável desta abordagem radical difere, em absoluto, da visão “eco-eficiente”, desde logo por se reportar à cura do Planeta, em prol tanto dos seres humanos quanto dos animais e plantas. Também existe um ponto fundamental na abordagem da sustentabilidade segundo a perspetiva “radical”, introduzida, desde logo pela sua visão espiritual da realidade: a

sustentabilidade surge do que é feito “hoje”. A própria concepção de “desenvolvimento” não pode ser aferida em termos de Produto Nacional Bruto, mas tão-somente através da melhoria efetiva das condições de vida no Planeta (Sessions 1995: 464).

Esta visão “radical” também se distingue da visão “eco-social”, apesar de esta última também criticar a visão “eco-eficiente”. A visão “social” atribui ênfase ao facto da questão ambiental ser uma questão social e de justiça social, a envolver as diferentes classes numa mesma sociedade e, da mesma forma, os países mais e menos desenvolvidos economicamente (Lorente, Antolín e Doblás 2009: 315). No entanto, a visão “eco-social” não representa uma rutura com o sistema maioritário. Já a abordagem “radical”, apesar da importância que atribui à dimensão social, defende a implementação de parâmetros que questionam o próprio modo de produção societário vigente: incentivam os sistemas comunitários autossuficientes, a troca direta e o respeito pelos ecossistemas das regiões, que passam a ser perspectivados como bio regiões. A abordagem “radical” não deixa, no entanto, de atribuir uma importância central à intervenção em prol da justiça social e ambiental; advoga, inclusivamente, a ação social direta, de forma a contribuir-se para a realização de mudanças na sociedade, mais do que uma vivência isolada, mesmo que em harmonia com o ambiente (Devall e Sessions 1985: 35-39).

A escola da Ecologia Profunda é contemporânea ao surgimento do ecofeminismo. Ambos os movimentos partem de uma mesma compreensão do problema ambiental enquanto um problema grave, que deve ser abordado através de uma mudança de consciências, porém, no que respeita à raiz do problema ambiental, ambos os movimentos divergem. O ecofeminismo concorda, em termos gerais, com o ecocentrismo da Ecologia Profunda; no entanto, aborda a raiz do problema ambiental enquanto um problema “intra” espécie humana, que se reporta às sociedades patriarcais e a questões sociais e não apenas enquanto um problema existente “entre espécies”, como o faz a Ecologia Profunda (Gaard 1998: 179-187). A Escola da Ecologia Profunda alega, no entanto, subsumir no seu quadro teórico as preocupações igualitárias e de justiça social, incluindo as preocupações feministas, questionando, porém, o antropocentrismo mais do que o androcentrismo. Por este facto, a Ecologia Profunda foi acusada de misantropia, ao que respondeu defendendo-se que o antropocentrismo apenas contesta as análises centradas no homem, sem colocarem a importância da espécie humana ao mesmo nível da importância das outras espécies. Naess, que concebeu esta escola “radical”, no entanto, argumentou que estes debates apenas se

reportam à teoria pois, na prática, a Ecologia Profunda e os movimentos ecofeministas cooperam bem entre si (Devall e Sessions 1985: 265-284).

Há que referir que os ecologistas profundos concordam que os homens têm uma maior responsabilidade do que as mulheres no que respeita aos danos ambientais, assim como os capitalistas e os brancos e os ocidentais, ou seja, os “mais plenamente humanos” ([tradução livre] Devall e Sessions 1985: 281). No entanto, esta Escola permanece neutral quanto à abordagem da questão da responsabilização societária, alegando que uma sociedade socialmente igualitária não será necessariamente mais benigna em termos ambientais, reforçando, desta forma, o seu foco na importância do ser humano *não se centrar* no âmbito na discussão da questão ambiental, mas *descentralizar-se* e perceber-se como uma espécie entre tantas outras espécies (Devall e Sessions 1985: 265-284).

#### ***1.4. O enquadramento do ecofeminismo***

O ecofeminismo é uma associação ou interseção entre “ecologia” e “feminismo (s)”, estabelecendo uma relação entre o género e a natureza e o problema ambiental. A associação destes dois sistemas tem conduzido a diferentes críticas e, também, a diferentes tipologias, conforme o enfoque dado na associação dos sistemas. Por exemplo, o “feminismo ecológico” atribui o enfoque ao feminismo. O “ecofeminismo”, no entanto, é inclusivo e pode reportar-se ou não a uma tipologia; pode, inclusivamente, reportar-se a uma essencialidade específica da mulher, mas não necessariamente. Atendendo à diversidade de perspetivas teóricas e práticas existentes, deverá referir-se a existência de “ecofeminismos”, como diferentes formas de abordagem e de expressão. Com efeito, não existe apenas um enquadramento teórico para o ecofeminismo, mas diversos. As profundas controvérsias que tiveram lugar em torno das dicotomias teoria / prática e essencialismo / anti essencialismo colocaram, inclusivamente, o ecofeminismo em questão. Apenas agora começa a emergir o entendimento de que se deve ligar as diferentes abordagens, mesmo que antagónicas (Phillips e Rumens 2016: 2, 32).

Sturgeon (1997) inventariou diversos tipos de ecofeminismo, usando como critério a distinção entre os tipos de ecofeminismo serem construtivistas ou essencialistas. Segundo ela, a necessidade de diferentes autores de se afirmarem contra o essencialismo conduziu à criação de diferentes tipologias, oriundas do feminismo. Sturgeon afirma que nenhuma destas tipologias conseguiu eliminar completamente o

essencialismo e colocaram, inclusivamente, a questão de se saber se estas tipologias separam a teoria da prática e tornam o ecofeminismo de “cor” invisível. Sturgeon refere-se, concretamente, ao “ecofeminismo social” de Biehl, ao “ecofeminismo socialista” de Merchant, ao “feminismo (ecológico) transformacional” de Warren, ao “ecofeminismo ecológico crítico” de Plumwood, ao “ecofeminismo conceptualista” de King, ao “ecofeminista” de Davion, ao “ecofeminismo” de Roach, ao “ecofeminismo social” de Heller e ao “socialismo verde feminista” de Mellors (Sturgeon 1997: 178-179).

De acordo com Sturgeon, Merchant, na sua versão mais recente do “ecofeminismo socialista”, perspetiva o ambiente e a natureza humana enquanto construções sociais, analisa as transformações ecológicas e sociais e propõe ações sociais que alega conduzir à justiça social e à sustentabilidade. Este tipo de ecofeminismo assume, desta forma, um papel analítico e passível de emitir recomendações de ações políticas a serem adotadas, mais do que um papel executivo. O ativismo do “ecofeminismo socialista” seria eminentemente académico e consistiria sobretudo na emissão de recomendações, nomeadamente a ativistas oriundas de países em desenvolvimento, o que, segundo Sturgeon, consistiu numa apropriação do ativismo realizado por mulheres destes países, mesmo nos casos em que estas não se afirmaram como ecofeministas. Sturgeon também menciona o facto de Merchant não referir o ativismo realizado pela “ecologia social”, nomeadamente de King, Salleh e Heller, e ao mencionar as ações de protesto contra a radiação nuclear, pesticidas, herbicidas, lixos tóxicos, químicos domésticos, centrais nucleares e armas nucleares, refere-as como movimentos ecológicos populistas, motivados por uma ligação à natureza reprodutiva da mulher e à oposição à tecnologia concebida por homens, ações que seriam o reflexo de um conhecimento teórico implícito ou “espiritual” das (os) ativistas. Sturgeon (1997) salienta ainda o facto de que o “ecofeminismo socialista”, apesar de criticar o ecofeminismo essencialista, menciona como exemplos de ativismo ecofeminista o ecofeminismo realizado em países em vias de desenvolvimento, como o de Shiva, Letelier, Castro e Afanasieva, ativistas que afirmam, de forma explícita, a existência de uma relação essencial da mulher à natureza, enquanto mães e enquanto tendo uma relação privilegiada com a natureza, devido ao trabalho realizado na lavoura (Sturgeon 1997: 180-183).

King aborda o essencialismo presente no ativismo ecofeminista, mencionando que a ligação da mulher à maternidade torna-a especialmente sensível aos danos ambientais

que possam ter consequências para a reprodução biológica. No entanto, o “ecofeminismo conceptualista” de King, não se dirigindo à componente do ativismo, deixa de fora a construção tática de identidades coletivas, assim como o uso destas identidades para a identificação de configurações de poder, nomeadamente no que respeita à mulher de cor e oriunda de classes sociais mais baixas, que se demonstrou terem estado bastante envolvidas nos movimentos de justiça ambiental mencionados por King (Sturgeon 1997: 183-184).

Sturgeon afirma, no que respeita à tipologia que apresentou, que nem todos os movimentos de ativismo se encontram associados ao essencialismo, e que nem todo o teorismo académico é anti essencialismo, e que, da mesma forma, nem todas as tipologias que referiu colocam a mulher de cor “invisível” no que respeita à produção teórica, no entanto, que estas tipologias, no seu esforço de negarem o essencialismo, acabam por deixar emergir, com frequência, estas conclusões. Esta autora defende que as tipologias podem promover a análise, a crítica e o debate, no entanto, que deve haver cautela de forma a não conduzirem à exclusão. Por este motivo, esta autora defende a forma como Gaard apresenta os feminismos e o ecofeminismo, este último enquanto derivação dos primeiros, e a forma como coloca o foco na importância do ativismo e na elaboração de estratégias contra o poder (Sturgeon 1997: 186; Gaard 2012).

A controvérsia existente no que respeita à identificação teórico-prática do ecofeminismo tão pouco encontra uma resposta através da identificação do início do uso do termo ‘ecofeminismo’. Este uso é comumente atribuído a Françoise d'Eaubonne, na sua obra “Le Feminism ou la Mort” (“O Feminismo ou a Morte”), de 1974. D'Eaubonne foi depois citada enquanto autora do termo, por Warren (1988), passando então a ser mencionada com frequência, nessa qualidade. No entanto, esta autoria inicial foi posteriormente questionada, tendo sido defendido que o termo surgiu naturalmente de contextos de diferentes iniciativas de ativismo internacional. Independentemente desta controvérsia, a verdade é que d'Eaubonne não representa um enquadramento teórico do ecofeminismo, nem tão pouco representa o ecofeminismo enquanto forma de ativismo (Phillips e Rumens 2016: 25-29). O seu trabalho pode, inclusivamente, ser descrito como tão ecofeminista quanto “anarco-feminista” (Gautero 2016).

Se procurarmos uma identificação teórico-prática do ecofeminismo através do seu movimento ativista mais expressivo, o Movimento Chipko, que será abordado *infra* no 1.4. do presente capítulo, a propósito da intervenção de Shiva, a verdade é que tão

pouco este movimento representa uma ancoragem teórica comumente aceite (Phillips e Rumens 2016: 25-29).

Cabe então procurar compreender-se o ecofeminismo através do seu desenvolvimento, num período de tempo aproximado de quatro décadas. Atribui-se o período de início do ecofeminismo ao final da década de 1970, associado sobretudo ao ativismo praticado no âmbito de questões tão diversas como a paz, os direitos dos animais, a desflorestação, o lixo tóxico, a desigualdade económica e social, a corrupção e o excesso de influência das empresas. No final da década de 1990, o ecofeminismo foi, no entanto, fortemente criticado por alegadamente se encontrar associado ao essencialismo (Gaard 2002). O trabalho de autoras como Sandilands, Cuomo e Sturgeon foi acusado de refletir o essencialismo. Nesta altura, mencionar a palavra ecofeminismo, no contexto académico, conduzia, de imediato, à invocação do debate existente sobre o tema (Phillips e Rumens 2016: 20).

A controvérsia trazida pelo essencialismo reporta-se à alegada reimersão da mulher nos estereótipos de género e nas narrativas combatidas, durante séculos, pelos feminismos. Ao admitir-se uma essência da mulher mais próxima da natureza, admite-se uma essência do homem mais racional, mais elevada e, conseqüentemente, mais apta a decidir e a governar. O que o essencialismo alegadamente faria seria legitimar uma narrativa originária no discurso platónico e consolidada no discurso cartesiano, que superioriza o homem, no que respeita ao primeiro, e dualiza o corpo (“res extensa”), que se opõe à razão (“res cogitans”), no que respeita ao segundo. Também as sociedades orientais desenvolveram narrativas para legitimarem a sobreposição patriarcal. O que a oposição ao essencialismo vem alegar é que esta visão, da proximidade da mulher em relação à natureza consiste numa construção social, que acaba por constituir um obstáculo à presença da mulher nos órgãos deliberativos políticos e nos conselhos de administração das empresas, a um nível paritário ao dos homens (Ruether 2005: 91-95).

O feminismo pós-estruturalista, além de criticar o ecofeminismo pelo seu alegado essencialismo, criticou-o também por ligar, estruturalmente, a opressão das mulheres aos danos ambientais. O feminismo pós-estruturalista, de Irigaray, Cixous, McNay e Braidotti, questiona a existência de uma estrutura, a-histórica e determinista, que existe para além de fatores históricos e socioculturais. A maior parte dos enquadramentos académicos teóricos ecofeministas partilham do mesmo entendimento de que o feminismo pós-estruturalista, defendendo que as causas de opressão, à mulher e ao

ambiente, têm a sua origem na história, nas instituições e na cultura (Phillips e Rumens 2016: 4).

Certas ecofeministas falam, no entanto, não de num essencialismo biológico, mas em afinidades materiais comuns entre mulheres, resultantes de um contexto socio-cultural-histórico, que podem ser perspetivadas como políticas (Warren 2000).

Uma das questões mais problemáticas que poderá ser levantada com o essencialismo reporta-se ao facto de, ao diferenciar-se a mulher do homem, poderá, por este motivo, questionar-se a igualdade dos direitos humanos. Este paradoxo, no entanto, poderá promover a evolução do pensamento e, conseqüentemente, o próprio acto de libertação (Selam 2006).

Durante este período da genealogia do ecofeminismo, tal como foi referido a propósito da apresentação das tipologias identificadas por Sturgeon, o ecofeminismo também foi acusado de ser um movimento minoritário da mulher branca, de ignorar as mulheres de cor e privilegiar perspetivas filosóficas pós-coloniais, de excluir, por esta factualidade, a maioria das ecofeministas, ativistas e espirituais, dos mais diversos pontos do planeta. Também foi criticado por romantizar as experiências de práticas e culturas indígenas, o que constituiria uma apropriação colonialista de iniciativas de ativismo de outras (os). No entanto, também esta apropriação ou exploração foi condenada por diferentes ecofeministas (Phillips e Rumens 2016: 5). Também se levantaram dúvidas sobre a adequação de se realizar uma análise feminista aos problemas ambientais. Da mesma forma, também questionou o facto de também as mulheres participarem da opressão patriarcal ao ambiente, como por exemplo, por via do consumo de produtos provenientes da indústria dos cosméticos. Também foi defendido, inclusivamente por ecofeministas, que o feminismo e a ecologia podem ser projetos solidários, sem que tenham, necessariamente, de se encontrar interligados. Apesar de terem um inimigo comum, o patriarcado, primeiro haveria que provar-se a existência de uma ligação inerente entre o patriarcado e o ambiente (Glazebrook 2002).

A ligação do ecofeminismo à espiritualidade (*e.g.* LeVasseur e Peterson 2017: 137-146) também foi foco de críticas, com base na alegação de que o ecofeminismo é exclusivamente político. No entanto, Warren refere que a espiritualidade proporciona um espaço alternativo, onde as mulheres podem mover-se para sistemas de afirmação de vida e terem uma base para ações cívicas pacíficas. A existência de uma ligação da mulher à espiritualidade também é defendida na medida em que questiona a abordagem reducionista e mecânica prevalecente das sociedades ocidentais (Glazebrook 2002).

Estas quase duas décadas de celeumas em torno do ecofeminismo vieram questioná-lo. No entanto, no momento presente, esta compreensão da realidade é defendida como uma forma de reação contra “constelações” de injustiça, a abrangerem diferentes áreas, ambiental, económica, social e cultural. O ser humano move-se, no momento atual, através de sistemas de compreensões e de relações, entre seres humanos e entre o ser humano e a natureza, que estão a afetar a vida no planeta de forma significativa. Esses sistemas de compreensões e de relações têm de ser repensados, de forma a reconectarem os seres humanos entre si e o ser humano com as diferentes formas de vida no planeta. Estas preocupações prementes constituem motivos para se ultrapassarem as diferentes acusações ao ecofeminismo, nomeadamente as provenientes do feminismo. O debate tem, no entanto, de aprofundar-se, devendo abranger áreas tão diversas como o pós-colonialismo e pós-humano e a espiritualidade, e de ser inclusivo, partindo da compreensão da importância de se coligar, solidariamente, diferentes perspetivas e, nomeadamente, o entendimento académico teórico com o ativismo social (Phillips e Rumens 2016: 5-10).

Após ter-se abordado as diferentes tipologias referentes ao ecofeminismo e as controvérsias existentes no que respeita à sua identificação teórico-prática, cabe-nos agora definir o ecofeminismo e delimitar o seu objeto, de uma forma geral, considerando-se a ausência de um consenso integral.

O ecofeminismo é referido como um movimento social e académico, reportando-se a uma “multitude de protestos cívicos, livros, cursos, ‘workshops’ (oficinas de trabalho), conferências, poemas e rituais” (Phillips e Rumens 2016: 25), em contínuo desenvolvimento, que defende que a “subordinação, apropriação e exploração das mulheres e do mundo natural se encontram interligadas e que essa ligação se estende ao tratamento de minorias étnicas e raciais no Hemisfério Norte, à maioria do Hemisfério Sul, aos pobres, idosos, pessoas portadoras de necessidades especiais e comunidades lésbicas, gays, bissexuais ou transgéneros (LGBT)” (Phillips e Rumens 2016: 2).

O ecofeminismo defende que existe uma ligação entre a opressão às mulheres e à natureza ou, por outras palavras, que as injustiças sociais e as injustiças ambientais têm uma causa comum. A opressão e as injustiças resultam da lógica das hierarquias e dos dualismos hierarquizantes, tais como “mente/corpo, razão/emoção, masculino/feminino e humano/natureza (...)”, que atribuem e fomentam o domínio por parte do primeiro termo e desvalorizam o “outro”. Neste sentido, abordar as injustiças ambientais implica

abordar as injustiças sociais e vice-versa, pois obedecem a uma mesma lógica (de Beauvoir 1952; Warren 2000; e Phillips e Rumens 2016: 2).

O ecofeminismo visa uma dupla consciencialização e transformação, em que os seres humanos se reconheçam numa posição paritária, independentemente do género, raça, e contexto socioeconómico e cultural e, da mesma forma, que se reconheçam enquanto uma espécie entre as outras espécies dos ecossistemas (Ruether 2005: 92).

Tanto Warren como Plumwood defendem a desconstrução da lógica da hierarquia e do domínio. Plumwood defende um “eu mútuo” (tradução livre de “mutual self”). Também Warren critica o individualismo extremo, defendendo uma “ética holística ecológica”, com base numa visão integrada de todos os seres vivos. Tanto Warren como Plumwood defendem uma ética de “cuidado” (tradução livre de “care”), valorizando o “cuidado”, o “amor”, a “confiança” e a “amizade”, entre outros valores análogos (Maruyama 2000).

No entanto, é necessário sublinhar-se que o ecofeminismo, tal como o (s) feminismo (s), também se reporta a diferentes abordagens e perspetivas, frequentemente consideradas divergentes, pelo que não é possível encontrar-se uma definição universalmente aceite. Independentemente da existência de diferentes perspetivas, o facto é que o ecofeminismo parte de uma preocupação, comum em todas as suas vertentes, pelos danos ambientais produzidos planeta, considerados profundamente graves, sem que tenha havido até hoje quaisquer progressos significativos no sentido da promoção da inversão desta tendência (Phillips e Rumens 2016: 7-9). O ecofeminismo deve, assim, ser perspetivado como uma “tentativa de obtenção de uma nova identidade, humana e social, em relação à natureza (...)”, que desafia a conceção dominante da vida social e económica, orientada para o mercado e para as relações sociais a este associadas (Plumwood 1993: 186). A verdade é que o domínio masculino das sociedades têm-se demonstrado, ao longo da história, não apenas desfavorável para as mulheres mas também para a natureza (Phillips e Rumens 2016: 11).

### ***1.5. O ecofeminismo enquanto um movimento social***

O ecofeminismo é amplamente perspetivado enquanto um movimento social. Autoras como Warren, Plant, Diamond e Orenstein e Caldecott e Leland fazem um apelo ao ativismo internacional, em questões como: a paz, protestos contra as armas nucleares, ensaios de armas nucleares, militarização, adoção de centrais nucleares,

saúde, alimentos geneticamente modificados, derrube de árvores para efeitos comerciais, defesa dos direitos de povos indígenas, empoderamento da sociedade civil e no âmbito de diferentes movimentos ecológicos. Através dos protestos civis realizados, o ecofeminismo produziu resultados ao nível da “consciencialização, ação política e prática espiritual” (Phillips e Rumens 2016: 23-24; Plant 1989: 29-39).

Irá agora referir-se alguns exemplos de ecofeminismo em diferentes pontos do planeta, enquanto ilustrações de diferentes tipos de iniciativas realizadas e a motivação por detrás destas iniciativas.

O ecofeminismo em África consiste em resgatar o papel da mulher e o equilíbrio entre os humanos e a Terra, que existia, em certa medida, no período pré-colonial. No caso zimbabueano, tomando como exemplo o povo Shona, a relação humana, próxima dos restantes animais, resulta desde logo do facto dos humanos terem, cada um deles, um animal totem, com quem se identificam e protegem. Cada casamento, por exemplo, idealmente promove a união entre uma pessoa com um animal totem aquático e outra com um animal totem terrestre, harmonizando-se, desta forma, os dois. Cada clã também tem plantas e árvores com que se identifica e que protege. Como se verifica, neste povo não vigora uma dualidade entre humanos e não humanos. A necessidade de se proteger o ambiente neste país conduziu à constituição de um movimento ecológico criativo, a envolver comunidades indígenas e cristãs, na Associação de Igrejas Africanas de Conservação da Terra ([tradução livre de “Association of African Earthkeeping Churches”] Ruether 2005: 100-104; e Taringa 2006).

No caso do Quênia, tomando como exemplo a visão tradicional do povo Kikuyu, esta cultura perspetiva a atribuição das terras ao povo enquanto uma concessão divina. Com o início das invasões coloniais, as terras utilizadas pelos Kikuyu foram usurpadas, convertidas em terras dos colonizadores, e os Kikuyu, considerados “selvagens” pelos europeus, expulsos ou forçados a trabalharem para os colonos, a troco de proventos irrisórios, insuficientes para o pagamento das cargas fiscais a eles impostas. Se antes a sociedade Kikuyu incluía mulheres e homens tanto nos conselhos deliberativos como no trabalho agrícola, a influência colonial europeia em África provocou a subordinação da mulher, manifesta até aos dias de hoje. O jugo colonial trouxe consigo, até aos dias de hoje, o empobrecimento, a desmoralização, a insegurança e a corrupção. Os povos coloniais ocidentais, embora não detenham atualmente o poder formal, mantêm um poder material neocolonial, principalmente por via da corrupção (Ruether 2005: 100-104). Este último ponto é tratado exaustivamente por Meredith (2013).

No Quénia há que referir-se o trabalho da ativista ecológica feminista Wangari Maathai, que fundou o Movimento do Cinturão Verde, com um papel alicerçado nos valores tradicionais quenianos, no âmbito da deflorestação, segurança alimentar, fomentando a agricultura sustentável para subsistência, captação de água, defesa da sociedade civil, face às violações frequentes de direitos humanos pelos detentores do poder e empoderamento individual. Wangari Maathai realizou o seu trabalho sob pesadas ameaças, nomeadamente por parte de instituições governamentais e judiciais do Quénia (Ruether 2005: 103-104), tendo sido a primeira mulher africana a ganhar o Prémio Nobel, em 2004.

Não é possível falar-se nos exemplos de ecofeminismo na Índia sem se referir Vandana Shiva, ativista contra a lógica do “desenvolvimento”, tal como concebida pelas filosofias ocidentais e que hoje se estende à quase totalidade do planeta e é, especificamente, perpetuada pelas elites nacionais das ex-colónias, reportando-se, por isso, a uma forma de neocolonialismo. O que este modelo de “desenvolvimento” efetivamente faz é promover o enriquecimento a curto prazo de uma elite, à custa da delapidação dos recursos naturais, do empobrecimento das mulheres e dos pobres, promovendo a destruição para a sua manutenção (Mies e Shiva 1993: 18-24). Shiva também contesta a lógica do modelo ocidental pela credibilização que faz à ciência, que acusa de consistir numa epistemologia que coloca o ser humano num espaço exterior a uma natureza “morta” e agressiva, a ser submetida mecanicamente, acusando estas lógicas de serem patriarcais (Mies e Shiva 1993: 9-14; Shiva 1998: 1-38 e 37-42; Ruether 2005: 104-110; e Pandey 2010). Shiva fala na incompreensão masculina do ambiente e do facto da natureza ser auto-geradora de vida, obedecer a ciclos interconectados e de promover a compreensão da floresta enquanto um conjunto de matérias primas apenas úteis enquanto constituírem matérias para a transformação para o comércio em função do lucro (Ruether 2005: 104-110 e Mies e Shiva 1993: 28-32). Esta autora e ativista também critica o modelo da “Revolução Verde”, promovido por diferentes agências de cooperação internacional, governamentais e não governamentais, e por instituições financeiras de cooperação internacional, pelo facto de ter como base a criação de sementes híbridas em laboratórios ocidentais, que produzem grãos maiores e em quantidades mais vastas por planta, quando lhe sejam adicionadas quantidades significativas de pesticidas químicos e de água. Como estas sementes são estéreis e, por este facto, não podem ser guardadas para plantações em períodos futuros, fazem com que os agricultores fiquem dependentes das empresas das sementes. Shiva também se

insurge contra a eliminação da diversidade de plantas, devido ao uso excessivo das monoculturas, que conduz a pestes, resolvidas através do uso, também ele excessivo, de pesticidas. As plantas também se desenvolvem com menos folhas, o que tem repercussões para o pasto. As consequências incluem a desertificação pelo uso excessivo de água e consequente ausência de água, para pessoas, animais e agricultura. Estes problemas conduzem, então, à solução ocidental, da promoção da construção de grandes barragens que, desde logo, promovem a deslocação de comunidades inteiras, sem que realize a distribuição adequada de água para os agricultores. Na Índia, a desflorestação também conduz a secas e a inundações durante o período das monções, deslocações de terras, arrasando com povoações e solo fértil. Esta autora defende o regresso à agricultura tradicional, que denomina de agricultura sustentável, referindo-se às mulheres e aos povos tribais enquanto repositórios de conhecimentos ecológicos para a manutenção da vida na natureza. Da mesma forma, defende a inserção do humano na natureza, deixando de ser um agente externo, passando a cooperar com ela e com os seus ciclos de autorregeneração (Mies e Shiva 1993: 44-51, 95-117, 215-227, 301-326). Shiva também defende a recuperação dos conhecimentos ecológicos e práticas sustentadoras de vida através do recurso à cosmologia Hindu, da tradição de “Shakti” e “Prakriti” enquanto princípios femininos referentes ao poder criador e ao que é criado. Esta posição, em específico, mereceu algum criticismo por parte de outras ecofeministas indianas, que fazem menção à complexidade da cosmologia feminina. Outros críticos também referem o facto de o hinduísmo defender, em geral, o sistema das castas, que tem marginalizado os povos tribais. Também mencionam que o sistema patriarcal não é uma criação recente do ocidente, importada para o resto do mundo. No entanto, deve compreender-se o recurso à cosmologia Hindu como uma forma de se honrar as mulheres rurais indianas e de se ilustrar a o dinamismo e vitalidade da natureza, que se não reporta a uma matéria morta para promover o lucro (Ruether 2005: 104-110).

Também o trabalho da ecofeminista Aruna Gnanada-son, líder do movimento feminista na Índia, deve ser mencionado, enquanto exemplo de ecofeminismo na Índia, por denunciar o ecocídio realizado pelo colonialismo britânico, seguido pelos governos neoliberais que se lhe seguiram. Esta autora e ativista defende uma “ética de prudência”, que se reporta aos métodos tradicionais de uso dos recursos naturais em respeito pelos ritmos da natureza, percebendo-a como a mãe que sustém a vida. Gnanada compreende que a ideia de ética do cuidado maternal foi explorada pelo patriarcado em prejuízo das mulheres, tendo-as colocado ao serviço dos homens e das crianças, sem a possibilidade

ou o direito de se desenvolverem; porém, ela pretende libertar esse tema da sua exploração patriarcal e afirmar o seu potencial enquanto forma de reivindicação. Gnanada também defende uma “teologia de graça ecofeminista”, em que a “graça” de Deus se reporta à comunidade dos seres humanos no âmbito e na interdependência das comunidades dos seres não humanos, numa visão não antropocêntrica. Esta autora e ativista mais defende que a justiça económica e a sustentabilidade ecológica são dois aspetos de uma mesma realidade, que é a realização de comunidades renováveis e sustentáveis, enquanto alternativas ao modelo neoliberal (Ruether 2005: 104-110).

Um outro exemplo de ecofeminismo enquanto movimento social, é o caso do trabalho de Ivone Gebara, no Brasil, que não remete para uma perspectiva de ecofeminismo essencialista, mas chama a atenção para o facto das mulheres pobres serem vítimas centrais dos problemas ambientais, o que afeta a saúde delas e dos seus filhos. Ela defende estar-se, no momento atual, numa terceira fase do trabalho feminista teológico, que se refere a um novo entendimento no âmbito de uma teologia patriarcal, que transcende as balizas da teologia antropocêntrica, indo de encontro ao paradigma ecofeminista, o que se consegue através de uma epistemologia que valoriza a experiência quotidiana das mulheres, em detrimento de uma compreensão teológica teórica da realidade. Também questiona o entendimento de um “eu” existente antes da sua encarnação no plano físico, em que o corpo surge como um obstáculo à realização do verdadeiro “eu”. Este entendimento conduz a uma conceção da realidade que valoriza a autonomia e a independência, refletida em nações e em empresas que controlam as pessoas, em geral. Gebara defende que é fundamental reencontrar-se as interconexões, entre todos os seres vivos. Segundo Gebara, o conceito teológico da Santíssima Trindade não se reporta a um dogma imposto hierarquicamente, mas a uma expressão da dinâmica da vida, enquanto criatividade interrelacional. A criatividade ramifica na diversidade, enquanto interconecta em comunidade, conduzindo a uma nova diversificação. Este processo de diversificação dialética encontra-se em todos os níveis da realidade (Ruether 2005: 110-117).

Gebara refere que no Brasil é mais fácil ser-se feminista do que ecofeminista, considerando-se que as igrejas referem não apenas a superioridade do homem em relação à mulher, mas também a superioridade do ser humano em relação à natureza. Gebara tenta ser uma “ecologista numa perspectiva feminista e uma feminista numa perspectiva ecológica.” Ela pretende:

“explicar a ecologia enquanto uma das maiores preocupações do feminismo e a ecologia enquanto tendo uma ressonância profunda ou consequências políticas e antropológicas de um ponto de vista feminista. Tanto o feminismo como a ecologia pretendem conhecer os seres humanos enquanto feminino e masculino, a viverem numa teia complexa de vida em diferentes culturas e ecossistemas.”

(Gebara 2002: 2)

Esta autora insurge-se contra as discussões sobre as tipologias em torno dos conceitos de ecologia e de feminismo, pois enquanto se escreve e se discute a floresta Amazónica, esta encontra-se a ser destruída. Inclusivamente, muitos debates tipológicos implicam um desperdício de papel e, conseqüentemente, uma contribuição para o desbaste de árvores, assim como acabam por contribuir para o fortalecimento da lógica patriarcal. Defende o ecofeminismo enquanto “eco” do “feminismo”, para além das discussões estereis enquanto procura de soluções para os problemas do quotidiano e, especialmente, para os problemas dos mais desprotegidos socialmente. A autora fala de um movimento de procura, nacional e internacional, de soluções para a globalização da justiça social (Gebara 2002: 2).

## **Capítulo 2: O pensamento sistémico e o ecofeminismo**

## 2.1. As três vagas do pensamento sistémico e definições

Wood refere Lao Tzu<sup>2</sup> como o primeiro pensador sistémico e apresenta esta forma de pensamento como não se reportando a um conhecimento reducionista, especializado ou complexificado da realidade, mas enquanto uma abordagem que todas as pessoas podem ter em relação à realidade, sobretudo, perante a complexidade (Brown 2012). O pensamento sistémico, no entanto, não é facilmente explicável e “apesar de ser transdisciplinar, acabou por se fragmentar num número elevado de comunidades de sistemas, a aplicarem centenas de métodos diferentes” (Midgley 2000 e 2014). Não obstante esta facticidade, esta abordagem, como se irá expor, é de capital importância, considerando-se a complexidade “perversa” subjacente aos principais problemas que se levantam na atualidade. Refere-se, nomeadamente, os problemas: a) transversais a diferentes áreas (*e.g.* ambiente, saúde e economia); b) a envolverem a interação de diferentes entidades (*e.g.* organizações internacionais governamentais, organizações internacionais não governamentais, governos nacionais, governos regionais, sociedades civis nacionais); c) que conduzam a visões divergentes em relação ao problema *per se* e às suas possíveis soluções; d) que levantam conflitos no que respeita aos resultados pretendidos ou em relação à forma de os alcançar; e e) envoltos em incertezas, nomeadamente no que respeita aos efeitos que possam surgir das ações que se realizem para os resolverem (Rittel e Webber 1973; e Midgley 2014).

Apesar da importância do pensamento sistémico para a consideração da complexidade, esta abordagem parte do princípio de que simplesmente não existe uma resposta certa ou completa quando se aborda a complexidade (Senge 1990: 340).

Refere-se a existência de duas vagas de pensamento sistémico, desde o seu início, no final da década de 40. Na primeira vaga, salienta-se a obra de Wiener, “Cibernética” (1948), e os autores Shannon (1948), McCulloch e Forrester, nos Estados Unidos da América; na Europa salienta-se o “Macrocópio” de Rosnay (1975) e os estudos realizados pela equipa liderada por Dennis Meadows, encomendados pelo Clube de Roma, mencionados *supra* no 1.2. (Meadows, Donella H. *et al.* 1972). Nesta primeira vaga, os sistemas são descritos em termos físicos, a partir de terminologia

---

<sup>2</sup> Autor a quem se atribui, com frequência, a redação do “Tao Te King”, obra ou coletânea de poemas que terá sido redigida num período entre 350 e 250 a.c. (*e.g.* Cleary 1993).

computacional ou da biologia - estando ainda em vigor em determinadas áreas de engenharia, como por exemplo, na engenharia de produção industrial - pretendendo-se a compreensão dos sistemas, para o seu controlo e manipulação. O pensamento era, então, “positivista, funcionalista e conservador” (Stephens 2015: 18). No entanto, representa um avanço desde a “abordagem racionalista clássica”, cuja génese pode ser encontrada em filósofos como Aristóteles e Descartes. De facto, esta primeira vaga de pensamento sistémico representa uma mudança em relação aos princípios orientadores do conhecimento oriundos do racionalismo clássico, nomeadamente: a) da atribuição de uma importância central na busca de provas, passa a valorizar-se a pertinência da investigação; b) da redução do objeto sob estudo, surge a preocupação da sua inserção no seu meio e contexto; c) de um raciocínio linear, passa a valorizar-se uma compreensão teleológica do sistema (Durand 1979: 11-14).

Apesar desta evolução epistemológica, esta primeira vaga perspetiva a realidade enquanto um conjunto de componentes que podem ser observados de forma independente e descritos, para tornarem-se previsíveis e, desta forma, manipuláveis como uma máquina, por um observador externo. O mecanicismo também parte do princípio que o conhecimento do mundo pode ser comunicado através de uma linguagem própria que reflete a realidade, com mais ou menos precisão. Desta forma, esta visão mecanicista vê tudo, incluindo as coisas, seres vivos e entidades coletivas enquanto componentes mecânicos, cujo estudo pode conduzir a uma maior compreensão objetiva da realidade e, conseqüentemente, ao seu melhor controlo e manipulação (Midgley 2000: 2-7).

Com a segunda vaga do pensamento sistémico, no final da década de 70, a visão mecanicista começou a ser questionada de forma categórica, devido à evolução de diferentes áreas do conhecimento científico, que implicou uma reapreciação dos dualismos sujeito/objeto e observador/observado que “conduzem à ilusão da perfeita objetividade” ([tradução livre] Midgley 2000: 21). Como exemplos destas disrupções, que ocorreram em diferentes áreas do conhecimento científico, pode referir-se o caso do desenvolvimento na física da Teoria Quântica, de físicos como Bohr (1963) ou Bohm (1980), que veio demonstrar que o método de observação influencia o observado; no campo da biologia, teve lugar uma reapreciação da teoria darwiniana da evolução, passando a aceitar-se que os organismos não apenas se adaptam passivamente às condições, mas que também co-constroem o seu mundo (Midgley 2000: 3). Surgiu, então, a necessidade de se ultrapassar os limites “físicos” (“hard”), mecânicos e

reducionistas, passando a compreender-se os sistemas enquanto concepções ou, mesmo, enquanto construções sociais. O observador deixou de procurar soluções corretas ou incorretas para os problemas sistémicos, mas passou a integrar-se e a intervir neles próprios e, da mesma forma, passou a ter consciência do próprio processo e das escolhas realizadas. Integraram-se, assim, componentes sociais (“soft”) – pessoas, elementos participativos e diferentes abordagens subjetivas - no desenvolvimento das investigações sobre sistemas humanos e reconheceu-se a ideia de que a realização de análises absolutamente objetivas é falaciosa, já que não se podem afastar os princípios subjacentes às tomadas de decisão, sobretudo, em relação à determinação das próprias fronteiras na investigação. Surgiu, assim, a compreensão de que todo o conhecimento depende das decisões realizadas sobre as fronteiras da investigação. O estabelecimento destas fronteiras é, por este facto, considerado como um momento decisivo para o pensamento sistémico. Os significados das investigações passaram, conseqüentemente, a reportar-se a negociações intersubjetivas (Midgley 2000: 2-7; Midgley 2011 e Stephens 2015: 18).

A própria concepção de “teoria” passou a ser questionada, passando, em determinadas instâncias, a ser referida como uma “perspetiva”, dependente da posição do observador e, conseqüentemente, dos seus valores e objetivos. Por este facto, concluiu-se que se deveria falar em “pluralismo teórico”, devido à existência de diferentes valores e propósitos, consoante os diferentes observadores e contextos. Neste sentido, tornou-se necessário encontrar-se um equilíbrio entre a coerência e a multiplicidade de diferentes perspetivas teóricas, de forma a promover-se o enriquecimento do conhecimento. Da mesma forma, o método adequado deixou de ter de ser, necessariamente, o método científico, aceitando-se a possibilidade de uma “intervenção sistémica” poder ser realizada através de diferentes métodos, abrindo-se caminho para o “pluralismo metodológico”, a par do “pluralismo teórico” (Midgley 2000: 5-7).

O pluralismo teórico, não é, no entanto, facilmente aceite, pois exige-se, com frequência, no mínimo, a adoção de uma teoria epistemológica “fundacional”, o que questiona, desde logo, o próprio pluralismo, para além de que uma tentativa de harmonização de teorias epistemológicas diferentes e, mesmo, antagónicas, poderá colocar em causa as provas científicas obtidas. As teorias epistemológicas fundacionais também podem conduzir à aceitação tácita dos dualismos, sujeito (sistema de geração de conhecimento) e realidade observada, que poderão, facilmente, tornar-se

predominantes na investigação. Por este motivo, defendeu-se um dualismo alternativo, entre processo e conteúdo. Esta abordagem parte da aceitação da mudança de paradigma defendida por Churchman, em que os sistemas deixam de ser vistos como delimitados por fronteiras físicas, mas decididos pelo investigador, sobre o que incluir ou excluir da análise; nestes termos, tanto a teorização em relação ao mundo como os sistemas de conhecimento são colocados num plano semelhante, dando-se ênfase aos juízos de delimitação das fronteiras para o contexto específico da investigação a ser realizada. As teorias adotadas são, então, perspetivadas enquanto sendo úteis para um contexto específico (Midgley 2011).

Autores como Ulrich, Jackson, Keys, Flood, Mingers, Romm, Gregory e Midgley referem uma terceira vaga ou escola de sistémica crítica, influenciada pela teoria crítica de Habermas, em particular, no que respeita às teorias do conhecimento e da racionalidade comunicativa, e no trabalho de Foucault e de seus seguidores, nomeadamente em relação à natureza do poder. O pensamento sistémico crítico reflete uma preocupação clara com considerações éticas, defendendo a adoção de práticas participativas para promover a emancipação ou libertação da opressão do poder. A obtenção de compromissos assume uma importância central, nomeadamente através da inclusão de grupos e classes marginalizados, como forma de se mitigarem os desequilíbrios de poder resultantes da hierarquização social, com o escopo de se promover o desenvolvimento societário. Neste sentido, os marginalizados são valorizados e inseridos na prática das investigações e, da mesma forma, o investigador insere-se e participa no processo de pesquisa e facilita a discussão dos problemas sistémicos, retirando-se o foco na obtenção de soluções e resultados. Esta posição deve-se à compreensão de que a abordagem “hard” desconsidera a globalidade dos interessados, assim como o compromisso entre todos os envolvidos (Stephens, Jacobson e King 2009).

Esta escola também atribui uma importância central à metodologia e, nomeadamente, a um conjunto de ferramentas para a seleção entre métodos diferentes e, se necessário, divergentes, para a abordagem da realidade social, através do conhecimento teórico e da atuação prática (Stephens 2015: 18-27). Como se constata, apesar da forte componente ético-social defendida por esta terceira vaga, esta não deixa de operar em simultâneo às abordagens sistémicas “hard”. Esta terceira vaga, no entanto, não é acolhida pela generalidade dos pensadores sistémicos; muitos, pelo

contrário, continuam a apoiar o respeito pelos limites “físicos” (Stephens, Jacobson e King 2009).

Consideradas as três vagas de pensamento sistémico, abordar-se-ão possíveis definições para este conceito, tal como é perspectivado na atualidade.

Como se referiu, o pensamento sistémico consiste numa abordagem que nega os limites da metodologia científica reducionista, que tende a dividir a realidade em pequenos componentes para os conhecer, defendendo, em vez, a importância de se abordar a totalidade das partes e de se compreender como estas interagem com o ambiente e com a própria vida (Arnold e Wade 2015: 2). Também parte do pressuposto de que tudo se encontra interconectado, sendo que um evento, uma causa, num ponto do planeta facilmente produz efeitos, consequências, num outro ponto do planeta; procura, por este motivo, uma linguagem comum que permita a partilha de conhecimentos e de perícias. Como refere Richmond (1994), a quem é atribuída a autoria da expressão “pensamento sistémico”, a “interdependência exige o pensamento sistémico” que pode ser visto como um “Esperanto de sistemas” (Arnold e Wade 2015: 2).

Richmond define o pensamento sistémico como a “arte e ciência de realização de inferências sólidas sobre o comportamento, através do desenvolvimento de uma compreensão, progressivamente mais profunda, da estrutura fundamental” ([tradução livre] Richmond 1994: 6). As pessoas que adotam o pensamento sistémico, colocam-se numa posição “de helicóptero”, em que vêem tanto a floresta como as árvores, mantendo um olho em cada uma (Richmond 1994: 7).

Senge defini-o enquanto uma forma de se observar a totalidade, enquanto “um enquadramento conceitual, para se abordar as inter-relações mais do que os objetos, para se identificar os padrões de mudança, mais do que ‘instantâneos’ estáticos” ([tradução livre] Senge 1990: 53).

Sweeney e Sterman referem que o pensamento sistémico representa e afere a complexidade dinâmica e possibilita a compreensão de como o comportamento de um sistema surge da interação dos seus agentes no tempo. Estes autores mais indicam as competências do pensamento sistémico; esta abordagem permite, nomeadamente: “- identificar e representar processos de ‘feedback’ (tanto positivos como negativos), que se reportam a padrões observáveis de comportamento sistémico; - identificar as relações de reserva-fluxo; - reconhecer os atrasos e compreender o seu impacto; - identificar não-linearidades; - reconhecer e desafiar as fronteiras dos modelos mentais (e formais)”

([tradução livre] Sweeney e Sterman 2000: 2). Esta abordagem de Sweeney e Sterman, no entanto, não explica a natureza geral do pensamento sistémico, que se refere ao facto de que as “partes interagem para formar um sistema integral” ([tradução livre] Arnold e Wade 2015: 4).

Hopper e Stave aceitaram e ampliaram a abordagem de Sweeney e Sterman e a de outros autores, para obterem uma definição mais ampla. Estas autoras referiram que o pensamento sistémico é utilizado de formas muito diversas e, por vezes, contraditórias. Elas pretenderam, por este facto, identificar um conjunto adicional de características em questão: “- reconhecimento das interconexões; - compreensão do comportamento dinâmico; - diferenciação dos tipos de fluxos e variáveis; - utilização de modelos conceituais; - criação de modelos de simulação; e - teste das diretrizes políticas” ([tradução livre] Hopper e Stave 2008: 5-6). Kopainsky, Alessi, and Davidsen acrescentaram a estas autoras: “valorização do planeamento a longo prazo; compreensão dos circuitos de ‘feedback’ e das relações não-lineares entre variáveis e planeamento colaborativo, nas diferentes áreas de uma organização” ([tradução livre] Kopainsky, Alessi e Davidsen, 2011: 4).

Forrester, considerado o fundador da “dinâmica sistémica”, contribuiu para o debate através da identificação da dinâmica dos sistemas, argumentando que o pensamento sistémico não consiste num enquadramento teórico claro, nem tão pouco possibilita uma aplicação prática útil. Segundo este autor, o pensamento sistémico basicamente resume-se a pensar e falar sobre sistemas e a reconhecer que são importantes, ou seja, reporta-se a uma consciência superficial e geral sobre os sistemas (Forrester 1994: 19).

Todas estas abordagens permitem a identificação de alguns elementos comuns, que consistem nas “interconexões, a compreensão do comportamento dinâmico, a estrutura sistémica enquanto causa desse comportamento e a importância de se ver os sistemas enquanto todos e não enquanto partes” ([tradução livre] (Arnold e Wade 2015: 6).

O pensamento sistémico pode, também, ele próprio, ser perspectivado enquanto um sistema *per se*, ao atribuir-se-lhe um propósito. Neste sentido, pode ser entendido, de uma forma útil e simples, enquanto:

“Um conjunto de ferramentas analíticas sinérgicas, utilizadas para a melhoria da capacidade de identificação e compreensão dos sistemas, de forma a prever os seus comportamentos e conceber modificações, no

sentido dos efeitos pretendidos. Estas ferramentas juntas funcionam como um sistema.”

([tradução livre] (Arnold e Wade 2015: 7)

## ***2.2. A abordagem ao problema ambiental através do pensamento sistémico***

O problema ambiental incide, direta ou indiretamente, sobre todos os ecossistemas, sem exceção. Da mesma forma, abrange todas as sociedades, sem exceção. As instituições nacionais não se encontram preparadas para a resolução de problemas com esta dimensão. Na verdade, as instituições dos Estados-nação, herdeiras do Tratado de Vestefália, de 1648, encontram-se manifestamente desatualizadas e, como tal, desadequadas para fazer face aos desafios do presente (Beck 2007). O problema ecológico, em especial, afigura-se como uma questão que se qualifica de, mais do que complexa, de “super perversa”. Esta designação resulta do facto de se referir a um problema extremamente grave, que exige uma resposta assertiva, imediata, por parte dos decisores políticos, nacionais e internacionais, o que não acontece, devido à falta de consenso entre eles. Também, porque as soluções equacionadas para se resolver a questão não podem ser implementadas internacionalmente de forma coerciva, pois não se pode obrigar juridicamente as nações a executarem essas mesmas soluções. Da mesma forma, as pessoas que advogam a adoção de medidas para a resolução do problema, são as mesmas que o estão a causar. As decisões que se encontram a ser tomadas, também consideram a questão meramente a curto prazo, desconsiderando soluções a longo prazo (Levin, Cashore e Bernstein 2010).

Para além da complexidade em questão, um outro motivo fundamental para se adotar uma abordagem sistémica em relação à questão ambiental, refere-se ao facto da extensão dos danos ambientais não poder ser compreensível através de visões regionais ou individualizadas. Ou seja, os danos ambientais, que têm vindo a obedecer a uma dinâmica disruptiva, desde a revolução industrial (final do século XVIII), normalmente apenas são observados a um nível local, o que confere um entendimento especialmente limitador. No entanto, estes danos podem ser aferidos a um nível planetário, quando se aborda o problema através do seu todo (Senge 2014). Existe, por isso, a necessidade de compreensão do problema enquanto um todo, “global”, para além das suas partes, sob

pena de, simplesmente, não se compreender a dimensão das vicissitudes em questão (Durand 1992: 15).

Se o pensamento sistémico se reporta um enquadramento conceitual e a opções metodológicas que podem ser mobilizadas para identificação de problemas complexos e “super perversos” e de soluções para os mesmos, esta abordagem pode, da mesma forma, ser utilizada para uma “intervenção sistémica”, aplicando-se, para este efeito, as soluções identificadas para a realização da mudança (Midgley 2000: 113-170).

Para que tenha lugar uma compreensão sistémica da questão ambiental, que possa conduzir a uma “intervenção sistémica”, há primeiro, como mencionado *supra*, de estabelecer-se as fronteiras para a abordagem do problema, em consideração pelas diferentes perspetivas dos interessados, assegurando-se que nenhuma parte interessada seja marginalizada. Apenas depois se selecionam os métodos apropriados, para os objetivos em questão (Midgley 2011).

No estabelecimento das fronteiras do problema ambiental deve desafiar-se os limites do humanismo, pois esta consiste na única forma de se não “marginalizar” o ambiente *per se* e, desta forma, se acolher a “perspetiva ecológica”. Esta decisão acolhe a crítica de que existe uma constante operacionalização da crença de que o ambiente é inferior ao humano. Esta abordagem crítica vem valorar uma nova perspetiva. De um outro modo, a consideração do “valor” desta perspetiva, obsta à sua, aliás, persistente marginalização. Neste sentido, a delimitação de uma fronteira assume uma natureza “ética”, podendo inferir-se que as decisões sobre as fronteiras e a ética se encontram sistemicamente interligadas e interdependentes. Esta interligação também obriga, não apenas a uma reflexão sobre a importância dos elementos que foram marginalizados, mas também à consideração de que a delimitação das fronteiras dos diferentes “subsistemas” que se inserem no sistema ambiental, pode implicar a interligação de éticas distintas que, ao serem operacionalizadas, podem gerar tensões sistémicas (Midgley 1994).

Infere-se assim que, no estabelecimento das fronteiras do problema ambiental, é fundamental atribuir-se a devida importância a todas as partes interessadas, a todas as diferentes perspetivas, para além dos decisores políticos e da comunidade científica; a incluir não apenas todos os seres humanos, dando-se uma especial ênfase às comunidades e povos indígenas, cuja compreensão do ambiente se percebe, na atualidade, como sendo especialmente sofisticada, mas a incluir, igualmente, todos os

seres vivos (Senge 2014). Uma consequência emergente do alargamento das fronteiras para além dos seres humanos é a consideração de um planeta pós-humano, como consequência do agravamento dos danos ambientais e das consequentes alterações estruturais ecossistémicas do planeta. As interações com sistemas complexos são não-lineares e podem ser disruptivas, podendo conduzir a este desfecho, que deve ser considerado na abordagem do problema ambiental (Cudworth e Stephen 2013). Uma outra consequência que emerge do alargamento das fronteiras para além dos seres humanos é a consideração da sobrevalorização da linguagem humana, e do necessário desenvolvimento da linguagem biosemiótica, que os humanos partilham com os outros seres vivos e que estes partilham entre si e que se refere à interpretação dos sinais, códigos e linguagem presentes nos ecossistemas (Ralph 2014).

Para que possa ter lugar a compreensão sistémica da questão ambiental, também há que compreender-se que o problema ambiental é de difícil abordagem, desde logo, devido à interdependência dos seres vivos. Os danos produzidos numa parte do planeta irão, direta ou indiretamente, afetar todos os seres vivos, através de um “fluxo” contínuo (Senge 2014). De um outro modo, pode referir-se que não está apenas em causa a ação de um elemento conduzir a uma consequência sobre um outro elemento; existe uma interação contínua que implica uma dupla ação, do primeiro elemento sobre o segundo e do segundo sobre o primeiro, num circuito de “feedback” (Durand 1992: 14-15). A falta de consciencialização do ser humano de que também ele é natureza, tal como as outras espécies, faz com que ele atue de uma forma desresponsabilizada e, como tal, que agrave a dimensão dos danos que se encontram a ser produzidos (Senge 2014). Os seres humanos promovem o consumo desenfreado de recursos do planeta, sem terem a consciência de que este mesmo consumo acarreta um “circuito de retorno” e que, após o decurso de um determinado período de tempo, os danos produzidos retornam aos humanos. Este facto pode ser constatado através do “feedback” identificado, como por exemplo, pela deterioração da qualidade do ar, motivada pela queima de combustíveis fósseis para a circulação de veículos. A existência deste circuito conduz, assim, à necessidade de se valorar a abstenção deste consumo desmedido e no estabelecimento de uma ligação entre o próprio consumo e a ética (Senge 2014). Num outro exemplo, referido *supra* no 1.4., temos o trabalho de Shiva, que chama a atenção para as consequências da criação de sementes híbridas em laboratórios. Neste caso, a valoração da ciência em detrimento da valoração da agricultura tradicional conduz a efeitos

nefastos para os ecossistemas e população indiana; tal obriga ao estabelecimento de uma ligação entre a ciência e a ética.

A explicação fundamental para o facto de os humanos não terem consciência deste processo, deve-se ao facto de que se estabeleceu uma “hierarquização”: um “nível superior”, que se reporta ao consumo, em cima de um “nível inferior”, que se reporta aos recursos vivos, que são usados em prol do nível superior.<sup>3</sup> Não existe, no entanto, uma consciência desta hierarquização e processo, nem das consequências sistémicas do mesmo, devendo falar-se não da predominância de uma “inteligência sistémica”, mas sim, na predominância de uma “ignorância sistémica”. Esta ignorância reporta-se à ausência de uma consciência da ligação direta, imediata, atual entre a conduta humana individual (“causa”) aos danos ao ambiente (“consequência”). A “interconexão” dos seres vivos aumentou, com a intensificação da globalização económica, porém, a consciência da “interdependência” associada à “interconexão” é manifestamente diminuta. Existe, por isso, a necessidade de se diminuir o hiato que existe entre a “interconexão” que o ser humano criou e a consciência da “interdependência” a ela associada. A verdade é que o ser humano se encontra a promover, neste momento, a redução dos ecossistemas, extremamente complexos, até estes se tornarem num seu próprio nicho, para a sua disposição (Senge 2014), ao ponto de nos últimos quarenta e seis anos ter delapidado 58% da vida selvagem do planeta (WWF 2016).

A ausência de uma compreensão sistémica da questão ambiental também permite a fragmentação, que promove diferentes erros. Nomeadamente, a separação da questão da justiça social enquanto um sistema, da questão ambiental, enquanto um outro sistema. Esta fragmentação desconsidera que as sociedades ou comunidades mais frágeis economicamente não se encontram em condições para promover a salvaguarda dos recursos naturais, tanto quanto as sociedades ou comunidades mais favorecidas economicamente. Uma outra forma de fragmentação identificada reporta-se à dualidade que existe entre a medição e representação da complexidade dinâmica e dos padrões de mudança verificados na evolução problema ambiental, e a necessidade da realização de intervenções sistémicas consistentes, sobre o problema (ASF Senge 2014).

Como foi mencionado *supra*, a compreensão sistémica da questão ambiental também procura uma linguagem comum que permita a partilha de conhecimentos. A verdade é que, na atualidade, a forma como o discurso científico influi no discurso

---

<sup>3</sup> Para uma abordagem dos conceitos de “hierarquização” e “nível” em sistémica ver *e.g.* Durand (1992: 21-23).

político, e a forma como este último conforma a construção do problema social ambiental, agrava a complexidade. A introdução da linguagem científica, “ecolinguística”, no discurso político não se encontra uniformizada, através de um trabalho multidisciplinar. O próprio estudo do discurso ambiental é recente, reportando-se ao final da década de 80 (Mühlhäusler e Peace 2006). Este discurso refere-se a um processo de “framing”, ou seja, à forma particular como os sujeitos conhecem a realidade. O processo cognitivo dos sujeitos, e a forma como estes organizam a realidade, obedece a um contexto histórico e cultural. Consequentemente, é de esperar que o conhecimento social da realidade ambiental difira conforme o contexto histórico-cultural dos sujeitos (Juhola, Keskitalo, Westerhoff 2011). Este quadro pode ser manipulado, para que a realidade apareça de uma forma específica, por exemplo, de forma a promover o risco e a incerteza (Beck 2007). Esta manipulação pode obedecer a uma agenda político partidária e consistir, por exemplo, no uso de um conceito, como o de “desenvolvimento sustentável”, no sentido utilizado pelos discursos políticos dominantes (Kambites 2014); ou então, simplesmente consistir no uso inquestionado de um princípio basilar específico, como por exemplo, na atribuição das causas das alterações climáticas a uma origem antropogénica (Chetty, Devadas, Fleming 2015).

Atendendo-se a esta factualidade, encontra-se identificada a necessidade de se promover o uso de uma linguagem comum, para a abordagem da questão ambiental (Senge 2014).

### ***2.3. Princípios comuns ao pensamento sistémico e ecofeminismo***

Hanson (2001) levantou o tema da exclusão do pensamento feminista pelo pensamento sistémico e, da mesma forma, das críticas realizadas às abordagens ao (s) feminismo (s) através do pensamento sistémico, defendendo, porém, que ambos são “compatíveis e, mesmo, inseparáveis” (Hanson 2001: 546). Esta autora defende que o processo de delimitação de fronteiras e respetiva determinação de quem deve ou não ser incluído na investigação, deixa o agente decisor permeável ao criticismo. Esta autora referiu, em particular, que a delimitação de fronteiras no pensamento sistémico pode conduzir à exclusão e marginalização, incluindo do (s) feminismo (s), tal como, da mesma forma, ao excluir-se o essencialismo do feminismo, pode estar a excluir-se e a

marginalizar a “mulher de cor de classes baixas”, em prol da perspectiva da “mulher branca de classe média”<sup>4</sup> (Hanson 2001: 546).

Hanson mais refere que o (s) feminismo (s) se encontra praticamente ausente na teorização do pensamento sistémico, o que pode limitar este último, por ficar dependente de ideologias conservadoras ou, mesmo, sexistas. Como forma de se colmatar esta lacuna, ela propõe uma abordagem sistémica ao (s) feminismo (s), partindo de um ponto de partida indisputado: a aceitação como problemática da relação entre a natureza biológica e as construções sociais, evitando, desta forma, partir de assunções específicas sobre aquilo que é ou não o “feminismo”. Assim, aplica um princípio basilar de pensamento sistémico que consiste na abordagem do todo, para além dos componentes que o integram. Através do sistémico, também se transcende: a) a armadilha da culpa; b) a circunscrição às unidades relacionais, promovendo-se a análise das relações mais do que os papéis ou posições; e c) a epistemologia da lógica, valorizando-se a emoção enquanto uma supra-racionalidade (Hanson 2001).

Stephens associa estes dois enquadramentos conceituais, pelo facto de ambos: a) se reportarem a uma intenção ética de justiça social; b) representarem duas perspectivas alternativas para a abordagem analítica de problemas complexos; c) promoverem métodos participativos; d) promoverem a intervenção sistémica; e e) questionarem os dualismos / dicotomias vigentes (Stephens 2013: 7-18).

Stephens (2013) preconiza a adoção de um conjunto de princípios, enquanto ferramentas que enriquecem o trabalho do investigador (Stephens, Jacobson e King 2010; Stephens 2012 e 2013) e que devem estar subjacentes a uma intervenção sistémica. Os princípios foram extraídos de uma abordagem comparativa entre o “ecofeminismo cultural”, que questiona a ligação essencial da mulher à natureza, considerando esta ligação como tendo sido socialmente construída pela ordem patriarcal, e o “pensamento sistémico crítico”, tendo-os testado em casos de estudo, em que os aplica em sistema específicos. São estes os princípios a:

a) “Sensibilidade às questões de género”;<sup>5</sup> nomeadamente tomando em consideração que a experiência da mulher em relação ao objeto sob investigação pode ser diferente da do homem. O respeito por este princípio deve ser manifesto em todas as fases do processo de investigação, desde o desenvolvimento das questões centrais a

---

<sup>4</sup> Ver *supra* o 1.3., para uma abordagem mais pormenorizada a esta problemática, no âmbito do “ecofeminismo”.

<sup>5</sup> Ver *supra* o 1.1., para uma abordagem mais pormenorizada à questão do género, no âmbito da apresentação dos feminismos.

abordar e determinação do objetivo geral da investigação até à exploração das conclusões. O respeito por este princípio inclui a advocacia pela mudança, se necessária, consoante as conclusões alcançadas. Também inclui o exame de todas as questões da investigação que tenham impacto no género, assim como uma análise cuidada da linguagem utilizada na redação do texto da investigação (Stephens, Jacobson e King 2010; Stephens 2012 e 2013);

b) “Valorização das vozes das minorias”: este princípio surge da necessidade de se questionarem os dualismos e as dicotomias que fragilizam a mulher e as minorias. Neste sentido, os investigadores devem identificar-se enquanto participantes e co-investigadores, no âmbito das pesquisas participativas, desde o início do processo até ao seu desfecho e, se for o caso, na implementação dos resultados obtidos. Assim, incentiva-se que as conclusões das investigações sejam, elas próprias, apresentadas através das vozes dos participantes. Este princípio também defende que os métodos científicos convencionais, enraizados na ideologia patriarcal racionalista, não devem monopolizar a produção científica, ao que as pessoas sem qualificações formais não devem ser excluídas de participarem nos processos de inovação, avaliação ou deliberação no âmbito das investigações (Stephens, Jacobson e King 2010; Stephens 2012 e 2013);

c) “Centralização na natureza (biocentrismo)” (Stephens 2012 e 2013);<sup>6</sup>

d) “Seleção dos métodos apropriados”. Este princípio refere que, no caso de ser necessário, atendendo-se ao contexto em que a investigação se insere, pode-se trabalhar com diferentes paradigmas e métodos, mesmo que sejam divergentes, havendo que combinar todas as abordagens, mesmo que distintas. Este processo pode ser especialmente complexo, já que a transição de paradigmas “hard” para paradigmas “soft” pressupõe o conhecimento de regras integralmente distintas, como se de um outro idioma se tratasse. A seleção entre métodos consiste, assim, num processo que não apenas acarreta escolhas como responsabilidades. Não obstante a complexidade deste processo, o pluralismo reporta-se uma ética de valorização, através de inclusão da diferença e da diversidade, rejeitando as políticas de identidade. Neste sentido, também o conceito de “rigor” deve ser considerado e, mesmo, repensado. Também, neste sentido, a mudança descontextualizada “vinda de cima” e liderada por “peritos”, deve

---

<sup>6</sup> Ver *supra* o 1.2., para uma abordagem mais pormenorizada aos dualismos antropocentrismo / biocentrismo.

ser evitada. Este princípio promove, em especial, tanto a comunicação como a reflexão crítica (Stephens, Jacobson e King 2010; Stephens 2012 e 2013); e

e) “Realização da investigação para a promoção da mudança social” (Stephens 2012 e 2013; Phillips e Rumens 2016: 102-103). Este princípio refere-se ao facto de que a investigação deve ser realizada para promover a mudança social. Assim, os métodos de investigação são selecionados em função da intervenção social e da sustentabilidade ambiental pretendida, mesmo que complexa e incerta, após um processo deliberativo coletivo. Este princípio coloca, conseqüentemente, um foco particular no processo de determinação do propósito da investigação (Stephens 2012 e 2013).

Estes princípios foram concebidos para serem utilizados na realização de projetos, planos de ação, diretrizes políticas e desenvolvimento da sociedade civil, para promoverem a emancipação coletiva, de indivíduos e ecologias, de injustiças e exclusões (Stephens 2013; Stephens, Jacobson e King 2010).

O que a autora pretende, através do uso destes princípios, é promover a integração no paradigma do “pensamento sistémico crítico” de uma “consideração consciente do género”, de forma a colmatar uma lacuna existente neste quadro teórico e promover uma “intervenção sistémica” social positiva adequada. O trabalho desta autora também tem como base a premissa de que o método científico dominante tem de ser questionado, aliás, como a autora refere, já foi afirmado pelo Banco Mundial, em 2012 (Stephens 2013: 3).

## **Conclusões**

Não é possível compreender-se o ecofeminismo sem primeiro abordar-se os feminismos, na medida em que as diferentes abordagens concernentes ao ecofeminismo decorrem dos feminismos. Estes últimos são movimentos sociais, caracterizados pela diversidade e heterogeneidade, que têm operado em função de diferentes propósitos, em diferentes “vagas”, ao longo de mais de dois séculos, primeiramente através da luta pela igualdade do gozo de direitos humanos fundamentais pelas mulheres, tendo evoluído em torno da reivindicação da igualdade e da aspiração a uma identidade.

Os feminismos no ocidente consideram o conceito de género como uma categorização estruturante das sociedades, que integra os diferentes comportamentos

que a sociedade espera que mulheres e homens adotem nas interações que estabelecem entre si. Consideram-no como sistema de significados construídos socioculturalmente ao longo da história, que se reporta a uma manipulação simbólica de dados biológicos referente ao sexo, de forma a assegurar uma hierarquização e desigualdade social entre mulheres e homens. Esta desigualdade é cristalizada historicamente por via de uma retórica social, a justificar a superiorização masculina, através das representações sobre os géneros. Os feminismos têm vindo a desconstruir esta retórica, identificando os estereótipos associados às mulheres e aos homens que, quando analisados individualmente, em nada refletem as diferenças biológicas.

Segundo este modelo retórico social, construído de uma forma mais notória desde a Revolução Industrial, a mulher é naturalmente mais vocacionada para o espaço privado e para a maternidade, enquanto o homem é mais vocacionado para o espaço público, para as atividades produtivas, e mais apto para realizar as deliberações políticas, permitindo-lhe, por esta forma, controlar os recursos naturais e simbólicos fundamentais.

Também não é possível abordar-se o ecofeminismo sem primeiro se considerar o problema ambiental enquanto um problema grave, a envolver danos profundos produzidos pelos seres humanos aos ecossistemas, e a exigir um esforço global substantivo para a mitigação destes danos.

Apesar da veemência das conclusões de diferentes equipas da comunidade científica, apresentadas ao longo de mais de quatro décadas, subsistem dúvidas em relação aos resultados obtidos, não apenas quanto às causas e dimensão do problema ambiental, mas, igualmente, no que respeita às soluções adequadas para a sua resolução. A controvérsia encontra-se, desde logo, no eco-ceticismo, que nega a existência de um problema ecológico grave, em contraposição pelos que defendem que o ser humano está a provocar uma sexta extinção massiva das espécies do planeta. Da mesma forma, também as soluções ou tipos de soluções equacionadas para se mitigarem os danos ambientais, divergem entre si. Desde logo, as soluções eco-eficientes, mundialmente maioritárias, porém, criticadas pela maioria dos movimentos ecofeministas, rejeitam a existência de uma crise do capitalismo neo-liberal e, conseqüentemente, a necessidade de se inverterm os processos tanto da produção quanto do consumo, propondo a introdução de poucas modificações ao nível da política económica, tais como a produção de gamas de produtos menos agressivos ao ambiente, a criação de um mercado de emissões de CO<sub>2</sub> e estruturam-se na crença de que o desenvolvimento da

tecnologia e os peritos técnicos irão resolver os problemas ecológicos, por muito graves que estes sejam. A abordagem eco-social critica a visão eco-eficiente, atribuindo ênfase ao facto da questão ambiental ser uma questão de justiça social, a envolver as diferentes classes numa mesma sociedade e, da mesma forma, os países mais e menos desenvolvidos economicamente, sem, no entanto, advogar a rutura com o sistema maioritário convencional.

A abordagem eco-radical da Ecologia Profunda rejeita os discursos eco-eficientes, e a possibilidade da tecnologia em apreender a complexidade dos ecossistemas, e defende a igualdade ecocêntrica, entre todos os seres, a implicar o despertar de uma consciência ecológica. O ecofeminismo concorda, em termos gerais, com o biocentrismo da Ecologia Profunda; no entanto, aborda a raiz do problema ambiental enquanto um problema “intra” espécie humana, que se reporta às sociedades patriarcais e a questões sociais e não apenas a um problema existente “entre espécies”, questionando o androcentrismo mais do que o antropocentrismo. De facto, este movimento, social e académico, estabelece uma relação entre o género e o problema ambiental e, mais concretamente, uma ligação entre a opressão à mulher e a opressão ao mundo natural. A opressão social e ambiental encontra a sua génese nos dualismos hierarquizantes, tais como “mente/corpo, razão/emoção, masculino/feminino e humano/natureza, que atribuem e fomentam o domínio por parte do primeiro termo e desvalorizam o “outro”. O ecofeminismo visa uma dupla consciencialização e transformação, em que os seres humanos se reconheçam numa posição paritária, independentemente do género, raça, e contexto socioeconómico e cultural e, da mesma forma, que se reconheçam enquanto uma espécie entre as outras espécies dos ecossistemas.

O ecofeminismo, tal como os feminismos, também se reporta a diferentes abordagens e perspetivas, frequentemente consideradas divergentes, devendo referir-se a existência de “ecofeminismos”, como diferentes formas de abordagem e de expressão.

A mais prolífica teorização do ecofeminismo é oriunda de um meio eminentemente ocidental e académico, herdeiro dos feminismos ocidentais, que combatem, há séculos, a reimersão da mulher nos estereótipos e narrativas de género. Ao admitir-se uma essência da mulher mais próxima da natureza, admite-se uma essência do homem mais racional e, conseqüentemente, mais apta a decidir. Não obstante, o ecofeminismo ocidental também se reporta a importantes iniciativas ativistas. O ativismo ecofeminista mais prolífico é oriundo dos países pouco

desenvolvidos economicamente ou de economias emergentes, e afirma a existência de uma relação essencial da mulher à natureza, enquanto mães e enquanto tendo uma relação privilegiada com a natureza, devido ao trabalho realizado na lavoura. Não obstante, o ecofeminismo nestes países também se reporta a um importante trabalho teórico. Sturgeon salienta que nem todos os movimentos de ativismo se encontram associados ao essencialismo, e que nem todo o teorismo acadêmico é anti essencialismo, e que, da mesma forma, nem todas as tipologias colocam a mulher de cor “invisível” no que respeita à produção teórica, no entanto, que estas tipologias, no seu esforço de negarem o essencialismo, acabam por deixar emergir, com frequência, estas conclusões. As controvérsias internas que tiveram lugar em torno das dicotomias teoria / prática e essencialismo / construtivismo colocaram, inclusivamente, o ecofeminismo em questão. Apenas agora começa a emergir o entendimento de que se deve atender às diferentes abordagens, mesmo que antagónicas.

O pensamento sistémico consiste numa forma de se abordar a complexidade dinâmica, seja esta identificada em problemas como o ambiental ou, da mesma, em movimentos cívicos, como os feminismos ou ecofeminismos. Esta abordagem é transdisciplinar, não especializada, e nega os limites da metodologia científica reducionista, que tende a dividir a realidade em pequenos componentes para os conhecer, defendendo, em vez, a importância de se abordar a totalidade das partes e de se compreender como estas interagem com o ambiente e com a própria vida. Também parte do pressuposto de que tudo se encontra interconectado e interdependente, sendo que um evento, uma causa, num ponto do planeta facilmente produz efeitos, consequências, num outro ponto do planeta; procura, por este motivo, uma linguagem comum que permita a partilha de conhecimentos.

A sistémica centra-se nas inter-relações mais do que nos objetos, na identificação dos padrões de mudança, nas não-linearidades e nos processos de ‘feedback’, de forma a possibilitar uma melhor compreensão dos sistemas, para prever os seus comportamentos e conceber modificações, no sentido dos efeitos pretendidos.

É fundamental abordar-se o problema ambiental pela lente da sistémica, considerando-se que abrange todos os ecossistemas e sociedades e a extensão dos danos ambientais não poder ser compreensível através de visões regionais ou individualizadas, devendo a questão ser abordada enquanto um todo, para além das suas partes, sob pena de, simplesmente, não se compreender a dimensão das vicissitudes em questão.

A sistémica alarga as fronteiras da compreensão do problema ambiental, de forma a não marginalizar, para além da visão dos decisores políticos e cientistas e até, mesmo, de comunidades e povos indígenas, ou seja, para além dos limites do humanismo, valorizando a perspetiva ecológica biocêntrica.

O pensamento sistémico possibilita a compreensão da interconexão e interdependência e como a falta de consciencialização do ser humano de que também ele é natureza, resulta em que atue de uma forma desresponsabilizada e, como tal, agrave a dimensão dos danos que se encontram a ser produzidos, sem ter a consciência de que o consumo acarreta um circuito de retorno e que, após o decurso de um determinado período de tempo, os danos produzidos retornam aos humanos. A explicação fundamental para o facto de os humanos não terem consciência deste circuito, em cada ato de consumo que realizam, deve-se ao facto de que se estabeleceu uma hierarquização: um nível superior, que se reporta ao consumo, em cima de um nível inferior, que se reporta aos recursos vivos, que são usados em prol do nível superior. Não existe, no entanto, uma consciência desta hierarquização nem de que, se a interconexão dos seres vivos aumentou, igualmente aumentou a interdependência entre eles.

A ausência de uma compreensão sistémica da questão ambiental também permite a fragmentação, que separa a questão da justiça social enquanto um sistema, da questão ambiental, enquanto um outro sistema.

O pensamento sistémico pode abordar a complexidade presente nos feminismos e ecofeminismos. Neste âmbito, é particularmente sensível a delimitação de fronteiras, para se evitar a exclusão e se integrar os dualismos teoria / ativismo e essencialismo / construtivismo, de forma a não se marginalizar quaisquer perspetivas, mesmo que divergentes. Uma abordagem sistémica aos feminismos, em particular, pode partir de um ponto de partida indisputado: a aceitação como problemática da relação entre a natureza biológica e as construções sociais, evitando-se partir-se de assunções específicas sobre aquilo que é ou não o feminismo e integrando-se as perspetivas divergentes enquanto subsistemas do todo maior.

Stephens (2009, 2010, 2012, 2015) debruçou-se sobre uma terceira vaga de pensamento sistémico, denominada crítica, que reflete uma preocupação clara com considerações éticas, e associou-a ao ecofeminismo, na sua vertente cultural, identificando um conjunto de princípios comuns entre estes dois quadros conceituais. Refere-se, nomeadamente, à “sensibilidade às questões de género”, à “valorização das

vozes das minorias”, à “centralização na natureza (biocentrismo)”, à “seleção dos métodos apropriados” e à “realização da investigação para a promoção da mudança social”. Estes princípios foram concebidos para serem utilizados na realização de projetos, planos de ação, diretrizes políticas e desenvolvimento da sociedade civil, para promoverem a emancipação coletiva, de indivíduos e ecologias, de injustiças e exclusões. O que a autora pretende, através do uso destes princípios, é promover a integração no paradigma do “pensamento sistémico crítico” de uma “consideração consciente do género”, de forma a colmatar uma lacuna alegadamente existente neste quadro teórico e de promover uma “intervenção sistémica” social positiva adequada.

Nos próximos capítulos irá realizar-se uma reflexão sobre a integração destes princípios na elaboração de diretrizes políticas e projetos de desenvolvimento da sociedade civil em Portugal.

### **Capítulo 3: Operacionalização de conceitos**

### 3.1. *Objetivos*

Identificou-se, na investigação teórica realizada, a ausência de bibliografia portuguesa sobre os temas abordados, desde logo sobre o (s) ecofeminismo (s). Também não se encontraram registos da existência de movimentos ecofeministas em Portugal, ou mesmo da existência de interesse em relação ao desenvolvimento destes movimentos no estrangeiro.

O Relatório “Género Território Ambiente: Estudo Diagnóstico e Criação de Indicadores de Género” (Gaspar e Queirós 2009) considera, inclusivamente, o ecofeminismo como uma categoria analítica desadequada. Refere-se, neste Relatório, especificamente: “Hoje em dia, nos estudos do tema da conservação da natureza e da biodiversidade na perspectiva de género, o *género* passou a ser considerado uma categoria analítica, deixando as abordagens de se concentrar no *ecofeminismo* ou nos assuntos relacionados com as mulheres como preocupação avulsa e autónoma, para se centrarem na relação do género com o ambiente como poderosa ferramenta para estratégias de desenvolvimento sustentável” (Gaspar e Queirós 2009: 66).

As conclusões deste estudo, apesar de escassas, são relevantes, por avançarem com alguns indicadores, para o conhecimento da situação do género no domínio ambiental em Portugal. O relatório refere que “(...) os estudos do tema da conservação da natureza e da biodiversidade na perspectiva de género são praticamente inexistentes e que os poucos dados estatísticos organizados e disponíveis não permitem aprofundar o conhecimento do panorama nacional.” Mais indica que “em Portugal não existe tradição de pesquisa científica e de produção de estudos sobre o ‘género e o ambiente’, pelo que, o que é conhecido está mais alicerçado no discurso retórico do que no conhecimento. Quer isto dizer que as análises de género associadas aos domínios do ambiente carecem de um suporte analítico, de informação acessível e de uma base empírica suficientemente fiável e com desagregação geográfica à escala local (...)” (Gaspar e Queirós 2009: 92).

Procurou contactar-se os movimentos feministas portugueses, de forma a melhor poder compreender-se esta factualidade, no entanto, infelizmente, não se obteve sucesso na tentativa de estabelecimento de contactos com estes movimentos.

No que respeita à sistémica, da mesma forma identificou-se a inexistência de bibliografia portuguesa sobre a sistémica aplicada ao problema ambiental em Portugal, ou mesmo em relação ao problema ambiental, em geral.

Considerando-se a limitação de tempo para a realização deste trabalho, que impossibilitou a abordagem dos organismos portugueses, tanto estaduais como da sociedade civil, mais idóneos para disponibilizarem informações sobre as temáticas abordadas nos dois primeiros capítulos, optou-se pela identificação da existência de conhecimento, sensibilidade ou interesse em relação às matérias em questão, por parte de oito entrevistados, de forma a enriquecer-se a reflexão proposta no tema da dissertação.

### ***3.2. Opção metodológica***

Considerando-se sobretudo a dimensão desta investigação, adotou-se uma metodologia qualitativa, tendo por base a realização de oito entrevistas semi-estruturadas, gravadas em áudio e transcritas.

O conteúdo das entrevistas foi sujeito a uma análise interpretativa baseada na inferência, ou dedução lógica, a oscilar entre o “rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade”, motivada pela identificação do “escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (...)”, sem deixar de se prosseguir o escopo fundamental de obtenção de uma leitura adequada do conteúdo recebido (Bardin 1977: 11 e 30-48). Assim, obteve-se uma compreensão espontânea ou intuitiva do conteúdo transmitido nas entrevistas, realizando-se, num outro sentido, uma construção coerente, para possibilitar uma compreensão das hipóteses equacionadas, concebidas em função do tema central da investigação (Bardin 1977: 30-48 e Guerra 2006).

Considerando-se que se realizaram entrevistas para se abordarem as questões identificadas, não se obtiveram dados mensuráveis, de forma a obter-se uma consideração objetiva do tema central. No entanto, a informação obtida é idónea para a realização de uma reflexão sobre o tema central.

### ***3.3. Guião de entrevistas e hipóteses de trabalho***

Considerando-se a ausência mencionada de bibliografia e de dados sobre o ecofeminismo em Portugal, assim como de estudos que apliquem a sistémica ao problema ambiental em Portugal, surgiram, desde logo, duas questões basilares que foram perguntadas aos entrevistados: “conhece o ecofeminismo? E conhece o pensamento sistémico, aplicado ao problema ambiental?” Estas constituíram as duas

primeiras questões apresentadas aos entrevistados e, da mesma forma, fundamentais para a estruturação das questões subsequentes que integraram o guião das entrevistas semiestruturadas. Estas duas perguntas foram categorizadas, para efeitos de sistematização deste trabalho, enquanto o primeiro grupo de questões (Grupo I).

Considerando-se a mencionada ausência de estudos sobre estes dois enquadramentos em Portugal, adivinhou-se o desconhecimento geral, por parte dos entrevistados, destas temáticas. Por este facto, procurou identificar-se a existência ou não de sensibilidade em relação aos fundamentos dos movimentos ecofeministas, assim como identificar-se a existência ou não de sensibilidade, também por parte dos entrevistados, em relação a uma possível abordagem do problema ambiental através da sistémica.

De forma a identificar-se a existência ou não desta sensibilidade, em particular no que respeita aos fundamentos dos movimentos ecofeministas, formularam-se as seguintes questões, que constaram do guião das entrevistas, e que se reportam aos elementos estruturais destes movimentos sociais, identificados *supra* no 1.4. da revisão de literatura:

1. Considera que existe uma lógica de hierarquia entre mulheres e homens, em Portugal?
2. Considera que as mulheres em Portugal são vítimas de estereótipos de género? / Considera que a sociedade portuguesa é sensível no que respeita a questões de género?
3. Considera que existe um patriarcado em Portugal?
4. Considera que faz sentido a continuação dos movimentos feministas, em Portugal?
5. Considera que, em Portugal, o problema ambiental é considerado um problema grave? Considera que se encontra a ser tratado de forma adequada pelas autoridades? E, por outro lado, considera que se encontra a ser tratado de forma adequada pela sociedade civil?
6. Faz-lhe sentido falar-se em biocentrismo, em Portugal?
7. Faz-lhe sentido falar-se numa ligação especial da mulher à natureza?

Estas perguntas foram categorizadas, para efeitos de sistematização deste trabalho, enquanto o segundo grupo de questões (Grupo II).

As respostas a estas perguntas indicariam se os entrevistados poderiam, ou não, aceitar o ecofeminismo enquanto um movimento social idóneo para Portugal.

Por fim, coube perguntar-se aos entrevistados se consideravam que a sociedade portuguesa é passível de integrar três dos princípios comuns aos dois enquadramentos, “sensibilidade às questões de género”, “valorização das vozes das minorias” e “centralização na natureza (biocentrismo)” (Stephens, Jacobson e King 2009 e 2010; e Stephens 2012 e 2015), na realização de projetos, planos de ação, diretrizes políticas e desenvolvimento da sociedade civil. Considerou-se, no entanto, que a resposta a este grupo de perguntas poderia ser inferida das respostas às questões do Grupo II.

Estas perguntas foram categorizadas, para efeitos de sistematização deste trabalho, enquanto o terceiro grupo de questões (Grupo III).

**Tabela 1:** Guião das entrevistas semiestruturadas

<b>Grupos</b>	<b>Questões colocadas</b>
<b>I</b>	1.ª Conhece o ecofeminismo?
	2.ª Conhece o pensamento sistémico, aplicado ao problema ambiental?
<b>II</b>	1.ª Considera que existe uma lógica de hierarquia entre mulheres e homens, em Portugal?
	2.ª Considera que as mulheres em Portugal são vítimas de estereótipos de género? / Considera que a sociedade portuguesa é sensível no que respeita a questões de género?
	3.ª Considera que existe um patriarcado em Portugal?
	4.ª Considera que faz sentido a continuação dos movimentos feministas, em Portugal?
	5.ª Considera que, em Portugal, o problema ambiental é considerado um problema grave? Considera que se encontra a ser tratado de forma adequada pelas autoridades? E, por outro lado, considera que se encontra a ser tratado de forma adequada pela sociedade civil?
	6.ª Faz-lhe sentido falar-se em biocentrismo, em Portugal?
	7.ª Faz-lhe sentido falar-se numa ligação especial da mulher à natureza?
<b>III</b>	Aceitação da integração dos 3 princípios que se seguem na realização de projetos, planos de ação, diretrizes políticas e desenvolvimento da sociedade civil
	1.º Sensibilidade em relação às questões de género?
	2.º Valorização das vozes das minorias?
	3.º Centralização na natureza (biocentrismo)?

Equacionou-se a possibilidade dos entrevistados serem sensíveis à integração dos três princípios, “sensibilidade às questões de género”, “valorização das vozes das minorias” e “centralização na natureza” na realização de projetos, planos de ação, diretrizes políticas e desenvolvimento da sociedade civil. Porém, considerando-se a

hipótese de Portugal acolher, em geral, as perspetivas mais correntes ao problema ambiental, identificadas *supra* no 1.3. enquanto soluções “eco-eficientes” por serem as dominantes (Lorente, Antolín e Doblas 2009), considerou-se provável que os entrevistados não fossem sensíveis à integração do princípio “centralização na natureza” (biocentrismo).

Considerando-se que os três princípios são apresentados enquanto estando interligados aos dois enquadramentos, ao ecofeminismo e ao pensamento sistémico, havia que identificar-se a existência ou não, por parte dos entrevistados, de sensibilidade em relação a estes dois enquadramentos. Os entrevistados poderiam ser sensíveis a apenas um deles ou, então, a nenhum deles.

Considerando-se que Stephens (2012 e 2015) defende o ecofeminismo cultural, colocaram-se ainda duas últimas hipóteses, dos entrevistados também não concordarem com a existência de uma ligação essencial entre a mulher e a natureza ou, ao invés, considerarem existir essa relação privilegiada.

Há que sublinhar que o presente estudo pretendeu *tout court* a realização de uma reflexão sobre o tema apresentado, pelo que as hipóteses de trabalho apenas se referiram a possíveis respostas não consolidadas às perguntas específicas que delimitam o objeto do estudo, que poderão, no entanto, ser abordadas com mais profundidade em estudos ulteriores ou num doutoramento que se venha a realizar sobre este tema.

## **Capítulo 4: Recolha e análise de informação**

#### **4.1. Perfis das (os) entrevistadas (os)**

Realizaram-se oito entrevistas semiestruturadas, numa baliza temporal de quatro meses. As (os) entrevistadas (os) encontram-se todas (os) na faixa etária dos 40 aos 50 anos, têm a nacionalidade portuguesa, possuindo todas (os) o mínimo de uma licenciatura (ou frequência universitária) (Tabela 2).

Selecionaram-se as (os) oito entrevistadas (os) com os seguintes fundamentos:

Os entrevistados números 1, 5 e 6 foram selecionados por se considerar que representariam, *grosso modo*, as três diferentes visões do problema ambiental, abordadas *supra* no 1.3.

Pode referir-se que a Entrevistada Nr. 1 perfilha e implementa algumas das soluções apontadas pela abordagem “eco-radical”, como se poderá inferir da entrevista realizada. Com formação em Biologia, encontra-se, presentemente, a exercer a profissão de especialista em permacultura. Encontra-se, em específico, a implementar projetos de permacultura aprovados e financiados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ: Agência Alemã de Cooperação Internacional).

A Entrevistada Nr. 5 reflete inequívocas preocupações sociais, encontra-se envolvida em ativismo, social e ambiental, desde há mais de duas décadas. É jurista, tendo sido dirigente da associação ambiental Quercus durante duas décadas.

O Entrevistado Nr. 6 É ecólogo e investigador, presentemente no Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos / Laboratório Associado InBio (CIBIO/InBio), Universidade do Porto, tendo realizado, durante mais de 24 anos, investigação académica em diferentes universidades, no Canadá, E.U.A., Reino Unido e Japão.

Solicitou-se uma entrevista à Entrevistada Nr. 2, considerando-se o facto de ser uma jornalista com 20 anos de experiência, incluindo em cargos de direção, em três dos principais órgãos noticiosos portugueses. Procurou-se, desta forma, obter-se novos dados sobre os temas abordados.

Solicitou-se a entrevista ao Entrevistado Nr. 4 pelo facto deste ser formador de modelos de abordagens sistémicas à doença e poder aplicar a sistémica, enquanto uma ferramenta teórica não especializada, ao problema ambiental, em Portugal.

Solicitou-se a entrevista à Entrevistada Nr. 7 pelo facto de dirigir um círculo feminino, sendo estes círculos, frequentemente, defensores do essencialismo feminino.

Solicitou-se a entrevista à Entrevistada Nr. 3 por esta exercer a profissão de administradora no sector privado financeiro, por um período superior a 15 anos e poder, por este facto, espelhar uma visão dos temas abordados neste trabalho influenciada por este sector.

Solicitou-se a entrevista à Entrevistada Nr. 8 por esta exercer a profissão de gestora e administradora no sector público, desde há mais de quinze anos, trabalhando em articulação com membros do governo e, por este facto, poder espelhar uma visão dos temas abordados neste trabalho influenciada pela sua experiencia profissional neste sector.

Infelizmente, foram infrutíferas as solicitações de entrevistas a membros de associações feministas.

Não se pretendeu, em nenhum momento, pensar-se nas (os) entrevistadas (os) enquanto representando, de alguma forma, os sectores onde exercem as suas atividades profissionais; pretendeu-se, tão-somente, o enriquecimento da reflexão pretendida para este estudo.

**Tabela 2:** Perfis das (os) entrevistadas (os)

Entrevistadas (os)	Faixa etária	Nacionalidade	Profissão
Nr. 1	40-50	Portuguesa	Gestão de projetos de cooperação internacional, na área da agricultura
Nr. 2	40-50	Portuguesa	Jornalista (incluindo direção de órgãos noticiosos)
Nr. 3	40-50	Portuguesa	Gestora financeira
Nr. 4	40-50	Portuguesa	Médico e formador em sistémica aplicada à doença
Nr. 5	40-50	Portuguesa	Jurista e ativista ecológica
Nr. 6	40-50	Portuguesa	Ecólogo
Nr. 7	40-50	Portuguesa	Matemática. Professora de dança. Direção de círculo feminino
Nr. 8	40-50	Portuguesa	Gestora pública

#### **4.2. Análise do conteúdo das entrevistas**

No que respeita ao primeiro grupo de questões, e tal como esperado, verificou-se que quase **todas (os) as (os) entrevistadas (os) desconheciam o (s) ecofeminismo (s)**.

As (os) entrevistadas (os) números 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>o</sup>, 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> referiram desconhecer *tout court* estes movimentos.

A entrevistada Nr. 5, tendo 20 anos de experiência a integrar diferentes direções da Associação Quercus, referiu: "*eu não sei muito sobre ecofeminismo, confesso que não tenho visto resultados particularmente clamorosos em termos de haver pensadoras e autoras que se destaquem, particularmente.*" Podemos inferir, por este excerto da resposta, que o ecofeminismo não é expressivo no associativismo ecológico em Portugal.

O Entrevistado Nr. 6 referiu, no que respeita à própria terminologia de ecofeminismo: "*(...) não gosto do termo (...) associar-se o feminismo à ecologia, dizendo que havia uma relação particular entre feminismo e ecologia, não.*" Não será de estranhar que este entrevistado conheça estes movimentos, considerando o facto de

que residiu nos E.U.A., um dos países onde estes movimentos tiveram e têm visibilidade.

Também se recorda aqui o disposto no Relatório “Género Território Ambiente” (Gaspar e Queirós 2009) que considera, inclusivamente, o ecofeminismo como uma categoria analítica desadequada.

Poderá inferir-se da colocação desta questão que o movimento ecofeminista não parece ter expressão em Portugal e que, inclusivamente, da mesma forma, nada parece indicar que o venha a ser.

Por este facto, e de forma a identificar-se a existência ou não de sensibilidade em relação aos fundamentos dos movimentos ecofeministas, apresentaram-se aos entrevistados as questões que se seguem, respeitantes aos elementos estruturais destes movimentos, identificados na matéria exposta *supra* no 1.4..

**Todas (os) as (os) entrevistadas (os) referiram existir uma lógica de hierarquia entre homens e mulheres, em Portugal.**

A Entrevistada Nr. 1 referiu que *"vivemos numa sociedade muito hierarquizada onde, efetivamente, ainda há uma grande subjugação da mulher em relação ao homem, em diversos sectores, havendo alguma consciência e havendo, em algumas áreas, a tendência para se subverter esse processo (...)"*.

Salienta-se a resposta da Entrevistada Nr. 5, que sublinha o facto de que esta hierarquia não apenas existe materialmente, mas que também existe formalmente, encontrando-se a ser abordada através do ordenamento jurídico nacional. Referiu, em concreto: *"está à vista de todos (...) há uma série de passos dados, até instrumentos jurídicos mais consolidados, no sentido de uma tendência igualitarizante, mas há hierarquias na mentalidade dominante e nas mentalidades individuais (...) as percentagens de violência no namoro, por exemplo, são bastante elevadas mas, dizia eu, ao nível da violência doméstica e da repetição dos números, nota-se que há muitas mulheres que interiorizam que é natural uma certa subordinação ou submissão (...)"*.

A Entrevistada Nr. 7 abordou, em específico, a vertente psicológica desta hierarquia: *"A mulher, muitas vezes, está numa situação em que tem de provar, de certa forma, que é suficiente ou que vale."*

**Também todas (os) as (os) entrevistadas (os) consideram que a sociedade portuguesa é sensível no que respeita a questões do género.**

Esta pergunta conduziu a respostas que abordaram o conceito de “género” através de diferentes vertentes. A Entrevistada Nr. 2 mencionou, a propósito da sua experiência de 20 anos de jornalismo, que “(...) *o que os homens dizem é mais valorizado do que o que dizem as mulheres, mesmo que seja a mesma coisa.*” Mencionou exemplos concretos, que podem ser consultados no anexo a esta dissertação, referente à transcrição das entrevistas. Estes exemplos identificam uma realidade grave, que é a existência de pouca sensibilidade em relação às questões do género, pelo menos no que concerne à classe política portuguesa.

A Entrevistada Nr. 3 mencionou, a propósito da sua experiência na integração de conselhos de administração no sector bancário que *"eu contacto com um sector em que isso é uma realidade, por via da determinação das quotas, nomeadamente para órgãos sociais (...)"*. Também a Entrevistada Nr. 8 chamou a atenção para este facto, para a existência desta discriminação positiva determinada normativamente, enquanto solução para a mitigação de injustiças históricas.

O Entrevistado Nr. 4 abordou o conceito de género através do seu enquadramento histórico: *"o género é uma ditadura (...) antigamente quem pretendia transgredir as manifestações e estereótipos de género, ou era morto, por sistemas de poder, ou era considerado uma pessoa doente."*

Chama-se aqui a atenção para a resposta da Entrevistada Nr. 8: *"os géneros nunca vão ser iguais."* Mais referiu: *"Está na moda agora a igualdade de género."* A verdade é que os entrevistados demonstraram, em diferentes ocasiões, confundirem os conceitos de igualdade de género, igualdade de direitos e lógica de hierarquia. Não se promoveu o esclarecimento. Porém, ficou bem patente esta confusão. Refira-se, a este propósito, o disposto *supra* no 1.2. relativamente ao paradoxo da igualdade de género, onde se aborda o debate em curso sobre o tema.

Com exceção da Entrevistada Nr. 8, que referiu não saber responder à questão, **todas (os) as (os) restantes entrevistadas (os) consideraram que existe um patriarcado em Portugal.**

O Entrevistado Nr. 4 abordou esta questão segundo uma perspetiva teórica: *"Queremos uma sociedade não patriarcal ou queremos uma sociedade em que o género não seja uma questão de poder? É que passar de uma sociedade patriarcal para uma sociedade matriarcal, é melhor, pior?"*

Também se salienta aqui a resposta da Entrevistada Nr. 7: *"As mulheres, somos diferentes dos homens, biologicamente, psicologicamente e emocionalmente e fisicamente. Há muitas diferenças. Uma mulher para conseguir viver em harmonia consigo própria, uma das coisas que, na minha opinião, seria importante fazer seria respeitar o seu ciclo, o seu ciclo menstrual. É qualquer coisa que hoje em dia, pelo contrário, tomam-se comprimidos para anular os efeitos. É visto socialmente, pelo menos nas mulheres de hoje em dia, mulheres emancipadas ou mulheres com cargos de poder ou que trabalham socialmente num contexto empresarial, têm de agir como homens (...) vivemos numa sociedade que é regida por valores masculinos e onde as mulheres, é como se nascessem num oceano que nada tem a ver com a nossa forma de ser."* Como se constata, a Entrevistada Nr. 7 vem defender a diferença de género, que se reporta a motivos biológicos e psicológicos, e abre aqui o espaço para o essencialismo. De alguma forma, poderá interpretar-se que vem defender que o patriarcado atenta contra a essência feminina.

#### **As respostas das (os) entrevistadas (os) divergiram no que respeita à importância dos movimentos feministas em Portugal.**

As (os) entrevistadas (os) números 1.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, e 8.<sup>a</sup> referiram que não faz sentido a continuação dos movimentos feministas em Portugal.

A Entrevistada Nr. 1 referiu que *"acho que isso não faz sentido nenhum. As mulheres, no entanto, devem marcar a sua posição, em termos de respeitabilidade e independência (...) isso já é assumir que há uma diferença. E quando assumimos que há uma diferença, é porque ela existe. E por isso sou contra estas correntes feministas., porque vêm acentuar uma diferença (...) [devemos] ver as coisas enquanto seres igualmente participantes e o que deverá estar na mesa é a participação da pessoa enquanto indivíduo e o que cada individuo pode dar, independentemente do género e partir daí."*

A Entrevistada Nr. 3 justificou a sua posição referindo que *"eu não me identifico com movimentos feministas. Não gosto, porque tendem a ser tendenciosos, no sentido contrário. Sou a favor da cooperação e, muitas vezes, esses movimentos são mais de guerra do que cooperação. E, portanto, não acho que seja uma solução com a qual me identifique."*

A Entrevistada Nr. 5 não negou os movimentos feministas, no entanto, indicou que *"depende do movimento feminista em si (...) Numa serie de vertentes, quer em*

*relação à violência sexual, quer em relação à discriminação salarial, em relação à discriminação no acesso ao trabalho, quer em relação a formas extremas de violência, etc."*

Num sentido contrastante, a Entrevistada Nr. 2 defendeu estes movimentos, alegando que "*(...) a situação ainda o exige (...) há que mudar a tática e trabalhar-se mais ao nível da legislação e da implementação, que pode ser feita através da imposição de quotas (...) mas assegurar-se a fiscalização (...) porque ainda existe, por exemplo, no acesso a determinadas posições em empresas, no acesso a carreiras, no tratamento ao nível profissional, claramente...*".

Com exceção da Entrevistada Nr. 8, **todas (os) as (os) restantes entrevistadas (os) consideraram que o problema ambiental é um problema grave.** A Entrevistada Nr. 8 referiu que "*o problema ambiental é um problema de moda.*"

As respostas das (os) restantes entrevistadas (os) foram diversificadas, nomeadamente no que respeita à forma como se encontra a ser tratado pelas autoridades e/ou sociedade civil, em Portugal.

A Entrevistada Nr. 1 abordou as dificuldades com que se defronta na gestão de projetos agrícolas "*(...) assinam-se projetos e permitem-se legalidades que têm um grande impacto ambiental e, depois, no dia seguinte, alocam-se dois milhões para colmatar as agressões ambientais.*" *é mais fácil obter o financiamento para vir um engenheiro ao local do que um ecólogo (...) quando se trata em termos de se investir ao nível dos solos e da vegetação, para começar a regenerar o planeta, quase nunca é possível.*"

A Entrevistada Nr. 2 respondeu através da apresentação de uma visão ampla da questão: "*(...) a separação do lixo é útil, mas não evita todo o processo. Lida com a questão a jusante, mas não a montante (...) uma empresa que produz um frigorífico tem de ter capacidade para receber esse frigorífico de volta (...) existe um problema estrutural, de fundo, em relação à forma como se encontra organizada a produção (...) E depois temos um problema, com aquilo que não pode ficar aqui nos países mais desenvolvidos e que conduz há exportação do lixo, enviado para os oceanos, para os países pobres (...)*".

A Entrevistada Nr. 3 referiu: "*(...) tem de haver uma mudança de mentalidades.*"

O Entrevistado Nr. 4 abordou o problema ambiental através da sistémica, pelo que nos debruçaremos *infra*, em mais pormenor, sobre a sua resposta.

A Entrevistada Nr. 5 mencionou que "(...) *ainda temos muito o fenómeno “nimby”, “not in my back yard (...)*".

O Entrevistado Nr. 6 avançou com uma ideia concreta para se contribuir para se mitigar o problema ambiental em Portugal: "(...) *seria muito interessante se as autoridades portuguesas dessem mais incentivos para o uso de carros elétricos. É uma coisa muito simples. E um dos maiores incentivos para o uso dos carros elétricos seria termos nas estradas portuguesas, nas autoestradas portuguesas, uma cadeia de pontos de alimentação rápida de carros elétricos, tal como a Tesla está a fazer na Califórnia. Mas era bom que nós tomássemos iniciativa, e não estivéssemos à espera de virem nos dizer para o fazermos.*"

A Entrevistada Nr. 7 abordou a questão da “consciência”; tal como se mencionou *supra* no 1.3., é uma matéria privilegiada para a escola da Ecologia Profunda: “*A partir do momento em que se mudou de um sistema matriarcal para um sistema patriarcal, o respeito pela Terra, e o saber que é a Terra que nos permite estar aqui, esta consciência perdeu-se completamente.*”

Com exceção da Entrevistada Nr. 8, **todas (os) as (os) restantes entrevistadas (os) consideram que faz sentido falar-se em biocentrismo, em Portugal.**

Este conceito não deixou, no entanto, de levantar questões quanto ao seu conteúdo, tal como se pode constatar nas respostas transcritas (cfr. o anexo a esta dissertação). No entanto, os entrevistados números 5 e 6 abordaram-no com muita clareza:

Refere a Entrevistada Nr. 5: "(...) *a tendência, em termos éticos, deve ser cada vez mais ecocêntrica (...) faz cada vez mais sentido, até porque há progressos (...) em termos biológicos e zoológicos, em termos de ecologia, que demonstram a compreensão da complexidade também nos outros seres vivos, que durante séculos desvalorizamos, e que achávamos que eram apenas bens de consumo, basta ver, por exemplo, no nosso ordenamento jurídico, os animais até há dias eram considerados coisas (...) agora, com o progresso dos vários ramos do pensamento, vamos percebendo que os seres tanto vegetais como animais têm uma complexidade e até uma aproximação a características que até então considerávamos únicas dos seres humanos (...) ao nível de se ter sensibilidade à dor, sofrimento, algumas formas mais elementares de uma certa racionalidade, de relações sociais extremamente complexas, existem ao nível de outras*

*espécies, não apenas dos humanos. Essas espécies têm então direito a ter uma tutela, uma proteção (...)."*

O Entrevistado Nr. 6 mencionou, no entanto, que *"neste momento acho que praticamente não existe biocentrismo. Haverá algumas pessoas que o defendem. Mas, sobretudo, em meios acadêmicos."* Mais referiu que associa o conceito de biocentrismo à escola da Ecologia Profunda.

Recorda-se que a última questão do Grupo II pretende identificar a **aceitação ou não do essencialismo**, por parte das (os) entrevistadas (os). **As respostas claramente divergiram consoante a (o) entrevistada (o).**

Questionada sobre a existência, ou não, de uma ligação privilegiada da mulher à natureza, a Entrevistada Nr. 1 argumentou que *"existe natureza e fazemos parte dela, pois com as suas diferenças, tal como a bananeira é diferente da pereira ou o morangueiro de uma erva daninha."*

A Entrevistada Nr. 8 argumentou num sentido semelhante: *"para mim isso é tudo fantasia. Deve haver uma relação especial à natureza tanto das mulheres quanto dos homens, quanto dos animais."*

Também os entrevistados números 2 e 6 negaram esta possibilidade.

A Entrevistada Nr. 3 também negou essa possibilidade, porém, defendeu que *"faz sentido falar-se de uma ligação do lado feminino de todos os seres vivos à natureza"*.

Já o Entrevistado Nr. 4 aceitou o essencialismo, enquanto um instrumento: *"Quando a sociedade evoluir para o não-patriarcado, deixará de fazer sentido."*

A Entrevistada Nr. 5 defendeu a existência de uma ligação privilegiada da mulher à natureza de uma forma assertiva: *"(...) as mulheres terão uma relação mais profunda à natureza, até pelas suas características biológicas. A existência dos ciclos da natureza, a mulher é, tendencialmente, mais telúrica. É reconhecido que tem uma ligação mais estreita com a própria natureza e com os seus ciclos e ritmos naturais."*

A Entrevistada Nr. 7 também defendeu, de uma forma assertiva, a existência de uma ligação privilegiada da mulher à natureza: *"exato, assim como o ritmo da mulher nada tem a ver com este horário das nove às seis, sete, com estes sete dias da semana, não tem a ver com isto. Mas para uma mulher, hoje em dia, poder ser independente e poder ter este poder para o qual tanto lutou, tem de se tornar masculina (...) e depois, as mulheres têm todo este lado, não quer dizer que os homens não o têm, mais*

*maternal, todo este cuidado, com plantas, seja com o que for, toda a parte também mais intuitiva, tudo isto facilita toda esta ligação com a natureza.”*

No que respeita ao terceiro grupo de questões (Grupo III), que concerne à aceitação dos princípios “centralização na natureza” (biocentrismo), “valorização das vozes das minorias” e “sensibilidade às questões de género” propostos por Stephens (2013), conforme exposto *supra* no 2.3., todas as (os) entrevistadas (os), excetuando a Entrevistada Nr. 8, concordaram com a sua integração na elaboração de diretrizes políticas e projetos de desenvolvimento da sociedade civil (Tabela 3).

**Tabela 3:** Aceitação / rejeição dos princípios propostos Stephens (2013).

Entrevistada (o)	Aceitação do princípio “sensibilidade às questões de género”		Aceitação do princípio “valorização das vozes das minorias”		Aceitação do princípio “centralização na natureza (biocentrismo)”	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Nr. 1	•		•		•	
Nr. 2	•		•		•	
Nr. 3	•		•		•	
Nr. 4	•		•		•	
Nr. 5	•		•		•	
Nr. 6	•		•		•	
Nr. 7	•		•		•	
Nr. 8		•	•			•

Conclui-se que **existe, por parte das (os) entrevistadas (os), uma aceitação dos princípios apresentados por Stephens (2013)**. Recorde-se que não houve consenso em relação à aceitação / rejeição do essencialismo, não se podendo inferir que as respostas se encontram em **sintonia com o ecofeminismo cultural**, defendido por Stephens (2013). Num outro sentido, a **aceitação do biocentrismo**, por parte das (os)

entrevistadas (os), **alinha-as (os) à sistémica crítica**, também preconizada pela autora (Stephens 2013).

Destaca-se, das respostas das (os) entrevistadas (os), a argumentação unânime em favor da existência de uma lógica de hierarquia entre homens e mulheres, em Portugal. Também, todas (os) as (os) entrevistadas (os) consideram que a sociedade portuguesa é sensível no que respeita a questões do género. Da mesma forma, com exceção da Entrevistada Nr. 8, que referiu não saber responder à questão, todas (os) as (os) restantes entrevistadas (os) consideraram que existe um patriarcado em Portugal.

Considerando-se a vertente ambiental da temática do ecofeminismo (s), apenas com a exceção da Entrevistada Nr. 8, todas (os) as (os) restantes entrevistadas (os) consideraram que o problema ambiental é um problema grave. Novamente, com a exceção da Entrevistada Nr. 8, todas (os) as (os) restantes entrevistadas (os) também consideraram que faz sentido em falar-se em biocentrismo, em Portugal.

No entanto, **apesar de estarem presentes os elementos axiológicos que estruturam os movimentos do ecofeminismo (s), todas (os) as (os) entrevistadas (os) referiram desconhecer estes movimentos, com exceção da Entrevistada Nr. 5, ativista ambiental, porém, desinteressada nestes movimentos. Também o Entrevistado Nr. 6 se referiu a estes movimentos com desagrado.**

Existe, por parte das (os) entrevistadas (os), uma preocupação inequívoca no que respeita ao desequilíbrio entre mulheres e homens em Portugal e uma sensibilidade para a necessidade de se corrigirem as desigualdades existentes. Não surpreende, por isso, a aceitação generalizada (excetuando da Entrevistada Nr. 8) do princípio “sensibilidade às questões de género”. No entanto, não resulta claro das entrevistas que a forma de se conseguir o reequilíbrio seja através dos feminismos, como se constata das intervenções das (os) entrevistadas (os), que acusam estes movimentos de acentuarem diferenças, serem tendenciosos, promoverem o conflito e de constituírem uma proclamação exaltada dos direitos da mulher atual, com a qual não se identificam.

Apesar de não se poder considerar estas entrevistas como representativas, pelo seu reduzido número, a verdade é que não deixa de ser razoável colocar-se a hipótese de existir um desagrado na sociedade portuguesa em relação aos movimentos feministas ou, pelo, menos, no que respeita ao próprio termo em si, até mais do que em relação ao conteúdo das iniciativas atuais destes movimentos. Tal poderá dever-se a muitos motivos, inclusivamente ao facto do termo abranger movimentos divergentes entre si,

tal como mencionado *supra* no número 1.1. deste estudo, inclusivamente, agrupando movimentos moderados com movimentos radicais. Estes movimentos, tal como referido, afirmam-se como movimentos caracterizados pela diversidade e heterogeneidade (Cova 2007: 28-43), porém, esta aglomeração conceitual pode ser prejudicial à sua aceitação pela população em geral.

A compreensão desta questão exige a realização de estudos posteriores, com esta finalidade.

**Se as (os) entrevistadas (os) são sensíveis no que respeita às injustiças e desigualdades de direitos entre mulheres e homens, já o termo feminismo (s) provocou uma série de reações distintas, umas favoráveis e outras desfavoráveis, pelo que poderá razoavelmente aceitar-se que, da mesma forma, o ecofeminismo (s), a ser conhecido pelas (os) entrevistadas (os), iria provocar reações igualmente distintas entre si.**

Cabe-nos agora centrarmo-nos no conhecimento e sensibilidade dos entrevistados em relação ao pensamento sistémico.

Regressando-se ao primeiro grupo de questões, verificou-se que **seis das (os) entrevistadas (os) desconheciam a sistémica.**

Verificou-se, no entanto, tal como mencionado *supra* no 2.1., que a própria designação de pensamento sistémico conduz a uma pluralidade de significações (Tabela 4).

Tabela 4: “Conhece o pensamento sistémico?”

Entrevistada (o)	Conhece o pensamento sistémico?		Comentários da (o) entrevistada (o)
	Sim	Não	
Nr. 1		•	"Tudo na natureza se encontra integrado. As formigas integram-se com os escaravelhos... a verdade é que a natureza é um sistema integrado. O ser humano encontra-se desconectado desse sistema, porque nos separamos. Tentamo-nos separar desse sistema criando um sistema alternativo, porém, continuamos integrados no sistema da natureza. Não sei se é isto?"
Nr. 2		•	
Nr. 3	•		"Fomos programados com um pensamento cartesiano e, se calhar, não é fácil termos um pensamento abstrato ou sistémico."
Nr. 4	•		
Nr. 5		•	"Pensamento sistémico, já ouvi em termos abstratos; em termos ambientais não me estou a recordar assim de nenhuma aplicação."
Nr. 6		•	
Nr. 7		•	"Já ouvi falar, embora não possa dizer nada sobre isso."
Nr. 8		•	"[pausa] o pensamento sistémico é um pensamento global [pausa] mais transversal [pausa] que entra a fundo na... não, isso é o contrário do que eu estou a dizer... mas é... se eu sistemicamente for tratar... tenho de tratar do principio ao fim, não é tirar o pó e não ir ao fundo da questão [pausa]. Para mim o sistémico é o global, daquele contexto, ter de se saber de tudo."

No que respeita a esta temática, destaca-se a intervenção do Entrevistado Nr. 4. Considerando-se que este é formador de sistémica aplicada à doença, justifica-se uma transcrição mais longa onde ele explica a forma como aplicou, espontaneamente, a estrutura do pensamento sistémico às questões ecológicas. Conforme referiu: *“Eu penso que o problema do ambiente é um problema complexo, sendo um fenómeno complexo, a resolução desse fenómeno passa por intervenções sistémicas. Tudo o que é complexo foge de sequências lineares causa-efeito. Dai que tem de lidar com esses problemas através da gestão de problemas complexos. Como se lida com o caos e com a complexidade? Uma das ferramentas é de acordo com a sistémica.*

Basicamente, o que significa uma intervenção sistémica? Bom... significa, primeiro, identificar quais os sistemas envolvidos na questão. Como identificamos os sistemas envolvidos? Temos de estudar os fenómenos. Temos que os observar de uma forma neutra, procurando ter uma perspetiva neutra. Por isso, observar aquilo que achamos que esta envolvido no problema do ambiente. Observar de uma forma neutra, procurarmos não ficar envolvidos nos nossos preconceitos, nos nossos esquemas e explicações lineares. E à medida que vamos observando, emitir hipóteses. Estas hipóteses não são emitidas porque são válidas, são emitidas porque é uma forma de fazer emergir novos dados, novas informações. Enquanto uma hipótese permite apresentar dados novos. Quando deixa de ter essa potencialidade arranjamos outra. Temos de ser curiosos e focarmo-nos quer em fenómenos mais microscópicos, que têm mais a ver connosco, e fenómenos mais macroscópicos... e ir ampliando a nossa capacidade de observação. Por isso, angariar dados, resultados dessas observações. Este é o primeiro passo. Depois, identificar sistemas envolvidos nestas questões. Depois perceber como é que interagem uns com os outros. E, depois, perceber onde estão os centros de poder, perceber onde estão e o que é que ajuda a criar regras. Por exemplo, o postulado da sistémica é que é impossível aceder aos fenómenos tal como eles são. É impossível aceder à forma como de facto as coisas funcionam. Se fosse possível, não seria um fenómeno complexo. Temos acesso ao mapa mas não ao território. Queremos aproximar o mapa do território, mas temos de ter a noção que um mapa é um mapa e que nunca será o território. Se acharmos que temos a solução não estamos no bom caminho. Depois, a sistémica diz que perante um fenómeno complexo, nós sabemos que há pré-fenómenos e há pós-fenómenos. Entre esses núcleos há uma caixa negra, nós sabemos que há um “input” e um “output” e depois há uma caixa negra onde as coisas acontecem. O que acontece lá nós não conseguimos aceder. Nós vamos saber que isto e aquilo têm uma relação, há um “input” e um “output”, que se influenciam mutuamente, mas o que acontece lá nós não conseguimos aceder. Nós sabemos que vão surgir ciclos de interação. É identificar esses ciclos de interações. Nós sabemos que se mudarmos um ciclo, a probabilidade de incutir uma mudança no que acontece na caixa negra aumenta. Por isso, como é que nós mudamos um ciclo? Para já e estudá-lo e depois ir a ciclos com bons resultados. Porque os ciclos de interação podem ser negativos ou positivos. Quer dizer, isso pode aumentar algo que nos sabemos que não queremos e pode aumentar algo que queremos. Se calhar, em lugar de saber o que faz que haja uma interação positiva, nós podemos procurar experiências positivas e depois procurar

replica-las e amplia-las. E também introduzir dados novos no sistema que podem ter efeitos de mudança.

(...) Ora, se há um movimento de capacitação de minorias dos feminismos, do tal ecofeminismo, é porque o sistema, em termos de equilíbrio, está-se a movimentar e, por muito que as pessoas possam ou não querer pensar no ambiente, a verdade é que essas questões afetam o sistema em que vivemos, quer nos faça ou não nos faça sentido; são os fenómenos de “feedback”. Se calhar, estas questões que colocas têm a ver com o pertencer a uma maioria. Até que ponto é que seria interessante pedir às minorias para fazer esse questionário. Como seria esse questionário construído?”

Mais referiu: “Até que ponto é que não seria mais válido que uma investigação sobre o ambiente fosse feita por uma minoria? Quando penso em ambiente penso em grupos que estão ameaçados, penso, por exemplo, nos índios da Amazónia, até que ponto é que quem deveria conduzir essa investigação deveriam ser eles? Por isso, não serão eles que deveriam fazer e responder ao questionário? Quem sou eu, que tenho um carro, que sou homem, que sou branco, que tenho uma profissão em termos sociais acima, que legitimidade tenho eu para responder a estas perguntas?”

#### **4.4. Discussão e limitações**

A investigação realizada permitiu a reflexão sobre o tema proposto e temáticas a este associadas. Uma das principais limitações resulta de não termos tido sucesso nas tentativas que fizemos de entrevistar mulheres envolvidas em movimento feministas.

Algumas das respostas das (os) entrevistadas (os) foram inesperadas e poderão considerar-se úteis para estudos posteriores a abrangerem estas matérias.

Desde logo ressaltou o facto das (os) entrevistadas (os) serem maioritariamente sensíveis à integração dos três princípios equacionados por Stephens (2013), “sensibilidade às questões de género”, “valorização das vozes das minorias” e “centralização na natureza” na realização de projetos, planos de ação, diretrizes políticas e desenvolvimento da sociedade civil. Apenas com a exceção da Entrevistada Nr. 8. Ou seja, **é claramente pacífica a integração de princípios positivos, em procedimentos, normativos ou atos que possam beneficiar a sociedade.**

**Agora, articular-se estes princípios com os dois quadros teóricos em questão, já não se afigura como uma evidência.** Da mesma forma, as especificidades defendidas por Stephens (2012, 2013 e 2015), em relação aos dois quadros em questão,

poderão complexificar ainda mais a compreensão destes princípios e, mesmo, comprometer a sua aceitação.

Como mencionado *supra* no 2.3. Stephens (2012, 2013 e 2015) identificou estes princípios ao associar o ecofeminismo cultural ao pensamento sistémico crítico. Porém, as respostas das (os) entrevistadas (os) claramente divergiram quanto à aceitação / rejeição do essencialismo. No que concerne ao pensamento sistémico crítico, com exceção do Entrevistado Nr. 4, as (os) entrevistadas (os) evidenciaram um entendimento limitado em relação a esta matéria.

A realização das entrevistas com os entrevistados 1, 5 e 6 também evidenciou a **fragilidade da tripla categorização de soluções para o problema ambiental**, identificadas na revisão de literatura enquanto soluções “eco-eficientes”, “eco-sociais” e “eco-radicais” (Lorente, Antolín e Doblas 2009).

Tal como antevisto, verificou-se que as (os) entrevistadas (os) desconheciam o (s) ecofeminismo (s), em geral, no entanto, demonstraram sensibilidade em relação aos fundamentos dos movimentos feministas e ecofeministas. Ficou bem patente a existência de uma preocupação no que respeita ao desequilíbrio entre mulheres e homens em Portugal e à necessidade de se corrigirem as desigualdades existentes. No entanto, **não se pode inferir das respostas das (os) entrevistadas (os) que a forma consensual de se conseguir o reequilíbrio seja por via dos movimentos sociais abordados, dos feminismos ou ecofeminismos.**

Da mesma forma, verificou-se a inclinação das (os) entrevistadas (os) para a consideração do problema ambiental enquanto um problema grave e que não se encontra a ser tratado de forma adequado nem pela sociedade civil nem pelas autoridades; e que é, inclusivamente, legítimo considerar-se o biocentrismo em Portugal. No entanto, **as (os) entrevistadas (os) não estabeleceram uma ligação entre o problema ambiental e a questão das desigualdades existentes entre mulheres e homens.**

Este estudo levantou uma série de questões que poderão ser aprofundadas em sede de estudos posteriores a serem desenvolvidos sobre as temáticas abordadas. Nomeadamente abordaram-se os princípios equacionados por Stephens (2012, 2013 e 2015), identificados da associação do ecofeminismo cultural ao pensamento sistémico

crítico, através da exploração destes dois enquadramentos conceituais. Se a abordagem aos dois enquadramentos conceituais enriqueceu a reflexão proposta, a verdade é que **a articulação dos três princípios com os dois quadros conceptuais exige mais estudos e reflexões**, o que não se afigurou como possível neste trabalho, considerando-se a escassez de tempo para a sua conclusão.

Um estudo ulterior também deverá abranger um universo mais abrangente da realidade portuguesa. Por exemplo, a Entrevistada Nr. 8 sublinha que a sensibilidade em relação a questões do género oscila conforme a escolaridade dos intervenientes. Na verdade, seria relevante dirigir-se o estudo também a um público diferenciado no que respeita às habilitações, não apenas escolares e académicas, mas também profissionais.

Confrontou-se com alguma **incompreensão em relação a conceitos fundamentais**. Tal como referido *supra* no 1.1., o conceito de género é distinto do conceito de sexo. Enquanto este último se reporta à distinção biológica entre mulher e homem, o conceito de género refere-se a um “sistema de significados”, a espelhar um sistema sócio cultural (Schouten 2011: 15). Verificou-se existir uma nítida confusão entre o conceito de género e a questão da desigualdade de direitos entre mulheres e homens. Resultou claro, pelas entrevistas realizadas, que **se é inequívoca a imperatividade de se promover a igualdade do gozo de direitos pelas mulheres, já a igualdade de género foi nitidamente questionada**, tal como se abordou *supra* no 1.2., relativamente ao paradoxo da igualdade de género.

Também o **conceito de patriarcado** levantou diferentes questões. Aparece, frequentemente, associado ao poder, prevalecente dos homens em relação às mulheres, exercido no espaço público, deixando de fora a identificação de outros tipos de manifestações de poder entre mulheres e homens, no espaço público e privado. Seria, pois, interessante abordar-se esta temática com mais profundidade.

Também poderá ser relevante explorar-se, no âmbito da interseção entre “ecologia” e “feminismo (s)”, o **conceito de “lógica de subordinação”**: lógica de subordinação das mulheres pelos homens e a lógica de subordinação pelos humanos dos restantes seres vivos. Tratar-se à de uma mesma lógica, como preconizado pelo ecofeminismo (s), ou estarão em questão dois quadros psicológicos distintos?

O **conceito de “minoría”** também pode ser objeto de uma abordagem mais aprofundada. Como referiu a Entrevistada Nr. 1, “*todos deveríamos ser minorias e deveria dar-se expressão a essa diferença, a essa criatividade*”. Também o Entrevistado

Nr. 4 refere que *“falar-se de uma maioria ou de uma minoria é tão redutor quanto a ilusão do patriarcado (...)”*.

De forma a aprofundar-se a reflexão proposta, poderá explorar-se a compreensão do problema ambiental através da sistémica. Se, ao antever-se o desconhecimento do ecofeminismo, procurou identificar-se a sensibilidade em relação aos fundamentos destes movimentos, também poderá realizar-se um procedimento análogo de forma a poder identificar-se a existência de sensibilidade em relação a uma compreensão sistémica do problema ambiental. Neste caso, e a julgar-se pertinente realizar-se entrevistas semiestruturadas sobre esta temática, estas poderão incluir questões tais como: a) Considera que o problema ambiental deve ser definido apenas por um grupo societário específico? b) Para a compreensão do problema ambiental, devem primeiro identificar-se quais os sistemas envolvidos e a forma como estes se encontram ligados e são interdependentes uns dos outros? c) Para a compreensão do problema ambiental, devemos focarmo-nos em fenómenos microscópicos ou macroscópicos ou ambos? d) Considera que no problema ambiental existem fenómenos a que não conseguimos aceder? e) Em que medida considera que faz parte do problema ambiental e das soluções para o mesmo?

## Referências Bibliográficas

Aalto Systems Forum (ASF). 2014. "Peter Senge: 'Systems Thinking for a Better World'."

<https://www.youtube.com/watch?v=0QtQqZ6Q5-o>, consultado a 29 de outubro de 2016.

Aboim, Sofia. 2008. *Itinerários: A investigação nos 25 anos do ICS*, organizado por Cabral, Manuel Villaverde, Wall, Karin e Aboim, Sofia, 561-582. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Arnold, Ross D. e Wade, Jon P. 2015. "A Definition of Systems Thinking: A Systems Approach". *Procedia Computer Science* 44: 669 – 678.

doi: 10.1016/j.procs.2015.03.050

Art, Henry W. 1993. *Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais*. Nova Iorque: Storey Communications Inc.

Barbieri, Marcello. 2008. "Biosemiotics: a new understanding of life". *Naturwissenschaften* 95 (7): 577-599.

Bardin, Laurence. 1977. *Análise de Conteúdo* (tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro). Lisboa: *Edições 70*.

Beck, Ulrich. 2007. *Sociedade de Risco Mundial* (tradução por Marian Toldy e Teresa Toldy e revisão por Marcelino Amaral). Lisboa: *Edições 70*.

Berger, Peter L. e Luckmann, Thomas. 2010. *A Construção Social da Realidade* (tradução de Ernesto de Carvalho e revisão de André Cardoso). Lisboa: Dinalivro.

Breder, Debora. 2010. "Françoise Héritier & Pierre Bourdieu: a construção hierárquica da diferença masculino/feminino." *Cadernos de Campo* 19: 35-45.

<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/43286/46909>, consultado a 20 de outubro de 2016.

Brown, Craig. 2012. “James Van Wood. Systems Thinking: An Introduction.” <https://www.youtube.com/watch?v=D8ufEeiPoJU>, consultado a 2 de novembro de 2016.

Chetty, K, Devadas, V e Fleming, Jean. 2015. “The framing of climate change in New Zealand newspapers from June 2009 to June 2010”. *Journal of the Royal Society of New Zealand* 45 (1): 1–20.  
doi: 10.1080/03036758.2014.996234.

Cleary, Thomas. 1993. *The Essential Tao: An Initiation into the Heart of Taoism Through the Authentic Tao Te Ching and the Inner Teachings of Chuang-Tzu*. New York: Harper Collins.

Common, Michael e Stagl, Sigrid. 2005. *Ecological Economics: An Introduction*. Cambridge University Press.

Cova, Anne. 2007. *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 anos depois*, organizado por Amâncio, Lúcia, Tavares, Manuela, Joaquim, Teresa e Almeida, Teresa Sousa, 27-43. Lisboa: Dom Quixote.

Cudworth, Erika e Hobden, Stephen. 2013. “Of Parts and Wholes: International Relations beyond the Human”. *Millennium: Journal of International Studies* 41 (3): 430–450.

Dalai Lama Center for Peace and Education (DLC). 2015. “The Dalai Lama and Peter Senge”.  
<https://www.youtube.com/watch?v=hE13ndQ3TT4>, consultado a 29 de outubro de 2016.

Daly, Herman E. (Editor); Townsend, Kenneth N. (Editor). 1993. *Valuing the Earth: Economics, Ecology, Ethics*. Massachusetts Institute of Technology.

de Beauvoir, Simone. 1952. *The Second Sex*, translated by H.M. Parshley. New York: Vintage Books.

DeMarco, Patricia M.. 2017. “Rachel Carson's environmental ethic – a guide for global systems decision making”. *Journal of Cleaner Production* 140 (1): 127-133.  
doi: 10.1016/j.jclepro.2015.03.058

Devall, Bill e Sessions, George. 2004. *Ecologia Profunda: Dar Prioridade à Natureza na Nossa Vida*. Águas Santas: Edições Sempre-em-Pé.

Dias, Isabel. 2015. *Sociologia da Família e do Género*. Lisboa: Factor.

Dias, Isabel. 2007. *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 anos depois*, organizado por Amâncio, Lígia, Tavares, Manuela, Joaquim, Teresa e Almeida, Teresa Sousa, 395-407. Lisboa: Dom Quixote.

Durand, Daniel. 1992. *A sistémica*. Traduzido por João L. G. de Matos. Lisboa: Dinalivro.

Eia, Harald. 2010. “The Gender Equality Paradox.”  
<https://www.youtube.com/watch?v=tiJVJ5QRRUE>, consultado a 3 de março de 2017.

Gaard, Greta. 2012. “Ecofeminism Now.”  
<https://www.youtube.com/watch?v=BTbLZrwwZ2M>, consultado a 27 de outubro de 2016.

Gaard, Greta. 2015. “Ecofeminism and climate change”. *Women's Studies International Forum* 49: 20-33.  
doi: 10.1016/j.wsif.2015.02.004

Gaard, Greta. 2001. “Ecofeminism Revisited: Rejecting Essentialism and Re-Placing Species in a Material Feminist Environmentalism”. *Feminist Formations* 23 (2): 26–53.

Gaard, Greta. 1998. *Ecological Politics*. Philadelphia: Temple University Press.

Gautero, Jean-Luc. 2016. “Françoise d’Eaubonne, éco-féminisme et anarchie.” *Modern & Contemporary France* 24 (2): 179–191.

<http://dx.doi.org/10.1080/09639489.2016.1153459>

Gebara, Ivone. 2003. “Ecofeminism: a latin american perspective.” *Cross Currents* 53 (1): 93-103.

Glazebrook, Trish. 2002. “karen warren’s ecofeminismo”. *Ethics & the Environment* 7 (2): 12-26.

Goldstone, Jack. 2006. “Scarcity, crises and choice.” *Journal of International Affairs*, Spring/Summer 59 (2): 335-346.

Gomes, Carla Marcelino e Moreira, Vital (coord.). 2012. *Compreender os Direitos Humanos: Manual de Educação para os Direitos Humanos*. Lisboa: Coimbra Editora.

Guerra, Isabel Carvalho. 2006. *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*. Cascais: Príncípia Editora.

Hanson, Barbara. 2001. “Systems Theory and the Spirit of Feminism: Grounds for a Connection”. *Systems Research and Behavioral Science* 18: 545–556.

doi: 10.1002/sres.412.

Hardin, Garrett. 1968. "The Tragedy of the Commons". *Science* 162 (3859): 1243-1248.

doi: 10.1126/science.162.3859.1243

Hopper, M., & Stave, K. A. (2008). “Assessing the Effectiveness of Systems Thinking Interventions in the Classroom.” *The 26th International Conference of the System Dynamics Society in Athens, Greece*: 1–26.

Integration and Implementation Sciences (IIS). 2014. “An Introduction to Systems Thinking by Gerald Midgley”.

<https://www.youtube.com/watch?v=yYyTUs9ipmc>, consultado a 4 de novembro de 2016.

International Union for Conservation of Nature. 2016. “World Conservation *Strategy*.” <https://portals.iucn.org/library/efiles/edocs/WCS-004.pdf>, consultado a 10 de outubro de 2016.

Juhola, Sirkku, Keskitalo, Carina, Westerhoff, Lisa. 2011. Understanding the framings of climate change adaptation across multiple scales of governance in Europe *Environmental Politics* 20 (4): 445-463.  
doi: 10.1080/09644016.2011.589571.

Kambites, Carol Jill. 2014. “‘Sustainable Development’: the ‘Unsustainable’ Development of a Concept in Political Discourse”. *Sustainable Development Sust. Dev.* 22. 336–348.  
doi: 10.1002/sd.1552.

Kopainsky, Birgit; Alessi, Stephen M.; e Davidsen, Pal I. 2011. “Measuring Knowledge Acquisition in Dynamic Decision Making Tasks.” *The 29<sup>th</sup> International Conference of the System Dynamics Society*, em Washington, DC: 1–31.

Kolbert, Elizabeth. 2014. *The Sixth Extinction: An Unnatural History*. London: Bloomsbury.

Latouche, Serge. 2007. *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno* (tradução de Victor Silva). Lisboa: *Edições 70*.

LeVasseur, Todd e Peterson, Anna. 2016. *Religion and Ecological Crisis: The "Lynn White Thesis" at Fifty*. Routledge.

Levin, Kelly, Cashore, Benjamin, Bernstein, Steven. 2010. “Playing it Forward: Path Dependency, Progressive Incrementalism, and the ‘Super Wicked’ Problem of Global Climate Change.”  
<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.464.5287&rep=rep1&type=pdf>, consultado a 11 de novembro de 2016.

Lisboa, Manuel (coord.). 2006. *PREVENIR OU REMEDIAR: os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Edições Colibri.

Lorente, José I., Antolín, José E. e Doblas, Francisco J. 2009. “La construcción mediática de lo ecológico. Estrategias discursivas de la información de actualidad.” *Revista Latina de Comunicación Social* 64: 315-327.  
doi: 10.4185/RLCS-64-2009-825-315-327.

Maruyama, Masatsugu. 2000. “Deconstructive ecofeminism: a japanese critical interpretation.” *Worldviews: Global Religions, Culture & Ecology* 4 (1): 20-46.

Meadows, Donella H. (Ed. Wright, Diana). 2009. *Thinking in Systems: A Primer*. London: Earthscan.

Meadows, Donella H. et al. 1972. *The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*. New York: Universe Books

Mebratu, Desta. 1998. “Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review”. *Environmental Impact Assessment Review* 18(6): 493-520.  
doi: 10.1016/S0195-9255(98)00019-5.

Meredith, Martin. 2013. *The State of Africa: A History of the Continent Since Independence*. London: Simon & Schuster.

Midgley, Gerald. 2011. “Theoretical Pluralism in Systemic Action Research”. *Systems Practice Action Research* 24 :1–15.  
doi: 10.1007/s11213-010-9176-2

Midgley, Gerald. 2000. *Systemic Intervention: Philosophy, Methodology, and Practice: Contemporary Systems Thinking*. Nova Iorque: Springer.

Midgley, Gerald. 1994. “Ecology and the Poverty of Humanism: a Critical Systems Perspective.” *Systems Research* 11 (4): 67-76.

Mies, Maria e Shiva, Vandana. 1993. *Ecofeminismo*. Lisboa: Instituto Piaget.

Organização das Nações Unidas. 1992. “Agenda 21.”

<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>, consultado a 9 de março de 2016.

Painel Não Governamental Internacional sobre Mudanças Climáticas. 2015.

<http://www.nipccreport.org/>, consultado a 11 de novembro de 2016.

Pandey, Anupam. 2010. “Greening Garhwal through Stakeholder Engagement: the Role of Ecofeminism, Community and the State in Sustainable Development”. *Sustainable Development* 18: 12–19.

doi: 10.1002/sd.393

Phillips, Mary. 2014. “Re-Writing Corporate Environmentalism: Ecofeminism, Corporeality and the Language of Feeling.” *Gender, Work and Organization* 21 (5).

doi:10.1111/gwao.12047

Phillips, Mary e Rumens, Nick. 2016. *Contemporary Perspectives on Ecofeminism*. Routledge.

Pires, Iva Miranda e Craveiro, João Lutas. 2011. “Ética e prática da Ecologia Humana: Questões introdutórias sobre a ecologia humana e a emergência dos riscos ambientais.” *Coleção Ecologia Humana, 1*.

[http://ecologiahumanafcsh.weebly.com/uploads/1/6/2/3/16236920/tica\\_e\\_prtica\\_da\\_ecologia\\_humana.pdf](http://ecologiahumanafcsh.weebly.com/uploads/1/6/2/3/16236920/tica_e_prtica_da_ecologia_humana.pdf), consultado a 11 de maio de 2017.

Plant, Judith (Ed.). 1989. *Healing The Wounds: The Promise of Ecofeminism*. Philadelphia: Green Print.

Plumwood, Val. 1993. *Feminism and the Mastery of Nature*. London: Routledge.

Ralph, Iris. 2014. “The Systemic Approach, Biosemiotic Theory, and Ecocide in Australia”. *CLCWeb-comparative literature and culture* 16 (4).

<http://dx.doi.org/10.7771/1481-4374.2562>, consultado a 21 de novembro de 2016.

Gaspar, Jorge e Queirós, Margarida. 2009. “Relatório Género Território Ambiente: Estudo Diagnóstico e Criação de Indicadores de Género”.

<https://www.cig.gov.pt/siic/2011/05/relatorio-genero-territorio-ambiente/>, consultado a 10 de maio de 2017.

Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. 2014. “IPCC, 2014: Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change”. IPCC, Genebra, Suíça, 151 pp.

Relatório Stern “Economia das Alterações Climáticas”. 2006:

[http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20080910140413/http://www.hm-treasury.gov.uk/independent\\_reviews/stern\\_review\\_economics\\_climate\\_change/stern\\_review\\_report.cfm](http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20080910140413/http://www.hm-treasury.gov.uk/independent_reviews/stern_review_economics_climate_change/stern_review_report.cfm), consultado a 2 de outubro de 2016.

Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. 1987. “Our Common Future - UN Documents”.

<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>, consultado a 5 de outubro de 2016.

Richmond, Barry. (1994). “Systems Dynamics/Systems Thinking: Let’s Just Get On With It.” *International Systems Dynamics Conference*. Sterling, Scotland.

Rittel, Horst W. J. e Webber, Melvin M.. 1973. “Dilemmas in a General Theory of Planning”. *Policy Sciences*. 4(2): 155-169.

Rosnay, Joël. 1975. *Le Macroscopie : vers une vision globale*. Paris: Éditions du Seuil.

Ruether, Rosemary Radford. 2005. *Integrating Ecofeminism, Globalization, and World Religions*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

Schouten, Maria Johanna. 2011. *Uma Sociologia do Género*. V. N. Famalicão: Húmus.

Selam, Ophelia. 2006. "Ecofeminism or death: humans, identity, and the environment". *Atenea* 26 (1): 75.

Senge, Peter M. (1990). *The Fifth Discipline, the Art and Practice of the Learning Organization*. Nova Iorque: Doubleday/Currency.

Sessions, George. 1995. *Deep Ecology for the 21<sup>st</sup> Century*. Boston: Shambhala.

Shannon, Claude. 1948. "A Mathematical Theory of Communication". *The Bell System Technical Journal* 27 (3): 379–423, 623–656.

Shiva, Vandana. 1988. *Staying Alive: Women, Ecology and Development*. New Delhi: Kali for Women.

Stephens, Anne. 2013. *Ecofeminism and Systems Thinking*. Routledge.

Stephens, Anne. 2012. "Feminist Systems Theory: Learning by Praxis". *Systems Research and Behavioral Science* 25:1–14  
doi: 10.1007/s11213-011-9212-x.

Stephens, Anne; Jacobson, Chris; e King, Christine. 2010. "Describing a Feminist-systems Theory". *Systems Research and Behavioral Science* 27: 553-566.  
doi:10.1002/sres.1061.

Stephens, Anne; Jacobson, Chris; e King, Christine. 2009. "Towards a Feminist-Systems Theory". *Systems Research and Behavioral Science* 23: 371–386.  
Doi: 10.1007/s11213-009-9164-6.

Sturgeon, Noël. 1997. *Ecofeminist Natures: Race, Gender, Feminist Theory, and Political Action*. New York: Psychology Press.

Sweeney, Linda Booth e Sterman, John D.. 2000. "Bathtub dynamics: initial results of a systems thinking inventory." *System Dynamics Review* 16 (4): 249–286.  
doi:10.1002/sdr.198

Taringa, Nisbert. 2006. "How Environmental is African Traditional Religion?" *Exchange* 35 (2): 191-214.  
doi: 10.1163/157254306776525672.

United Nations Millennium Development Goals. 2000.  
<http://www.un.org/millenniumgoals/>, consultado a 10 de outubro de 2016.

United Nations Millennium Development Goals. 2016.  
<http://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2015/12/sustainable-development-goals-kick-off-with-start-of-new-year/>, consultado a 10 de outubro de 2016.

Warren, Karen. 2000. *Ecofeminist Philosophy: A Western Perspective on what it is and why it Matters*. Oxford: Rowman & Littlefield.

Wiener, Norbert. 1948. *Cybernetics: Or Control and Communication in the Animal and the Machine.* Cambridge Massachusetts: The M.I.T. Press.

World Business Council for Sustainable Development. 2006. "Eco-efficiency".  
<http://www.wbcsd.org/>, consultado a 26 de setembro de 2017.

World Wide Fund. 2016. "Living Planet Report 2016."  
[http://wwf.panda.org/about\\_our\\_earth/all\\_publications/lpr\\_2016/](http://wwf.panda.org/about_our_earth/all_publications/lpr_2016/), consultado a 15 de novembro de 2016.

## **ANEXO: Transcrição das entrevistas**

## Entrevistada Nr. 1 (E1)

Data: 19 de janeiro 2017

Faixa etária: 40-50 anos

Nacionalidade: Portuguesa

Formação: Biologia

*P<sup>7</sup>: Considera que existe uma lógica de hierarquia entre homens e mulheres?*

E1: O que penso em relação à minha experiência?

*P: Sim.*

E1: É assim, de facto, ainda existe uma hierarquia entre homens e mulheres. Ainda estamos um pouco no sistema patriarcal. Vai mudando cada vez mais, mas a um nível superficial. Depois a um nível de decisões, dependendo dos sítios e organismos onde se está, acho que sim, que ainda se sente essa hierarquia. Contudo, se formos a analisar em pormenor, por exemplo, na minha experiência em Atauro, dá a sensação que são os homens que decidem tudo, mas eles são mais o porta-voz. Não sei se é da cultura local, mas eles fazem sempre uma reunião com as mulheres para tomarem as decisões. A opinião feminina é muito respeitada lá. Eles não tomam nenhuma decisão sem convocarem a família. Depois vem o dono ou o chefe da casa e dá a resposta, acabando por ser a voz do homem. No entanto, analisando isto tudo, parece-me que as mulheres têm bastante poder, pelo menos lá naquela comunidade. Só que não é visível. Só estando lá é que se percebe como eles funcionam. Há ali uma estrutura que está por detrás, em que as mulheres têm bastante poder.

Na minha experiência de Timor, vejo as mulheres a assumirem a posição de líderes, bastante fortes. E na permacultura, em geral, ultimamente, vejo que estas lideranças são bastante marcadas. Vejo a parte masculina mais relaxada, mas, no

---

<sup>7</sup> P (pergunta feita pelo aluno).

entanto, são círculos específicos. Em geral, em estruturas maiores, continuo a achar que sim, que existe um papel predominante do homem.

*P: Nos projetos que realizaram, inseriram disposições sensíveis ao gênero?*

E1: Bem, no nosso caso, não. A distinção maior foi no tipo de trabalho. Mas isso tem a ver com as profissões anteriores dos destinatários. Nós escolhemos em função das aptidões. No caso de Atauro, basicamente trabalham homens e mulheres. Quanto temos de fazer trabalhos coletivos basicamente vem um grupo, pertencente a uma família ou mais e homens e mulheres fazem a mesma coisa. Embora haja coisas específicas. Se os internacionais não diferenciam, eles têm estas tarefas mais separadas. Por exemplo, quando fazemos os muros, tem mais a ver com os homens. Depois, eles fazem umas estruturas que envolvem sobretudo paus e essa já é uma tarefa mais feminina, pois tem a ver com trabalhos mais manuais que, normalmente, os homens não fazem. Não é uma imposição nossa. Nós acabamos por fazer tudo de uma forma mais informal.

*P: Considera que faz sentido a continuação dos movimentos feministas?*

E1: Não, acho que isso não faz sentido nenhum.

As mulheres, no entanto, devem marcar a sua posição, em termos de respeitabilidade e independência. Se isso acontecer, acho que também isso irá acontecer, por parte da sociedade.

A um nível privado isso, a discriminação, ainda acontece, contudo, tem a ver muito com a postura das mulheres. Ser feminino e fazer valer esse aspeto feminino. Às vezes, luta-se muito por essa afirmação feminina, mas depois somos todos arrastados para aquilo que os “media” nos incentivam a fazer, esta lavagem cerebral sobre como vestir, como atuar, ao nível de filosofia e da moda, estes incentivos consumistas que nos impõem todos os dias. Mas acho que há um pouco uma rutura. As mulheres acabam por seguir um pouco o modelo da mulher objeto, mas, por outro lado, querem a sua feminilidade de volta e serem respeitadas como tal. Eu acho que aqui também tem de haver um equilíbrio da parte feminina, de como se vêem como mulheres, antes de irem atrás de certas correntes. Pois, se uma pessoa apresenta-se de uma determinada maneira, é natural que depois atraia um determinado tipo de circunstâncias. Não falando nos

casos em que há violência física, em que há uma predominância masculina sobre o feminino.

*P: Considera que o problema ambiental é um problema grave? E encontra-se a ser tratado de forma adequada pelas autoridades e sociedade civil?*

E1: Não. De facto, acho que há aqui uma contradição que os próprios governos fazem. Há projetos a serem aprovados, simplesmente pelo facto de aparecer a expressão “alterações climáticas” mas, muito sinceramente, acho que é muito superficial, pois as mesmas autoridades continuam a causar agressões ao meio ambiente. O que é uma contradição. Se nós realmente queremos restaurar o ambiente não podemos tomar determinadas medidas que destroem o ambiente. Por um lado, assinam-se projetos e permitem-se legalidades que têm um grande impacto ambiental e, depois, no dia seguinte, alocam-se dois milhões para colmatar as agressões ambientais. Acho que isto não faz sentido. Se quiséssemos abordar as questões ambientais, de raiz, então teríamos que interditar determinadas coisas, no entanto, continuam-se a assinar projetos que destroem o ambiente, que têm um impacto ambiental bastante grande.

Outra coisa, muitas vezes é o que está no projeto e a prática e o que se aplica. Já para não falar que muitas vezes é inconsequente como as decisões se tomam, por exemplo, sobre a energia nuclear. As pessoas tomam decisões sem terem consciência dos impactos ambientais. Há determinadas decisões que, simplesmente, não se deveriam tomar. É possível reverter a situação, porque também, mais uma vez, é uma lavagem cerebral, pois fomentam o medo, que tudo isto vai acabar, para andarmos todos cheios de medo mas, por outro lado, quando se desenham novos projetos, continuam a ser desenhados como se não existisse um problema ambiental. Como no caso do projeto que temos agora, continuam a ser desenhados como se não existisse um problema ambiental, em que tudo se encontra muito bem definido, como por exemplo, ao nível da compra de materiais e equipamentos, mas quando se trata em termos de se investir ao nível dos solos e da vegetação, para começar a regenerar o planeta, quase nunca é possível.

*P: Não é possível em que sentido?*

E1: Porque aqui surgem problemas, como o das contaminações. É difícil fazer análises ao solo. Mais depressa vem um engenheiro ao local do que um ecólogo. É mais fácil obter o financiamento para vir um engenheiro ao local do que um ecólogo. As pessoas ainda trabalham com formatos muito conservadores. Há muita grande resistência à mudança. Fala-se de sustentabilidade, mas ainda não há vias que facilitem este processo. Tudo o que tem a ver com vida, ou seja, com animais e solos, tudo se torna mais complicado. Claro que tem de se legislar em relação a todas as regras de segurança e impacto ambiental, mas é fundamental regenerar-se e isso não vejo.

*P: Já ouviu falar em pensamento sistémico?*

E1: *[hesitação e risos]*. Falo muito disso com um amigo. Tudo na natureza se encontra integrado. As formigas integram-se com os escaravelhos... a verdade é que a natureza é um sistema integrado. O ser humano encontra-se desconectado desse sistema, porque nos separamos. Tentamo-nos separar desse sistema criando um sistema alternativo, porém, continuamos integrados no sistema da natureza. Não sei se é isto?

*P: Considera que existe uma hierarquização entre os seres humanos e restantes seres vivos? Faz sentido falar-se na importância do biocentrismo?*

E1: Existe uma hierarquia mental *[risos]*. Basicamente, é algo apenas mental *[risos]*. É algo forçado. Na realidade, ela não existe.

*P: Faz sentido relacionar-se a lógica da hierarquização mulher / homem e seres humanos / restantes seres vivos?*

E1: É uma pergunta interessante *[risos]*, nunca tinha pensado nisso. Sim e não. Talvez o princípio e essa tal lógica mental possa ser a mesma, talvez do domínio da parte masculina sobre a parte feminina e o mesmo domínio, o mesmo tipo de poder, em relação à natureza. Agora, o tipo de resposta é diferente, conduzindo a atuações diferentes. O domínio mental pode ser o mesmo, mas não se manifesta da mesma forma. É diferente a relação e tem a ver com possibilidades diferentes. As respostas do ambiente em relação a essa hierarquia são bastante diversas do que, se formos a ver, nas mulheres em relação aos homens. É mais complexo.

Há diversos tipos de fenómenos... a forma como os animais conseguem afetar o ser humano... tantas vezes conseguem quebrar esse domínio, mas nem sempre... o ser humano é mais reativo.

*P: Já ouviu falar em ecofeminismo?*

E1: Não [risos].

*P: Faz sentido falar-se numa ligação especial da mulher à natureza?*

E1: Acho que não. Poderá haver uma predisposição. Mas há um equilíbrio entre as forças femininas e masculinas na natureza. Talvez tenha a ver com a minha formação em biologia, mas talvez não tenha. Se pensarmos na situação de sermos diferentes e a forma como a natureza nos pode afetar, nós temos ciclos efetivamente diferentes. As mulheres são influenciadas pelas fases da lua ou o quer que seja que as pessoas queiram acreditar, mas a verdade é que há uma diferença comportamental. Os homens também têm os seus ciclos, mesmo que diferentes, mas não somos assim tão diferentes, pois a base fisiológica da natureza é a mesma. Assim, não faz sentido esta diferenciação, pois estamos todos ligados pelo mesmo funcionamento, desde uma pequena escala. Neste aspeto fisiológico, não existe masculino nem feminino. Existe natureza e fazemos parte dela, pois com as suas diferenças, tal como a bananeira é diferente da pereira ou o morangueiro de uma erva daninha. Somos influenciados de forma diferente e só temos de ouvir o nosso organismo e o nosso parceiro e o nosso filho. Temos de observar, pois termos processos a acontecer diferentes. Somos influenciados e influenciados diferentemente, mas numa base que se equilibra, pois as forças da natureza são as mesmas. Os processos e leis a que estamos sujeitos são as mesmas.

*P: Considera que ao realizarem-se projetos, planos de ação, diretrizes políticas e desenvolvimento da sociedade civil, deve partir-se do princípio de que deve haver uma sensibilidade em relação a questões do género?*

E1: Acho que não, porque isso já é assumir que há uma diferença. E quando assumimos que há uma diferença, é porque ela existe. E por isso sou contra estas correntes feministas, porque vêm acentuar uma diferença. Acho que nós o que temos de

fazer é ver as coisas enquanto seres igualmente participantes e o que deverá estar na mesa é a participação da pessoa enquanto individuo e o que cada individuo pode dar, independentemente do género e partir daí. Imagine, se neste momento nos tirassem a memória, se não existisse sequer essa questão, o que é que iríamos fazer? Existe algo para fazer, por parte de um grupo de indivíduos, de pessoas, com tendências diferentes, cada uma direcionada para diferentes vertentes, umas mais direcionadas para a arte, outras para a terra e é aproveitar o melhor de cada um, como individuo e não como género.

*P: Na feitura desses projetos deve atender-se ao princípio do biocentrismo?*

E1: Sim. Totalmente. Na minha opinião, esta desconexão com a natureza está mesmo aí. É deixarmos de pensar assim.

*P: Na feitura desses projetos deve atender-se ao princípio da valorização da voz das minorias?*

E1: Pois, este é um assunto complexo. Num sistema ideal não faria sentido. Uma pessoa cresceria com a consciência de que cada ser é único e que isso deveria ser expresso. Desta forma, cada um de nós seria uma pequena minoria. Aqui, haveria apenas de aproveitar o que cada um de nós teria de mais criativo. Mas, na sociedade em que nós vivemos, existe uma imposição de uma minoria, em termos de educação, em termos de tudo. Nós somos orientados num sentido. No que diz respeito ao sistema educativo, isso é gritante. É tudo modelado por uma norma. Quem nasce fora dessa norma é esmagado. Deve dar-se voz à diferença, pois não estamos em equilíbrio mas em desequilíbrio, por isso, sim, deveria encontrar-se um meio de dar-se voz a essas diferenças. Todos deveríamos ser minorias e deveria dar-se expressão a essa diferença, a essa criatividade. Isso vê-se nalgumas comunidades, em que essas pessoas são simplesmente únicas. Nas nossas sociedades, somos todos mais... *[risos]*.

*P: MUITÍSSIMO obrigado!*

## Entrevistada Nr. 2 (E2)

Data: 23 de janeiro 2017

Faixa etária: 40-50 anos

Nacionalidade: Portuguesa

Formação: Estudos Portugueses

*P: Existe uma lógica de hierarquia entre homens e mulheres?*

E2: Na prática existe... na prática existe. Não a vejo para mim, não a aplico na minha vida, mas ela existe. No ponto de vista da observação, claramente.

*P: A sociedade portuguesa tem sensibilidade no que respeita a questões do género?*

E2: Começa a ter, em alguns aspetos, mas ainda não tem essa consciência. Ainda há muito a ideia de que a mulher se faz de vítima. O que é verdade nalgumas situações, não é noutras. Noutras, claramente o homem ainda é... e não é só em Portugal... este fim-de-semana a Christine Lagarde referiu, em Davos, que o problema do “gender gap” é que quando a mulher começa a falar, os homens desligam, “switch off”. Ou seja, não há ainda, e é uma questão cultural, do foro psicológico, quando as mulheres começam a falar, quando há qualquer coisa relativamente a mulheres, em termos de falarem ou de se expressarem... talvez seja uma questão cultural, mais profunda. As mulheres ainda são vistas como sendo menores. Ou seja, o que os homens dizem é mais valorizado do que o que dizem as mulheres, mesmo que seja a mesma coisa.

Ainda há pouco tempo houve um problema na imprensa portuguesa, pois dois grandes jornais, neste caso o Público e a revista Sábado, publicaram um artigo sobre o que vai acontecer em 2017, com opiniões, por exemplo, de 10 homens, e nenhuma mulher. Em Portugal não existe nenhuma mulher, economista, política, professora catedrática, filósofa, a quem eles se lembrem de abordar, para conhecer a sua opinião. A mulher ainda não é vista como alguém com opinião e como alguém igual ao homem, em toda a sua capacidade de expressão, profissional, intelectual... ainda existe muito a ideia que o lugar da mulher não é na esfera pública, nem no poder.

*P: Poderá falar-se na existência de uma hierarquia subtil?*

E2: Não acho que seja “subtil”, acho que é mesmo uma hierarquia. Já não é legal em muitos países, mas é cultural. Como naqueles países em que não é permitido a crianças com 16 anos casarem, mas que o podem fazer com o consentimento dos pais. É uma diferença entre o que é legal e o que é praticado. Há, claramente, um tratamento diferencial, inclusivamente, da forma como se tratam políticos. Por exemplo, a Assunção Cristas... quando aparece uma fotografia em que a líder do CDS/PP está presente, os comentários que se vêm nos blogues e no “facebook”, tal como os de comentadores na televisão, o que se vê são referências às suas pernas. Nas eleições, diziam que o Bloco de Esquerda é o “partido das gajas” o que é altamente depreciativo e redutor, porque são mulheres. Não ouvimos dizer que o PSD é o “partido dos gajos”. São pequenas machadadas que são dadas, mas que não são subtis, são proferidas na esfera pública. Um colega meu, quando faz comentários no “facebook”, é “cada tiro, cada melro”. Por exemplo, os comentários em relação à mulher do Trump são do pior que há. Independentemente da história da senhora, seja o que for, há que se ter respeito. Não por ser mulher, a mulher do presidente, mas porque se deve ter respeito pelas pessoas em geral. Não há e, pelo contrário, quando uma mulher assume uma determinada posição de destaque, há quase que uma vontade de a denegrir e de a rebaixar. A mulher encontra-se ainda muito ligada ao seu aspeto físico, à sua sensualidade, em vez de ser considerada como um cidadã, válida e igual ao homem, nos aspetos em que pode ser útil à sociedade. Não validam a sua opinião.

*P: Considera que vivemos num patriarcado?*

E2: Sim, ainda.

*P: Considera que faz sentido a continuação dos movimentos feministas?*

E2: Eu penso que faz sentido porque a situação ainda o exige. Penso, no entanto, que há que mudar a tática e trabalhar-se mais ao nível da legislação e da implementação, que pode ser feita através da imposição de quotas, o que acontece em muitos países, inclusivamente em Portugal, mas assegurar-se a fiscalização, que esta seja feita de uma

forma efetiva. Deveria haver mesmo uma penalização legal, no caso do não cumprimento, porque ainda existe, por exemplo, no acesso a determinadas posições em empresas, no acesso a carreiras, no tratamento ao nível profissional, claramente...

*P: Considera que o problema ambiental é um problema grave?*

E2: Sim.

*P: E encontra-se a ser tratado de forma adequada pelas autoridades e sociedade civil?*

E2: Não [pausa]. Não, porque em termos de política, por exemplo, se virmos uma questão que abranja a sociedade civil, como é o tratamento de resíduos, as empresas que produzem, por exemplo, embalagens, não são penalizadas pelo facto de darem origem a muita poluição. Não existe diferenciação em relação às empresas que são ecológicas. E isso para mim é um erro grave. Hoje temos tomate... embalado... não faz sentido. É uma questão política, mas também de estratégia, ao nível de cada país e depois ao nível global, do que deve uma empresa poder fazer. Uma empresa não deveria poder fazer tantos desperdícios e, depois, ao nível do próprio consumo. Houve uma onda ecológica nos anos 80, pelo menos em Portugal, que desapareceu. Basicamente, chegou a haver uma revista, a Forum Ambiente. Hoje em dia as pessoas não ligam muito, acham que a coisa do ambiente é coisa do governo e de algumas pessoas. Fazem a separação do lixo, mas para mim, a separação do lixo é útil, mas não evita todo o processo. Lida com a questão a jusante, mas não a montante. Hoje produzimos 100 vezes mais lixo e embalagens do que produzíamos há 10 anos. O problema continua a estar no facto de se permitir às empresas que produzam como quiserem. O sistema de reciclagem exige, por exemplo, muita água; para se trabalhar o plástico é necessário muita água para o arrefecimento. Logo, aí está a esgotar-se um recurso, que é a água potável, que é considerada o petróleo do próximo século, pela escassez. Não existe uma estratégia, pois não existe uma vontade em reduzir-se o lixo. Também não se pode pôr o ónus no consumidor. Uma empresa que produz um frigorífico tem de ter capacidade para receber esse frigorífico de volta. Existe um problema estrutural, de fundo, em relação à forma como se encontra organizada a produção, todo o circuito, todo o círculo [repetição], desde a produção ao consumo. E depois temos um problema, com aquilo

que não pode ficar aqui nos países mais desenvolvidos e que conduz há exportação do lixo, enviado para os oceanos, para os países pobres, é horrível... as pessoas não têm noção. No que respeita a esta cadeia de produção, o que é necessário para se produzir um telefone, por exemplo, são necessários recursos naturais, matérias-primas que são extraídas através de crianças e de trabalho escravo, por vezes de minérios que são extraídos em países onde há guerra. Tudo em proveito de grupos que, por vezes, se estão a aproveitar e a enriquecer com esse tipo de negócio. Era fundamental que tudo isto estivesse bem regulado.

*P: Já ouviu falar em pensamento sistémico?*

*E2: [pausa] Não.*

*P: Considera que existe uma hierarquização entre os seres humanos e restantes seres vivos?*

*E2: Há sim, claro que sim.*

*P: Faz-lhe sentido falar-se em biocentrismo?*

*E2: Acho que é mais do que isso, porque acho que está ligado também à questão do patriarcado. Porque, na minha opinião, isto tem tudo a ver com uma ideia falsa, falsa porque ainda é primitiva. Antigamente, na Idade Média, pensava-se que todos os astros giravam em torno da Terra e, portanto, que a Terra era o centro do mundo. Nesse aspeto, o homem macho ainda considera que tudo gira à sua volta: a mulher, os animais, o ambiente, tudo, tudo gira à sua volta. E isto é uma coisa primitiva e infantil. Penso que tem a ver com a idade em que se encontra a humanidade. Ainda estamos nessa fase primitiva. Não é uma coisa, se calhar, consciente, porque não é, mas na prática é isso que existe. Na prática, ainda tudo gira à volta deste homem macho, que só não tem aquele bastão que imaginamos no homem das cavernas, mas é parecido. Tudo o que vemos à volta tem a ver com o tratamento que é dado. Como é que as mulheres são tratadas nesta sociedade? Como é que os animais são tratados? E as pessoas que já estão na reforma e que já não são vistas como ativos, como recursos. Tudo é visto nesta lógica do recurso, que pode ou não ser utilizado por este homem das cavernas. É a*

lógica do homem ver tudo à sua volta enquanto recurso. Ainda está enraizada esta mentalidade do homem se ver no centro de tudo.

[pausa] Aliás, um dos problemas que existe nas empresas é que são as próprias mulheres que muitas vezes atacam as outras mulheres. As próprias mulheres têm em si um “software” em que nós estamos todas aqui para servir o tal homem que manda nisto. Ainda é o homem que é o centro. O ambiente é visto como um recurso. O que é que podemos dali retirar? De que forma é que pode ser aproveitado? É uma lógica muito infantil, do bebé precisa de tudo à volta no seu exterior, porque sozinho não consegue. E não é uma lógica de integração, de tudo funcionar em interligação e união, mas numa lógica de hierarquia em que temos um centro e um topo e tudo o resto serve para este centro.

Quando se fala em ambiente fala-se do ser humano. Mas nós estamos à beira da sexta extinção em massa. Nós, humanos, não estamos separados do ambiente. Se a Terra não conseguir prover, nós não teremos para onde ir. A própria humanidade encontra-se a fazer alterações no seu ADN, devido aos tóxicos, que está a colocar no ambiente. Toda a poluição que se encontra a ser feita, incluindo a quantidade de tóxicos que estão na terra e nos alimentos, que comemos e que tocamos, mexe connosco, com as hormonas, por exemplo, e isso está estudado e verificado e tem havido um afastamento de sabedoria que já existe há milhares de anos de que tudo se encontra ligado e quem tem mais poder tem mais responsabilidade. Estamos a viver uma espécie de nova Idade Média, completa. Não cuidados de nós e dos outros e da nossa casa, que é o planeta. Estamos todos muito a dormir e a não perceber que isto vai ter um fim e que todos fazemos parte desse fim. Há aquela ideia de que depois os seres humanos dos países desenvolvidos vão fazer uma nave espacial e encontrar um outro planeta. Isso é absurdo...

*P: Faz-lhe sentido relacionar-se a lógica da hierarquização mulher / homem e seres humanos / restantes seres vivos? [hesitação] Bom, acho que já respondeu a esta questão.*

*P: Já ouviu falar em ecofeminismo?*

E2: Não.

*P: Faz-lhe sentido falar-se numa ligação especial da mulher à natureza?*

E2: Para dizer a verdade, depende. Porque a mulher tem uma ligação mais próxima, até pelo ciclo menstrual e, por este motivo, ela própria, teoricamente, aquelas mulheres que estão ligadas a si, acabam por encontrar uma ligação especial à natureza, ao ciclo da lua, aos ciclos. No entanto, a mulher também está muito desligada. Aquilo que se vê na prática, são mulheres e homens com atitudes semelhantes, tanto para um lado como para o outro, está tudo muito padronizado e perdido. As pessoas, em geral, não sabem quem são nem o que são. Não sabem o que estão a fazer, andam em automático, não compreendem que as suas escolhas têm impacto.

Hoje em dia, não consigo distinguir, no mundo ocidental, uma ligação especial, seja através de mulheres ou de homens.

*P: Considera que ao realizarem-se projetos, planos de ação, diretrizes políticas e desenvolvimento da sociedade civil, deve partir-se do princípio de que deve haver uma sensibilidade em relação a questões do género?*

E2: Sim. Por vários motivos. Primeiro porque a mulher não está numa posição de igualdade, pelo que já falamos. É uma questão cultural com implicações práticas. Não apenas em termos de género, no igual acesso à igualdade. Basta verificar-se os números e as contratações. Se toda a direção de um jornal são homens, então a quem vão pedir opiniões? A homens. E depois os leitores vão ficar a pensar que os homens é que sabem. As mulheres não sabem. Isto deve ser modificado no topo, para começar-se a ver-se algumas mudanças de mentalidade.

Uma das coisas que se tem de ter em conta na formulação de políticas é a proteção da família e no incentivo à família. Para se constituir uma família é necessário ter-se recursos financeiros para se formar uma família, mas também tempo para se estar com a família. Existem já políticas nesse sentido e o que eu noto é que depois estas têm impacto, pois quando o ser humano tem a capacidade de estar com os seus filhos e criá-los, nos primeiros anos, isso é muito transformador. Ou seja, por um lado há que ter-se cuidado com a desigualdade que existe e, por outro, aumentar a proteção à família, tanto para o lado do homem como o da mulher. E isso tem um impacto e é como se as crianças servissem de despertador. Ajudar os pais a tomar contacto com eles próprios e a perceberem o que é importante e a mudarem um pouco a mentalidade e a cultura.

*P: Na feitura desses projetos deve atender-se ao princípio do biocentrismo?*

E2: O ser humano não deve ser equiparado aos restantes seres vivos, pois tem um papel devastador, embora também possa ser criativo. Não se pode dizer que o ser humano é igual aos restantes seres vivos, pois o ser humano tem um poder devastador e pode acabar com ecossistemas. Deve haver uma responsabilização muito grande nas políticas e saber-se o que pode ou não ser feito. Deve haver políticas altamente penalizadoras dos crimes ambientais. Só assim é que certas empresas e pessoas irão compreender que há certas coisas que não podem ser feitas. Tem de haver uma moldura penal realmente defensora do ambiente. Tem de se reformular o processo produtivo. Ainda se tem um pouco a ideia de que hoje polui-se mas amanhã os recursos ainda estarão disponíveis. Há uma mentalidade muito retrógrada em relação ao ambiente.

Tem havido muito “marketing” e existem muitas campanhas e temos um Ministério do Ambiente e muitas campanhas bonitinhas mas, efetivamente, entre o que havia quando eu era jovem e agora, o que vi de melhoria foi o tratamento de esgotos. Foram criadas ETAR, mas estamos a falar de saneamento quase básico, não é? Mas o resto não. Está a trabalhar-se no fim da linha, em sistemas de reciclagem sofisticados, para uma indústria do lixo até com ligações à máfia. O que vai efetivamente ser transformador é quando se trabalhar a montante, com a abordagem ao círculo de produção [repetição]. Tudo sobre um produto tem de ser contabilizado. O produto deve ser vendido consoante o seu impacto ambiental. Quanto maior o impacto ambiental do produto, maior deve ser o seu custo. E a empresa tem de garantir a recolha do produto, após o consumo. Não pode ficar nas mão do consumidor. O consumo, hoje em dia, é um vício...

E depois temos produtos altamente poluentes, que são vendidos como produtos ecológicos, quando não é o caso.

O problema é que o poder político é muito refém do poder económico. O afastamento que tem havido em relação à ecologia reflete esta relação de poder. A lógica tem de ser olhar para o ciclo económico dos produtos, prevendo-se tudo, numa lógica para além do lucro. Até o Estado muitas vezes promove a venda de determinados produtos tendo em vista ganhar através de impostos que coloca. Esta lógica está errada.

*P: Na feitura desses projetos deve atender-se ao princípio da valorização da voz das minorias?*

E2: Dar voz às minorias é sempre importante. Por exemplo, a pessoas portadoras de deficiências físicas ou os refugiados... muda de país para país. O que acontece é que as coisas estão muito padronizadas e não se pensa muito no que se está a fazer. Por isso é importante identificar-se as minorias, saber-se quem são, e dar-se-lhes voz.

*P: MUITÍSSIMO obrigado!*

### **Entrevistada Nr. 3 (E3)**

Data: 26 de janeiro 2017

Faixa etária: 40-50 anos

Nacionalidade: Portuguesa

Formação: Gestão de Empresas

*P: Existe uma lógica de hierarquia entre homens e mulheres?*

E3: Sim, acho que vivemos ainda sob um paradigma de herança do patriarcado, que ainda se revela de muitas formas. Vivemos numa sociedade muito hierarquizada onde, efetivamente, ainda há uma grande subjugação da mulher em relação ao homem, em diversos sectores, havendo alguma consciência e havendo, em algumas áreas, a tendência para se subverter esse processo, mas ainda é uma realidade.

*P: A sociedade portuguesa tem sensibilidade no que respeita a questões do género?*

E3: Eu contacto com um sector em que isso é uma realidade, por via da determinação das quotas, nomeadamente para órgãos sociais e tudo isso.

*P: No banco?*

E3: Sim, todas as empresas cotadas e todas as entidades de interesse público encontram-se sob essa legislação, que impõe que haja uma percentagem mínima de membros do género feminino, dentro dos órgãos sociais.

Por um lado, não sou a favor desse princípio, porque o princípio que defendo é que as pessoas devem ocupar os lugares com base no mérito, independentemente do género. Mas, como pelo processo normal as coisas não decorrem nesse sentido, é uma forma para que isso comece a acontecer. Se bem que acredito que, na prática, as equipas onde ambos os géneros estejam presentes, tenderão a ser mais ricas, com visões mais alargadas, com formas de pensamento mais criativas. Aqui, quando falo de igualdade do

género, não falo apenas de uma discriminação feminina, mas se fosse o contrário, pensaria de forma igual.

*P: Considera que faz sentido a continuação dos movimentos feministas?*

E3: Eu não me identifico com movimentos feministas. Não gosto, porque tendem a ser tendenciosos, no sentido contrário. Sou a favor da cooperação e, muitas vezes, esses movimentos são mais de guerra do que cooperação. E, portanto, não acho que seja uma solução com a qual me identifique.

*P: Considera que o problema ambiental é um problema grave?*

E3: Considero, fundamentalmente, pelo consumo de recursos.

*P: E encontra-se a ser tratado de forma adequada pelas autoridades e sociedade civil?*

E3: Não.

*P: Porquê?*

E3: Em casa, pessoalmente, faço uma média de uma máquina, todos os dias, de roupa e outra de louça e, em média, um saco de lixo de 50 litros.

Estou a dizer isto e, supostamente, sou uma pessoa com uma consciência ecológica. Não acho que estas matérias tenham todas de ser resolvidas por um grupo de 10 pessoas sentadas a uma mesa. Acho que parte mesmo de uma consciência individual, no âmbito de uma sociedade civil. Se calhar, não temos de mudar de roupa tantas vezes quanto mudamos, se calhar não temos de nos lavar todos os dias. Se calhar, não temos de ter tudo sempre em embalagens e eu penso em mim e, reproduzindo isto para toda a sociedade, temos que vivemos numa sociedade de desperdício, onde não há aproveitamento de quase nada. Tudo o que não está bom deita-se fora, apesar de se fazer alguma reciclagem. Por isso, acho que tem de haver uma mudança de mentalidades. Talvez uma coisa que levará algumas gerações a ser trabalhada. As escolas são um bom sítio para se trabalhar essa tomada de consciência.

*P: Considera que vivemos num patriarcado?*

E3: Sim.

*P: Já ouviu falar em pensamento sistémico?*

E3: Sim. Quando estudei “coaching”. Fomos programados com um pensamento cartesiano e, se calhar, não é fácil termos um pensamento abstrato ou sistémico. O tema de ecologia já não é um tema de se lidar no dia-a-dia, parece que sempre que se fala neste assunto é uma questão do petróleo ou da poluição do ar, mas eu acho que tem muito mais do que isso quanto mais ainda conseguir ver todo o espectro. Estar permanentemente com o telemóvel ligado, ter diferentes eletrodomésticos ligados, nem me apercebo do efeito que isto possa ter.

*P: Considera que existe uma hierarquização entre os seres humanos e restantes seres vivos?*

E3: Sim, acho que o homem assumiu-se como o dono do planeta e trata tudo o que habita no planeta como estando ao seu serviço. As terras têm dono, os animais têm dono. Poucas coisas são efetivamente livres no planeta.

*P: Faz-lhe sentido falar-se em biocentrismo?*

E3: Sim, sim.

*P: Faz-lhe sentido relacionar-se a lógica da hierarquização mulher / homem e seres humanos / restantes seres vivos? Bom, acho que já respondeu a esta questão.*

E3: Sim. Acho que até está em linha como o sistema de patriarcado.

Para alguns países, a mulher tem o mesmo valor que, no mundo ocidental, os animais domésticos têm para uma pessoa. Nalguns países, o valor da mulher não é o mesmo do que o do homem. E há 50 anos em Portugal, antes do 25 de abril, quando

morria uma mulher na aldeia, os sinos tocavam menos vezes do que quando morria de um homem. Não foi há muito tempo.

*P: Já ouviu falar em ecofeminismo?*

E3: Não.

*P: Faz-lhe sentido falar-se numa ligação especial da mulher à natureza?*

E3: Acho que faz sentido falar-se de uma ligação do lado feminino de todos os seres vivos à natureza. Ou seja, acho que vivemos numa época em que, por muito que se possa resgatar em termos de poder dentro da sociedade, e de uma conquista de paridade, também acho que, em muitos outros aspetos, as mulheres também estão a ser, algumas, tendenciosas, como se o feminino fosse uma dimensão da mulher. E o feminino é uma dimensão do ser humano e quando o ser humano se desliga do feminino, a Terra, a Terra é o símbolo do feminino e, portanto, ligar só as mulheres à Terra, a mim não faz muito sentido, pois temos todos que nos ligar à Terra, e a ligação à Terra é pelo feminino, pelo feminino de cada ser humano, não só do das mulheres.

*P: Considera que ao realizarem-se projetos, planos de ação, diretrizes políticas e desenvolvimento da sociedade civil, deve partir-se do princípio de que deve haver uma sensibilidade em relação a questões do género?*

E3: Sim, acho que sim, que se deveria considerar o respeito pelo género, não só do género mas de todas as particularidades que possam ser identificadas. Não será fácil identifica-las todas, pois cada pessoa é um ser único, não podemos considerar sete mil milhões de situações, mas sim, acho que o género é algo que deve ser considerado.

*P: Na feitura desses projetos deve atender-se ao princípio do biocentrismo?*

E3: Estava a pensar assim num exemplo, para concretizar. No abstrato, não estou a conseguir...

*P: Por exemplo, no estabelecimento de uma sociedade comercial deve atender-se a este princípio?*

E3: Sim, devem considerar-se os impactos que a empresa vai ter sobre os ecossistemas.

*P: Na feitura desses projetos deve atender-se ao princípio da valorização da voz das minorias?*

E3: Sim, devem ser representadas.

## Entrevistado Nr. 4 (E4)

Data: 13 de fevereiro 2017

Faixa etária: 40-50 anos

Nacionalidade: portuguesa

Formação: Medicina e Psicologia

*P: Existe uma lógica de hierarquia entre homens e mulheres?*

E4: Não deveria existir uma hierarquia entre homens e mulheres, mas o que é certo é que existe. E existe porque vivemos numa sociedade judaico-cristã e eu acho que foi a religião que moldou, ao longo dos dois últimos mil anos as características de patriarcado da nossa sociedade. Estas características estão de tal forma enraizadas que uma das principais consequências é a prepotência do masculino, que se tem vindo a manifestar ao longo dos últimos séculos, em várias áreas. Religiosas, antes de mais, depois nas áreas políticas, sociais, económicas, ou seja, o patriarcado tem assumido lugares de cada vez maior poder e fazem com que, por muito que não se queira, exista uma hierarquia entre os homens e as mulheres. O poder está do lado masculino e mesmo que eu, homem, faça esta assunção e mesmo não querendo ser superior à mulher, mesmo eu me orientando por uma lógica feminista, não sei se em realidade não continuo a desempenhar papéis que vão demonstrar essa minha superioridade. É algo tão inerente, nos nossos genes, que tenho receio que isso aconteça. Ou seja, eu sou um homem feminista, mas tenho receio de o ser apenas em palavras. Não sei até que ponto, e isso é uma interrogação minha genuína, até que ponto um homem feminista consiga ser genuinamente feminista. É assim, ele tenta ser, procura ser, faz para isso, mas o que é certo é que existe uma área por onde ele nunca conseguirá entrar, pois nunca deixará de ser homem. Até que ponto é que, por muito que não queira, não esteja a ser sexista. Até que ponto é que a simples questão que coloca, se há uma hierarquia entre homens e mulheres, não pressupõe já que essa hierarquia existe, porque se essa hierarquia não existisse essa pergunta não faria sentido. E o facto é que se diz que sim ou diz que não, o que está a fazer é a emitir um juízo de valor em relação a uma questão. Ao sentir a

vontade de responder a essa pergunta estou a admitir que ela existe. Eu acho que quando essa pergunta deixar de fazer sentido então aí se calhar poderemos afirmar, com alguma segurança, que não há hierarquia. Enquanto essa pergunta fizer sentido, quer a resposta seja sim ou não, então o tema está inerente. Uma coisa é procurarmos responder não a essa pergunta e outra coisa é o sexismo que existe na nossa sociedade, e é baseado que neste sexismo que se provocou equilíbrios de poder com consequências ao nível político, social e ao nível da formação da família. Mesmo que eu diga que não sou sexista, eu sei que há uma parte de mim, cada vez mais consciente, espero eu, por exemplo, outro dia ouvia uma expressão que era, “aquele homem é mulherengo”, mas não há uma expressão que diga “aquela mulher é homemrenga”, o que é certo é que não existe esta expressão. O que é que isso significa, que há uma palavra para um homem poder ter relações com muitas mulheres diferentes, não é tabu, está no léxico, mas o nosso léxico, que é partilhado por imensa gente que se diz feminista, mas não há uma palavra para uma mulher que tenha relações sexuais com muitos homens. E deveria haver. Esta mulher é homemrenga. E se me disserem que uma mulher tem relações com muitos homens, por uma fração de segundos, antes que ponha em funcionamento a mente, a imagem que me vem é que aquela mulher é prostituta. E eu não quero ser sexista. Mas naquela fração de segundos o que vem é profundamente sexista. Porque quando me dizem que aquele homem é mulherengo, nem por uma fração de segundos me vem uma imagem pejorativa, pelo contrário. É como se fosse um elogio. A questão do cartão de cidadão. Houve uma altura que o bloco de esquerda quis passar uma lei para mudar o nome de “cartão de cidadão” para cartão de “cidadania”. Instintivamente, o que pensei foi, para quê tanto barulho por causa deste nome?

Gostaria de responder não à sua pergunta, mas tenho receio de que se responder não estarei a mentir.

*P: As mulheres são vítimas de estereótipos de género? / A sociedade portuguesa tem sensibilidade no que respeita a questões do género?*

E4: As mulheres e os homens. O género, por si só, é vitimizador. O género é uma categorização binária e isto é uma vitimização. Quer o homem quer a mulher são vítimas da expressão de género, ambos. No entanto, é por aí que o homem irá encontrar um território que à partida lhe será mais benéfico, em determinadas áreas sociais. No entanto, no que respeita à área afetiva, por exemplo, naquilo que é a expressão da

sexualidade, tanto o homem como a mulher são vítimas do género. O género é uma ditadura [risos].

É um binarismo que eu percebo. A nossa linguagem é binária. Nós temos um pronome masculino e um pronome feminino. Não temos um pronome neutro. Já tivemos, noutras línguas anteriores ao português. Por exemplo, no latim, há um pronome neutro. Mas nós não temos.

As mulheres e os homens são vítimas. Ambos vão de encontro a um cardápio de manifestações e de expressões. Se sai desse cardápio não vai estar a manifestar-se de acordo com o que é socialmente indicado e, com isso, vai sofrer consequências. Vai ser estigmatizado, vai ser vítima de “bulling”, vai ser rotulado. Hoje em dia, em termos de saúde já há uma maior abertura, mas antigamente quem pretendia transgredir as manifestações e estereótipos de género, ou era morto, por sistemas de poder, ou era considerado uma pessoa doente. Por isso sim, todos nós sofremos.

*P: Considera que vivemos num patriarcado?*

E4: Como disse, sim, porque o postulado da supremacia do falo é imenso e, a meu ver, a sua origem, antes de mais, tem a ver com o sistema religioso. O sistema religioso, que emite normas com muito poder. Eu penso que, hoje em dia, já não será tanto assim, no entanto, estamos a herdar dois mil anos. Se calhar, outros sistemas já são tão ou mais poderosos, no entanto, não devemos desprezar o sistema religioso. Basta ouvirmos as notícias. O sistema religioso judaico-cristão construiu-se à volta do postulado da supremacia do falo. Há várias razões. O profeta é masculino, Deus é masculino... e, para manter... outro dia tive uma conversa... porque o falo é importante em termos de estrutura societária. Senão houver um falo funcional, não há procriação, não há fertilidade. Por isso, o sémen é fundamental na organização das sociedades. Sem sémen as sociedades desaparecem. Está claro, sem óvulos as sociedades também desaparecem. No entanto, os óvulos não são visíveis. E daí que na nossa construção o sexo forte é o masculino, porque é o que sai cá para fora. O falo é que sai cá para fora. Enquanto o órgão feminino é como se fosse um falo, mas que ficou para dentro, internalizado. Por isso, em termos da evolução, considera-se que o falo é a parte final. Por isso o falo, na nossa construção, vem em número um. Aliás, enquanto estou a dizer isso, não sei se não estarei a replicar um discurso sexista e baseado na existência de hierarquias de poder. Daí que é muito difícil um homem responder a essas perguntas. Mesmo que tenha boa

vontade. Mas partindo dessa base, de que o que falo é um postulado de superioridade, então é preciso manter esse falo e manter esse falo capaz. E por isso é preciso defendê-lo. É como se uma função feminina, sexual, muito superior fosse como que eliminar o falo. É como se a libertação da sexualidade feminina tivesse essa consequência. *[hesitação]* Não sei se o que estou a dizer resulta da herança...

*P: Do inconsciente coletivo?*

E4: Do inconsciente coletivo, sim. O que eu posso, por exemplo, dar de exemplos de que uma sociedade é patriarcal... o que seria uma sociedade não patriarcal... *[pausa]*

*P: Por exemplo, nas empresas públicas, metade dos presidentes dos conselhos de administração seriam mulheres...*

E4: Antes de ir a manifestações de não patriarcado naquilo que são órgãos de poder, que já remete para sistemas sociais, legais e políticos, a gênese ainda está na família e no indivíduo. Antes de chegar às empresas as pessoas têm de crescer, de se tornarem adultas, têm de construir o seu projeto de vida e por isso a gênese ainda vem antes. Por exemplo, o que seria uma sociedade não patriarcal? É porque nós queremos uma sociedade não patriarcal ou queremos uma sociedade em que o gênero não seja uma questão de poder? É que passar de uma sociedade patriarcal para uma sociedade matriarcal, é melhor, pior? Não sei.

*P: O ideal seria uma coisa neutra, não?*

E4: Exato, uma coisa neutra. Porque, o que é que nós estamos a falar? De gênero e de representações de gênero, por isso nós queremos uma sociedade em que o gênero não seja um instrumento de poder. Mas para nós querermos isto então o gênero não devia ser tão binário. Pergunto-me eu. Por isso, o que nós queremos é que as pessoas sintam que têm, independentemente do seu gênero, as mesmas hipóteses de serem valorizadas e que haja uma igualdade de oportunidades, independentemente do gênero. Igualdade material, afetiva, nas interações dos indivíduos. E para isso o gênero tem de ser trabalhado. Quando já não for necessário ser-se homem ou ser-se mulher, a ementa masculina e feminina, então a sociedade já não é patriarcal. A única área em que há um

masculino e feminino é na área biológica, porque onde não há dúvidas sobre a existência de diferenças é na área biológica. E mesmo assim, a natureza consegue baralhar as coisas... pois, por exemplo, nas pessoas transgénero, que nos obrigam muito a refletir sobre estas questões. As pessoas transgénero elas, em termos biológicos, elas vão ter determinadas hormonas, mas elas não se reconhecem com o que seria de esperar de acordo com essas hormonas... vai fazer uma avaliação hormonal daquela pessoa transgénero e aquilo dá hormonas masculinas, no entanto a pessoa é uma mulher. Por isso, ela vai ter, biologicamente, características masculinas, mas ela não é homem, é mulher. Por isso, mesmo ao nível genético é difícil os axiomas da masculinidade e da feminilidade. Eu acho que isso é uma questão, como aquelas serpentes que se mordem a cauda, é difícil separar aquilo o que é o corpo e aquilo que é a cauda.

*P: Considera que faz sentido a continuação dos movimentos feministas?*

E4: É fundamental [*risos*]. É fundamental o feminismo, que é uma postura, um corpo de conhecimentos e de investigação que procura trazer conhecimentos, para que os sistemas sociais e económicos e políticos, para que se possam organizar, para que os seus elementos se possam organizar, para que tenham as mesmas oportunidades.

*P: Considera que o problema ambiental é um problema grave?*

E4: Sim. Considero. Mas haverá quem diga que não?

É como aquelas perguntas, como perguntar a uma pessoa se fumar é grave.

*P: Há organizações que defendem que o problema ambiental não é um problema grave.*

E4: Pois, é como as indústrias do tabaco que são muito bem financiadas e que dizem que o tabaco não é o problema. Mas hoje em dia acho que a maior parte das pessoas vão responder que sim, que é um problema grave. O que me parece é que uma coisa é a resposta e outra coisa é a motivação e a capacidade para, além de responder, adequar-se a resposta aos comportamentos. É fácil dizer que é grave, mas continua a viver como se nada fosse.

*P: E encontra-se a ser tratado de forma adequada pelas autoridades e sociedade civil?*

E4: Eu penso que o problema do ambiente é um problema complexo, sendo um fenómeno complexo, a resolução desse fenómeno passa por intervenções sistémicas. Tudo o que é complexo foge de sequências lineares causa-efeito. Dai que tem de lidar com esses problemas através da gestão de problemas complexos. Como se lida com o caos e com a complexidade? Uma das ferramentas é de acordo com a sistémica. Por isso, acredito que os sistemas políticos que detêm poderes de decisão são constituídos por indivíduos que, tal como eu, vão responder como eu e que sim que o ambiente é uma preocupação. Acredito que nestes sistemas de poder as pessoas vão querer mudar e que o façam de acordo com essa complexidade e que o façam com uma metodologia que procura estudar os fenómenos, estabelecer hipóteses de trabalho e tentar medidas de correção. Agora, se eles estão a fazer bem ou mal... penso que eles, genuinamente, irão querer fazê-lo bem, mas não têm dados.

*P: Qual o modelo mais adequado de sistémica a aplicar-se ao problema ambiental?*

E4: Bom, basicamente, a sistémica não é uma cena mágica [*risos*]. Basicamente, o que significa uma intervenção sistémica? Bom... significa, primeiro, identificar quais os sistemas envolvidos na questão. Como identificamos os sistemas envolvidos? Temos de estudar os fenómenos. Temos que os observar de uma forma neutra, procurando ter uma perspetiva neutra. Por isso, observar aquilo que achamos que esta envolvido no problema do ambiente. Observar de uma forma neutra, procurarmos não ficar envolvidos nos nossos preconceitos, nos nossos esquemas e explicações lineares. E à medida que vamos observando, emitir hipóteses. Estas hipóteses não são emitidas porque são válidas, são emitidas porque é uma forma de fazer emergir novos dados, novas informações. Enquanto uma hipótese permite apresentar dados novos. Quando deixa de ter essa potencialidade arranjamos outra. Temos de ser curiosos e focarmo-nos quer em fenómenos mais microscópicos, que têm mais a ver connosco, e fenómenos mais macroscópicos... e ir ampliando a nossa capacidade de observação. Por isso, angariar dados, resultados dessas observações. Este é o primeiro passo. Depois, identificar sistemas envolvidos nestas questões. Depois perceber como é que interagem uns com os outros. E, depois, perceber onde estão os centros de poder, perceber onde

estão e o que é que ajuda a criar regras. Por exemplo, o postulado da sistémica é que é impossível aceder aos fenómenos tal como eles são. É impossível aceder à forma como de facto as coisas funcionam. Se fosse possível, não seria um fenómeno complexo. Temos acesso ao mapa mas não ao território. Queremos aproximar o mapa do território, mas temos de ter a noção que um mapa é um mapa e que nunca será o território. Se acharmos que temos a solução não estamos no bom caminho. Depois, a sistémica diz que perante um fenómeno complexo, nós sabemos que há pré-fenómenos e há pós-fenómenos. Entre esses núcleos há uma caixa negra, nós sabemos que há um “input” e um “output” e depois há uma caixa negra onde as coisas acontecem. O que acontece lá nós não conseguimos aceder. Nós vamos saber que isto e aquilo têm uma relação, há um “input” e um “output”, que se influenciam mutuamente, mas o que acontece lá nós não conseguimos aceder. Nós sabemos que vão surgir ciclos de interação. É identificar esses ciclos de interações. Nós sabemos que se mudarmos um ciclo, a probabilidade de incutir uma mudança no que acontece na caixa negra aumenta. Por isso, como é que nós mudamos um ciclo? Para já e estudá-lo e depois ir a ciclos com bons resultados. Porque os ciclos de interação podem ser negativos ou positivos. Quer dizer, isso pode aumentar algo que nos sabemos que não queremos e pode aumentar algo que queremos. Se calhar, em lugar de saber o que faz que haja uma interação positiva, nós podemos procurar experiências positivas e depois procurar replica-las e amplia-las. E também introduzir dados novos no sistema que podem ter efeitos de mudança.

*P: Faz sentido falar-se em biocentrismo?*

E4: Lá está, isto é novamente aquelas perguntas que as pessoas tendencialmente vão dizer que sim. A questão é como é que nós motivamos cada um de nós, nas áreas das suas vidas a fazer, a ter comportamentos que vão de encontro a esse biocentrismo. Isso faz-me lembrar uma imagem que eu vi que era, de um lado o “ego”, um homem acima dos animais, e depois o homem misturado com os animais.

*P: Já ouviu falar em ecofeminismo?*

E4: Não.

*P: Faz-lhe sentido falar-se numa ligação especial da mulher à natureza?*

E4: Eu, por acaso, na minha prática profissional, há cerca de duas semanas estive a falar com uma mulher que me falou da existência de círculos femininos. Faz-me sentido. Quando a sociedade evoluir para o não-patriarcado, deixará de fazer sentido.

Estamos numa pirâmide em que o preconceito de base é o patriarcado e o sexismo. E, por isso, faz sentido porque a mulher está debaixo deste poder e, por isso, é necessário criar uma união de forças de maneira a poder alterar o poder preponderante. Por isso, se ligarmos todas as minorias, ou todos os elementos que sofrem de sexismos, vamos capacitar e dar mais ferramentas para ajudar para que o sexismo desapareça e para se evoluir para um estágio em que as pessoas tenham as mesmas oportunidades. Enquanto a sociedade for uma sociedade impregnada daquilo que são as manifestações e ditadura género, então faz sentido unir-se os seus elementos que têm como elemento comum o facto de terem de lutar contra o sexismo. Por isso, a mulher, a ligação da mulher à natureza, nesta lógica, faz sentido.

*P: Considera que ao realizarem-se projetos, planos de ação, diretrizes políticas e desenvolvimento da sociedade civil, deve atender-se ao princípio da valorização da voz das minorias?*

E4: Se a sociedade é patriarcal, não é porque as pessoas sejam mas, mas porque na nossa evolução o patriarcado teve uma função útil, razão pela qual a sociedade se tornou patriarcal. Se o patriarcado tivesse levado a uma destruição então não haveria patriarcado. Essa função, que foi válida nos séculos passados, já não é válida hoje em dia, por várias razões, por isso é inexorável, e se há cada vez mais vozes a reivindicar o seu fim, é inexorável que ele acabe por desaparecer, porque isso tem a ver com o equilíbrio dos sistemas. Como é que ele acaba? Havendo uma força cada vez maior que vai construindo um novo paradigma. Como é que ela surge? Através da união de novos coletivos de pessoas que vão, em conjunto, trabalhar contra o que acham que está errado. E por isso, as minorias, faz todo o sentido, capacitar cada vez mais as minorias. Nem é uma coisa nossa, não somos nós, maioria ou minoria, que vamos decidir. São os próprios sistemas que se vão organizar. Basta ver o que têm sido as lutas no último século. O que nós percebemos são as minorias que se capacitam para ganhar terreno sobre a maioria. Porque isso da maioria e da minoria é tudo muito relativo. Depende de onde cai a balança do poder.

Não somos nós que decidimos o que faz sentido. Partindo-se do pressuposto de que estes fenómenos são complexos, então não se norteiam pelo que faz sentido ou pelo que não faz sentido. Isto são já construções... construções. O que faz sentido ou o que não faz sentido são observações lineares dos fenómenos. Por isso, em termos do ambiente, é zero. Não é o que faz sentido. O que faz sentido acontece e o que não faz sentido deixa de acontecer. Ora, se há um movimento de capacitação de minorias dos feminismos, do tal ecofeminismo, é porque o sistema, em termos de equilíbrio, está-se a movimentar e, por muito que as pessoas possam ou não querer pensar no ambiente, a verdade é que essas questões afetam o sistema em que vivemos, quer nos faça ou não nos faça sentido; são os fenómenos de “feedback”. Se calhar, estas questões que colocas têm a ver com o pertencer a uma maioria. Até que ponto é que seria interessante pedir às minorias para fazer esse questionário. Como seria esse questionário construído?

Falar-se de uma maioria ou de uma minoria é tão redutor quanto a ilusão do patriarcado, é tão relativo. Se eu estiver inserido num grupo, vou pertencer a uma maioria. Se estiver num outro grupo, vou pertencer a uma minoria. Por isso, isto é uma relação constante entre ser ou não uma maioria ou uma minoria. Basta uma mudança no pensamento. Por exemplo, eu sou homossexual, pertenço a uma minoria. Eu sou homem, então pertenço a uma maioria. Eu sou branco, então pertenço a uma maioria, em termos de poder. Quando se fala em maioria, está subjacente que a maioria detém o poder em relação à minoria. Por isso é poder. Quem detém o poder? Eu pergunto-me assim: não sei até que ponto o facto de ter nascido homem é um impedimento a eu ser feminista [*repetição*]. É como se o meu pensamento estivesse tão moldado a este patriarcado que eu já não tenho consciência de ser sexista. Da mesma forma, até que ponto uma investigação sobre o ambiente pode ser feita por elementos que estão num contexto em que essas questões são meramente teóricas. Isto é um paradoxo, pois ao mesmo tempo, a única forma de sair disto é através da investigação, mas a investigação tem muito poder. Até que ponto é que não seria mais válido que uma investigação sobre o ambiente fosse feita por uma minoria? Quando penso em ambiente penso em grupos que estão ameaçados, penso, por exemplo, nos índios da Amazónia, até que ponto é que quem deveria conduzir essa investigação deveriam ser eles? Por isso, não serão eles que deveriam fazer e responder ao questionário? Quem sou eu, que tenho um carro, que sou homem, que sou branco, que tenho uma profissão em termos sociais acima, que legitimidade tenho eu para responder a estas perguntas?

*P:* Muito obrigado!

## Entrevistada Nr. 5 (E5)

Data: 9 de março de 2017

Faixa etária: 40-50 anos

Nacionalidade: portuguesa

Formação: Direito

*P: Considera que existe uma lógica de hierarquia entre homens e mulheres em Portugal?*

E5: Na prática pode existir, efetivamente. Em que aceção, em que contexto?

*P - No sentido em que existe uma hierarquia entre os seres humanos e as restantes espécies, uma hierarquia subtil, em que o ser humano se considera superior. Gostaria de saber se considera que exista uma hierarquia, mesmo que subtil, entre homens e mulheres, neste sentido.*

E5: Mas é uma hierarquia em termos naturais ou em termos culturais?

*P: As duas.*

E5: Em termos naturais, claramente não. Claramente não, somos, como diz o “slogan” diferentes mas iguais ou iguais mas diferentes. Somos, ambos os géneros, homens e mulheres, somos seres humanos; e, nesta medida, ontologicamente, eticamente, filosoficamente, não posso considerar que exista uma hierarquia, em termos concretamente naquilo que ela se possa traduzir em termos de superioridade. Seja do homem em relação à mulher ou da mulher em relação ao homem, também poderia colocar-se a esse nível, que tenho privilégios ou características que me possam diferenciar-me pela positiva em relação aos homens. Em termos naturais, claramente não. Em termos culturais, penso que está à vista de todos. Ainda hoje, com diferentes características em termos geográficos e em termos históricos. É a realidade que nós conhecemos. Em termos geográficos, concretamente, consoante a latitude, vêm-se

diferenças mais acentuadas, por exemplo, na Ásia, na África, na própria América do Norte haverá mais clivagens, mais diferenças do que aqui na nossa Europa. Há toda uma série de passos dados, até instrumentos jurídicos mais consolidados, no sentido de uma tendência “igualitarizante”, mas há hierarquias na mentalidade dominante e nas mentalidades individuais. Ainda agora tivemos o exemplo do eurodeputado independente Korwin-Mikke, que proferiu declarações bastante polémicas e infelizes no próprio Parlamento Europeu e, no entanto, se calhar, algumas das ideias que ele defendeu talvez, de uma forma não extrema, mas são também subtilmente reconhecidas e aceites por outros membros do sexo masculino. Eu própria já ouvi alguns daqueles argumentos em pessoas das minhas relações, com um nível académico bastante elevado, e com uma faixa etária superior à minha; e vi este tipo de mentalidade de uma forma absolutamente óbvia, haverá muitos que assim pensam e, eventualmente, haverá mulheres que também assim pensam. Fenómenos de, por exemplo, violência doméstica e, designadamente, em Portugal os números são bastante assustadores, em Portugal e em Espanha, países que melhor conheço a esse nível, pelo menos no seio da Europa. A repetição, a sequência deste tipo de fenómenos que depois tem réplicas ao nível das faixas etárias mais jovens. Veja-se as percentagens de violência no namoro, por exemplo, são bastante elevadas, mas, dizia eu, ao nível da violência doméstica e da repetição dos números, nota-se que há muitas mulheres que interiorizam que, efetivamente, é natural, uma certa subordinação ou submissão ao sexo dito mais forte que neste caso é o masculino.

*P: No seu local de trabalho, as mulheres ocupam posições decisórias?*

E5: O meu local de trabalho é maioritariamente feminino. As mulheres ainda não têm muita liderança, no meu local específico de trabalho. Trabalho numa associação de empregadores, que tem 145, 146 anos. Posso dizer que houve apenas uma única mulher e atualmente é ela que desempenha as funções de Presidente, mas houve uma única, nesta instituição. Ou seja, já houve dezenas de presidentes homens. A mulher, foi ela a única [risos]. Acho que isto diz tudo, relativamente à liderança homem / mulher no meu local de trabalho. Por exemplo, tivemos, e eu estou lá há 25 anos, tivemos vários secretários-gerais, nestes 25 anos que eu conheço, todos eles homens.

*P: E a remuneração, é equiparada à dos homens?*

[risos] Sim, isso não é apanágio exclusivo do meu trabalho de trabalho. Ainda é um dado perfeitamente adquirido em Portugal. Há números nesse sentido, do próprio Ministério do Ambiente, que dizem, claramente, que as mulheres têm uma diferença salarial para menos, relativamente aos homens. E, ao nível da União Europeia, números recentes que vi ainda apontavam diferenças que podem chegar aos 23%, em termos de diferença salarial. Só para dar um exemplo, isto ainda esta tão subtilmente presente no ambiente de trabalho que, por exemplo, ainda recentemente estava no Ministério do Trabalho numa conciliação com sindicatos, praticamente as partes eramos quase todos mulheres, da parte patronal e da parte sindical e, concretamente, da parte sindical eram apenas mulheres. Estávamos a discutir um contrato coletivo de trabalho e, da parte patronal, do meu lado, o único homem presente, representante do empregador e da nossa faixa etária, na casa dos 40s e tais. Ele, muito candidamente e muito espontânea e naturalmente sugeriu, em termos de tabelas salariais, que as mulheres ganhassem um bocadinho menos. Portanto, ficar uma diferença, para menos, relativamente às mulheres. O que, podem imaginar a reação que não provocou, sobretudo do lado sindical e do meu próprio lado. Portanto, isto ainda esta, isto foi, o ano passado, não foi no Século XIX. Neste século, ainda há quem aponte uma possibilidade desta natureza. E no Ministério do Trabalho, quando estávamos a negociar um contrato coletivo, com sindicatos representados por mulheres.

*P: As mulheres portuguesas são vítimas de estereótipos de género? A sociedade portuguesa é sensível no que respeita a questões do género?*

E5: Sensível... isto é uma pergunta um pouco ambivalente. Acho que existem, claramente, estereótipos relativos às mulheres e a responsabilidade é de ambos os sexos. Penso que as mulheres são muito responsáveis por existirem ainda tantos estereótipos. Se há algumas mulheres que têm consciência do carácter degradante até, de serem instrumentalizadas e coisificadas, há algumas que ainda acabam por se subordinar, por se submeter a essa logica e a esses estereótipos que reinam. Veja-se, por exemplo, a publicidade que existe na publicidade automóvel; é vulgaríssimo vermos carros espampanantes com... quem diz a publicidade diz, por exemplo, os salões automóveis, as exposições automóveis... é muito banal, ainda hoje, associar-se mulheres vistosas a carros espampanantes. E o facto de haver mulheres que se prestam a esse papel,

significa que estão a encarnar e a assumir e a contemporizar com esse tipo de estereótipos das quais elas são as primeiras vítimas.

*P: Considera que vivemos num patriarcado?*

Em Portugal, no mundo, na Europa?

*P: Em Portugal.*

E5: Foram dados muitos passos no sentido de uma emancipação do patriarcado, sobretudo desde os anos de democracia, desde 76, desde a constituição de 76, mas a revolução foi em 74, porque, como sabem, concretamente, nos tempos do Estado Novo, havia uma clara subordinação do papel da mulher, traduzido em variadíssimos aspetos. Desde as limitações que subsistiram em termos de direito de voto, por exemplo, em termos de capacidade para viajar sem a autorização de maridos, que precisavam de uma autorização expressa para viajarem sozinhas, que é algo que para nós hoje é impensável, mas que existiu no tempo dos meus pais. E portanto sim, pelo menos até há poucas décadas atrás vivíamos, claramente, num regime patriarcal. E isso é visível se calhar em sociedades mais restritas, por exemplo, ao nível das nossas aldeias; o meu pai é de uma aldeia e o contacto que tenho nota-se, de facto, uma subsistência desse modelo patriarcal, se calhar em meios um pouco mais pequenos.

*P: Considera que faz sentido a continuação dos movimentos feministas em Portugal?*

E5: Depende do movimento feminista em si. Quer dizer, movimentos feministas do género das sufragistas do Século XIX, que queimavam os soutiens como aconteceu cá em Portugal e em outros pontos do mundo, não sei se fará sentido hoje este tipo de movimentos, se bem que hoje em dia algumas deles tenham vindo a ressurgir, no caso das Femen, por exemplo mas, sinceramente, é um tipo de manifestação de luta pela emancipação que não diz muito a muitas mulheres, como é o meu caso. Eu não me identifico muito com este tipo de proclamação assim mais exaltado, digamos assim, dos direitos da mulher atual. No entanto, acho que faz sentido um outro tipo de reivindicação de igualdade de género, visto que há tanto, tanto que fazer nesse sentido,

por esse mundo inteiro. Inclusive, há também fenómenos que são quase chocantes, por exemplo, nos casos da violência sexual na Índia, que têm acontecido e que têm sido trazidos pelo média e acabam por trazer reações quase espontâneas, quase um levantamento generalizado das mulheres indianas e, portanto, esse tipo de movimentos, sejam eles espontâneos, sejam eles mais organizados, mais sistematizados, como idealmente devem ser, eu gostaria que já não fizessem sentido, o que significaria que já não seriam necessários mas, infelizmente, tenho de reconhecer que continuam a fazer sentido e a ser necessários. Numa serie de vertentes, quer em relação à violência sexual, quer em relação à discriminação salarial, em relação à discriminação no acesso ao trabalho, quer em relação a formas extremas de violência, etc.

*P: Considera que o problema ambiental é um problema grave? E encontra-se a ser tratado de forma adequada pelas autoridades e sociedade civil em Portugal?*

E5: Sim, ainda temos graves problemas ambientais em Portugal. Sociedade civil, se se refere à sociedade que não inclua os organismos públicos...

*P: Sim.*

E5: Penso que ainda falta muito empenhamento. Houve grandes progressos a esse nível, mas o índice de envolvimento dos cidadãos em Portugal ainda é muito baixo, pelo menos comparando com outras realidades europeias, por exemplo, de inscrição em associações de ambiente, de voluntariado, ainda temos muito o fenómeno “nimby”, “not in my back yard”, em que as pessoas se mobilizam apenas quando estão em causa questões que apenas a elas lhes digam respeito. Sejam porque poluem o seu quintal, na expressão literal do “nimby” seja porque afetam diretamente o seu habitat, o seu núcleo muito próximo, seja a sua qualidade de vida ou da dos seus mais próximos e ainda se envolvem muito pouco ainda em questões mais transversais. Neste fim-de-semana, por exemplo, estive numa concentração, numa manifestação contra a poluição no Tejo, é uma situação crónica que tem décadas. Estávamos umas 400 ou 500 pessoas e a esmagadora maioria eram pessoas ribeirinhas, que moravam ali e que eram pescadores dali, que viviam ali, naquela zona, quando o tejo é um rio Ibérico e, portanto, a poluição no Tejo, só em Portugal, afeta milhares e milhares de pessoas. E, portanto, seria de

esperar uma maior adesão, uma maior manifestação. No entanto, mais uma vez, tínhamos uma adesão que era muito focalizada.

*P: Considera que as mulheres têm um papel primordial para um desenvolvimento societário sustentável?*

E5: Eu penso que não apenas as mulheres podem contribuir, no entanto, a mulher é naturalmente, ou tendencialmente... o género feminino é mais cuidador e mais protetor, e mais criterioso na própria gestão dos recursos, sobretudo, quando os recursos são escassos, por razões quer biológicas quer culturais, também. E, nessa medida, podem contribuir para um desenvolvimento ordenado, regrado, sustentado e sustentável e ter um papel, eu diria, quase de primazia.

*P: Associa o consumo ao problema ambiental?*

E5: Com certeza que sim, sobretudo na época de consumismo em que vivemos e nas sociedades mais desenvolvidas do ocidente, em que reina a lógica do descartável, do compra e deita fora, em que se perderam inclusivamente atividades de reparação, centros de reparação, porque hoje em dia as pessoas não reparam, substituem; existe mesmo a obsolescência programada, mesmo ao nível da própria conceção. Todos nós sabemos que têm uma vida curta e que não há peças de substituição. Para deitar fora e comprar outro e outro e outro... e isso tem um custo ambiental tremendo e tem uma pegada ecológica brutal, e é sabido que o planeta já está a ultrapassar os seus limites de carga. Esses dados são conhecidos, a ONU tem divulgado o “footprint” e já ultrapassamos claramente e a continuar com este ritmo, o aumento da população, que se tem vindo a verificar e que é expectável que continue a verificar-se, vamos precisar de dois planetas e meio para albergarmos este ritmo de reprodução e de consumo. Descobriram agora mais uns quantos planetas similares à Terra mas, por enquanto, não chegamos lá. Nesta sociedade em que eu me movo, nesta sociedade europeia, portuguesa, etc., Século XXI, não noto grandes diferenças a esse nível. É evidente que existem diferenças individuais, mas essas diferenças serão indistintas, ou seja, há indivíduos e indivíduos *[risos]* mais conscientes, mais sensíveis, mais informados, que depois refletem essa sensibilidade e essa informação acrescida ao nível da sua prática diária, quotidiana, designadamente ao

nível dos atos de consumo. Mas penso que isso é transversal a ambos os sexos, não tem a ver com o gênero masculino ou feminino.

*P: Já ouviu falar em pensamento sistémico ou abordagem sistémica aos problemas complexos, designadamente ao problema ambiental?*

*E5: [hesitação] Pensamento sistémico, já ouvi em termos abstratos; em termos ambientais não me estou a recordar assim de nenhuma aplicação. Pegando na problemática que aqui nos reúne, e como falou em ecofeminismo, podia ser eventualmente uma perspetiva, digamos assim, de se analisar a problemática ambiental, através de um pensamento sistémico que seria um pensamento feminino aplicado à preocupação ecológica e traduzindo-se em correntes de pensamento que existem desde os anos 70, designadamente, precisamente, do ecofeminismo.*

*P: Faz-lhe sentido falar-se em biocentrismo? Em que o homem e a natureza são considerados igualmente importantes? Conhece o conceito de biocentrismo?*

*E5: Sim, eu penso que a tendência, em termos éticos, deve ser cada vez mais ecocêntrica. Sendo ultrapassado o modelo que o Pedro ainda há pouco falava, ainda a propósito da questão da hierarquia, que foi o modelo que vigorou durante séculos e séculos e que ainda vigora e que é o modelo antropocêntrico, em que o homem, o ser humano, está no centro e considera-se dono e senhor e quase dono da natureza, essa era uma conceção e até uma deturpação, do relato bíblico, digamos assim, da criação. A nossa matriz é judaico cristã e, portanto, todos nós temos presente essa matriz. O primeiro livro, o Livro de Génesis, fala na criação e que o homem se destacaria dos demais seres vivos que estariam ao seu serviço. Essa, a meu ver, e já há vários pensadores com obra desenvolvida em relação a este aspeto, é uma deturpação do sentido original. Basta ver a recente encíclica do Papa Francisco, Laudato Si', em que, claramente, aponta para a interconexão e interdependência e inexistência de uma hierarquia. Independentemente do homem, do ser humano, ser uma realidade diversa. Tem características diversas, agora, isso não lhe dá direitos sobre as outras espécies porque, inclusivamente, até numa perspetiva mais egoísta, iria questionar a hipótese da sua sobrevivência a curto e médio prazo. Faz cada vez mais sentido, até porque há progressos a vários níveis, não apenas em termos teológicos e filosóficos, mas em*

termos biológicos e zoológicos, em termos de ecologia, que demonstram a compreensão da complexidade também nos outros seres vivos, que durante séculos desvalorizamos, e que achávamos que eram apenas bens de consumo, basta ver, por exemplo, no nosso ordenamento jurídico, os animais até há dias eram considerados coisas. Juridicamente eram coisas, agora, com o progresso dos vários ramos do pensamento, vamos percebendo que os seres tanto vegetais como animais têm uma complexidade e até uma aproximação a características que até então considerávamos únicas dos seres humanos; percebemos que não somos únicos. Ao nível de se ter sensibilidade à dor, sofrimento, algumas formas mais elementares de uma certa racionalidade, de relações sociais extremamente complexas, existem ao nível de outras espécies, não apenas dos humanos. Essas espécies têm então direito a ter uma tutela, uma proteção, até jurídica e, sobretudo, porque são incapazes de lutar por eles. São incapazes de se defenderem por si e, felizmente, começa a haver algum progresso a esse nível, tímido, mas algum.

*P: Já ouviu falar em ecofeminismo? Faz-lhe sentido falar-se numa ligação especial da mulher à natureza?*

E5: O ecofeminismo começou a surgir na década de 70, sobretudo ligado também a alguns movimentos ecológicos. O mundo acordou para as problemáticas ambientais na década de 70, relacionado com vários fenómenos, de alguma emancipação dos direitos sociais, ligados aos festivais, por exemplo, de Woodstock, maio de 68 em Paris. Foi, de facto, uma época histórica muito rica, a ver emergir uma consciência e luta por direitos sociais, mas esteve também relacionada com algumas catástrofes ambientais, como a catástrofe de Bhopal na Índia, que ocorreu sensivelmente na mesma data, por isso, os fenómenos tiveram intimamente ligados à emergência de uma consciência ambiental mais apurada. Por isso, foi sensivelmente por essa altura, ou um pouco mais tarde, que surgiu o tal movimento ecofeminista, e que faz sentido, porque reconhece que as mulheres terão uma relação mais profunda à natureza, até pelas suas características biológicas. A existência dos ciclos da natureza, a mulher é, tendencialmente, mais telúrica. É reconhecido que tem uma ligação mais estreita com a própria natureza e com os seus ciclos e ritmos naturais. Por isso faz sentido. Eu não sei muito sobre ecofeminismo, confesso que não tenho visto resultados particularmente clamorosos em termos de haver pensadoras e autoras que se destaquem, particularmente. Mas há algumas referências. A Rachel Carson é considerada, por muitos, uma pioneira ao nível

da consciência ambiental ou a senhora Brundtland, que foi autora dos relatórios Brundtland e que também foi um marco em termos do direito ambiental mundial. Por isso, houve várias mulheres que tiveram um papel absolutamente determinante e uma atuação prática. A Rachel Carson, autora da “Silent Springs”, foi verdadeiramente um marco e um dos primeiríssimos alertas para os graves problemas ambientais. No caso era a utilização do DDT e foi ela que lançou o alerta. Já tínhamos pensadores de ambiente, por exemplo, ao nível da “Deep Ecology”, mais antigos, mas estavam num nível bastante teórico de pensamento, de criação de parques naturais, etc., elaboração de obras, mas em termos já de atuação e alerta, foi a Rachel Carson.

*P: Considera que ao realizarem-se projetos, planos de ação, diretrizes políticas e desenvolvimento da sociedade civil, deve atender-se ao princípio da valorização da voz das minorias?*

E5: Sem dúvida, sem dúvida. Porque se não for nestes planos, quando são as minorias ouvidas e atendidas? Por minorias, eu não me refiro a minorias femininas, mas a todas as outras minorias que têm de ter uma proteção reforçada, e que têm depois de ser plasmadas em todos os setores de atuação humana, sejam planos, sejam programas, tem de haver uma discriminação positiva. Como o nome indica, sendo minorias terão uma atuação mais frágil, mais vulnerável e, como tal, merecedora de uma tutela reforçada, seja a nível político, seja a nível jurídico, económico ou assistencial, seja a que nível for.

*P: Podia falar um pouco do seu percurso associativo?*

E5: O trabalho na Zero ainda é incipiente e ainda estamos a dar os primeiros passos. Mas, se calhar, falar com um pouco mais de conhecimento de causa, falar no trabalho na Quercus, uma vez que foi mais duradouro, durou 20 anos e este aqui ainda vai no primeiro ano. Neste, sou fundadora, mas ainda não sou dirigente. Portanto, sou uma voluntária de base, mas não tenho um cargo. Na Quercus tive cargos dirigentes durante este tempo, praticamente ininterrupto; ia tendo um cargo ou outro, ao nível regional, ao nível nacional, portanto, não era sempre o mesmo. Havia uma saudável rotação, como é saudável em termos de organização. Mas tive um pouco mais à frente em termos de decisões e fui vendo que também a esse nível começou a assistir-se a um saudável

isolamento entre sexos. Quando eu cheguei à associação ainda o predomínio era predominantemente masculino. Em termos de cargos e decisórios, etc., havia uma notória predominância masculina. Passado algum tempo essa predominância masculina foi-se nivelando ao ponto de termos tido uma Presidente e vice-presidentes também, mulheres e, portanto, ao nível das outras ONGAs, o mesmo fenómeno se verificou. Portanto, a Liga, que tem mais de meio século, durante décadas e décadas teve sempre presidentes homens e, depois, teve uma Presidente mulher, a mesma coisa em relação ao GEOTA. Portanto, é uma tendência que espero que se venha a verificar na Zero, até porque uma das fundadoras é uma Ex-Presidente da Quercus, por isso, tem todas as condições para ocupar o mesmo cargo na Zero. E, portanto, foi uma das realidade que eu vivenciei, assim de muito perto. Outro aspeto que achei interessante, pelo menos de voluntários, ao nível jurídico, como tenho essa formação também dava apoio em termos de voluntários, também nessa área, e volta e meio apareciam pessoas que queriam fazer esse estágio. Estágio jurídico que eu orientava e 90% dos voluntários que apareceram eram mulheres. Por isso, penso que a esse nível, e pelo menos ao nível do voluntariado em Portugal, ainda é claramente dominado por voluntarias. Não sei se é conotado ou associado a um maior altruísmo, uma maior capacidade de doação que as mulheres, em maneira geral, terão. Esse foi o meu testemunho, que pode comprovar ao longo dos anos é que apareciam, não apenas na área jurídica. O Pedro foi dos pouquíssimos homens, ou representantes do sexo masculino, que apareceu como voluntario na área jurídica. E nas outras áreas da associação, a mesma coisa. Por isso, essa também foi uma nota que se tem mantido. Eu, daquilo que tenho presenciado, as mulheres, de uma maneira geral, estão mais disponíveis, também são mais interessadas, porque também estou ligada a outras áreas, por exemplo, mesmo em áreas culturais, passeios, mesmo nestas associações organizamos passeios a zonas naturais, de património cultural e, de um modo geral, a frequência é mais feminina. Porque, de um modo geral, as mulheres têm mais interesses. Os homens se calhar focam muito da sua disponibilidade, por exemplo, para a área mais desportiva, e, como tal, acabam por ser uma presença se calhar mais secundaria nestes campos. Seria interessante que aplicassem a sua disponibilidade, capacidade, que também são distintas, da das mulheres e complementares.

## Entrevistado Nr. 6 (E6)

Data: 8 de abril de 2017

Faixa etária: 40-50 anos

Nacionalidade: portuguesa

Formação: Engenharia Eletrotécnica, Física e Biologia

*P: Considera que o problema ambiental é um problema grave?*

E6: Muito grave, potencialmente muito grave. Até onde quer que elabore?

*P: Como quiser.*

E6: Há uma questão de risco e nós desconhecemos as consequências daquilo que estamos a fazer. Desconhecemos exatamente o que está a acontecer ou o que poderá vir a acontecer, é um risco muito grande e só por isso deverá considerar-se um problema grave.

*P: E considera que se encontra a ser abordado de forma adequada pelas autoridades, em Portugal?*

E6: Em Portugal apenas?

*P: Em Portugal.*

E6: Não, mas de qualquer forma, dá-me ideia que em Portugal nós vamos muito a reboque daquilo que se faz ou do que nos mandam fazer, de forma que, não vejo nós tomarmos iniciativa, de uma forma geral, para estarmos um pouco à frente do que o que os outros fazem, inclusivamente, da Comunidade Europeia.

*P: Quando fala de risco, qual é o pior cenário possível?*

E6: O pior cenário possível seria a destruição da civilização, tal como nós a conhecemos. Não diria que o “homo sapiens” deixasse de existir, mas muito provavelmente as instituições que nós conhecemos e o nível de vida que nós temos deixaria de existir.

*P: E qual seria o quadro temporal para esse cenário?*

E6: Até ao final deste século. Por duas razões, uma, começava pela que considero menos importante, mas posso estar errado, as alterações climáticas, para mim qualquer coisa que está a acontecer. Quais vão ser as consequências, não sabemos. A outra, que me parece ser a mais importante, é o aumento da população humana. Há várias projeções das Nações Unidas, mas há projeções que apontam que em meados deste século possivelmente atingir-se-á o máximo da população humana, do número de seres humanos. Depois como poderá dar-se uma diminuição do número de seres humanos, ou do que poderá acontecer quando atingirmos esse máximo, poderá acontecer em termos de impacto de recursos ambientais, não sei.

*P: Disse que as autoridades estão a reboque da União Europeia. Acha isso adequado?*

E6: Não sei se é apenas da União Europeia. Pode ser através de outras formas, quase de moda, que possam existir. Se isso é bom, é claro que não, era bom que as autoridades fossem mais proactivas, de alguma forma estão a ser passivas, não é? De repente, alguém diz na União Europeia ou chegam à conclusão sobre alguma coisa que é importante e que se deverá fazer e nós obedecemos e fazemos. Parece-me que seria mais interessante se fossemos nós a tomarmos a iniciativa e a fazermos o mais depressa possível. Eu posso dar um exemplo concreto: seria muito interessante se as autoridades portuguesas dessem mais incentivos para o uso de carros elétricos. É uma coisa muito simples. E um dos maiores incentivos para o uso dos carros elétricos seria termos nas estradas portuguesas, nas autoestradas portuguesas, uma cadeia de pontos de alimentação rápida de carros elétricos, tal como a Tesla está a fazer na Califórnia. Mas era bom que nós tomássemos iniciativa, e não estivéssemos à espera de virem nos dizer para o fazermos.

*P: E a sociedade civil em Portugal, tem uma postura adequada em relação à questão ambiental?*

E6: Mais uma vez eu diria que não. E acho que não por uma questão de desconhecimento. Talvez, mas posso estar errado, mas, por exemplo, se formos a Inglaterra, que é outro país europeu que eu conheço, dá-me ideia de que, de uma forma geral, a população está muito mais a par dos problemas ambientais do que em Portugal. Posso estar errado, porque também estou protegido, porque estou no meio académico e, por causa daquilo que eu faço, falamos bastante sobre estes assuntos. Por isso, posso estar errado e o desconhecimento também seja grande em Inglaterra. Mas diria que em Portugal, o maior problema é o desconhecimento dos portugueses destes problemas.

*P: Já ouviu falar em pensamento sistémico e modelos de sistémica aplicados ao problema ambiental enquanto um problema complexo?*

E6: Não.

*P: Faz-lhe sentido falar-se em biocentrismo?*

E6: Biocentrismo por oposição ao humanismo?

*P: Por exemplo.*

E6: Neste momento acho que praticamente não existe biocentrismo. Haverá algumas pessoas que o defendem. Mas sobretudo em meios académicos. Alguns filósofos, estou a lembrar-me de um filósofo norueguês, se não me engano, não me lembro do nome agora, o homem que defendeu o Deep Ecology...

*P: Ah, o Arne Naess.*

E6: Esse mesmo. Mas tirando o que se fala em grupos muito pequenos, de uma forma geral, o biocentrismo não existe. E, de alguma forma, encontra-se aplicado a questões legais. Saberá melhor do que eu, mas a maior parte das questões jurídicas, têm sempre como referencia o homem e não o biocentrismo.

*P: Falava da Deep Ecology. Considera que é uma filosofia desatualizada?*

E6: Não sei. O termo apareceu já há muitos anos. O termo pode ser já antigo, pode estar já desatualizado. Se a ideia base está desatualizada, não sei. Eu diria que não. Acho que é uma ideia muito forte e que pode tornar-se corrente, e não apenas de uso raro. Sim, associo bastante a Deep Ecology ao biocentrismo. Quase que diria que as duas coisas são equivalentes. Estou a falar no biocentrismo como sendo uma forma de Deep Ecology, quase.

*P: Já ouviu falar em ecofeminismo?*

E6: Já. E não gosto, não gosto do termo. Bom, eu não tenho nada contra o feminismo, muito pelo contrário, sou a favor dos direitos das mulheres e para que a sociedade seja o mais justa possível, para toda a gente. Agora, associar-se o feminismo à ecologia, dizendo que havia uma relação particular entre feminismo e ecologia, não. Confesso que isso já não gosto. Não gosto muito da ideia e não me parece que faça muito sentido.

*P: E faz-lhe sentido falar-se de uma relação especial da mulher à natureza?*

E6: De maneira alguma. Da mesma forma como não acho que haja uma relação especial entre o homem, os machos, e a natureza. Pode ser interessante verificar-se o que se passa em sociedades, entre aspas, chamemos-lhe primitivas. Os [hesitação] agora só me lembro do nome em inglês, os “hunter gatherers”, como se chama em Português, caçadores coletores. Também nessas sociedades se encontra uma divisão de trabalho entre os homens e as mulheres, será que nessas sociedades as mulheres respeitam mais a natureza dos que os homens e vice-versa? Eu acho que não, mas posso estar errado. Seria interessante que se fizesse um estudo. Eis uma possível tese de mestrado [risos].

*P: Considera que existe uma lógica de hierarquia entre mulheres e homens?*

E6: Não sei o que entende por hierarquia.

*P: No sentido em que a sociedade confere, de uma forma subtil, um patamar hierárquico superior aos homens em relação às mulheres.*

E6: Bom, neste momento, acho que isso é um facto. Aliás, posso estar errado, mas é um pouco contra isso que as feministas lutam. Não sei se é isso e se estou a entender a relação entre as duas coisas. Se existe neste momento é um facto.

*P: Considera que em Portugal as mulheres são vítimas de estereótipos de género?*

E6: Eu não tenho a certeza, também porque nunca estudei o assunto, nem conheço estudos já feitos sobre o assunto, mas diria que à partida sim, sem dúvida que são. É a impressão que eu tenho.

*P: Considera que vivemos num patriarcado em Portugal?*

E6: Talvez se definir primeiro patriarcado talvez consiga responder.

*P: Ora patriarcado...*

E6: Peço desculpa, eu estou a pensar na sociedade japonesa. Aqui temos claramente os homens a trabalhar e as mulheres em casa, no entanto, quem manda nas famílias, pelo que eu pude observar, são as mulheres. Não sei se continua a ser um patriarcado ou não. Em Portugal diria que os homens têm uma maior relevância de uma forma geral, pelos exemplos que eu conheço. Mesmo em pessoas da minha idade etária, que são os cinquenta anos.

*P: Considera que faz sentido a continuação de movimentos feministas?*

E6: Claro que sim. Acho que há muito por fazer. Isto é, acho que as mulheres ainda merecem mais respeito, em particular, por exemplo, em questões laborais. Sei que, para o mesmo trabalho, as mulheres ganham menos do que os homens, foi o que me disseram recentemente. Isso é injusto. Portanto sim, acho que sem dúvida.

*P: Se considerarmos que as mulheres têm uma menor inclinação para os engenhos e técnicas e se considerarmos que as mulheres têm uma menor influência sobre a condução da sociedade, será que fará sentido referir-se que uma sociedade em que as mulheres tivessem uma preponderância sobre os homens seria menos tecnicista e, como consequência, seria esta uma sociedade mais favorável para o ambiente?*

E6: Não sei, eu diria que não. Estou a perceber o que quer dizer, o seu raciocínio. Ou seja, o desenvolvimento tecnológico está a afetar o meio ambiente e sendo os homens que lideram o desenvolvimento tecnológico... mas volto a dizer que não. Voltemos às sociedades dos caçadores coletores. Nestas sociedades, quem tem um maior impacto sobre o ambiente, são os homens ou as mulheres? Imaginemos que os homens caçam usualmente, e tal tem um determinado impacto sobre o ambiente, por causa disso. E as mulheres poderão, por exemplo, cortar árvores por causa da lenha. Quem está a ter um maior impacto sobre o ambiente, são os homens ou as mulheres. Eu acho que não faz muito sentido dividir as coisas. Os homens caçam, o que tem um determinado impacto para o ambiente e tudo isso tem um impacto para a sociedade. As mulheres abatem as árvores e cortam a lenha, também para a sociedade, e ambos estão a ter um impacto forte. Que seja por causa da tecnologia, eu não sei se, nesse caso, independentemente da tecnologia que tenham, quem estará a ter um impacto mais forte. Eu percebo a sua pergunta, como são os homens responsáveis pelo avanço da tecnologia...

*P: Bom, neste caso reportamo-nos mais à sociedade de consumo...*

E6: Ah...

*P: Se falarmos mais em padrões de consumo...*

E6: Então, se calhar, são as mulheres que têm hábitos mais consumistas. Não sei, não sei. Não dividiria tanto pela diferença homem / mulher, mas mais pelos princípios que regem as sociedades, que se aplicam tanto a homens quanto a mulheres e que, sem querer, um dos grupos pode ter um impacto maior do que o outro. Imagine, por um momento, que nós conseguimos aumentar significativamente o número de seres humanos, independentemente de termos uma tecnologia mais avançada. Apenas conseguimos reproduzir mais e viver até mais tarde. Não sei se, neste caso, as mulheres

seriam tão nocivas para o ambiente quanto os homens. Eu tenho dificuldade em dizer que só pelos homens ou pelas mulheres... eu acho que homens e mulheres são diferentes... mas agora, dizer que há um grupo que tenha mais impacto sobre o ambiente do que o outro, já não tenho tanta certeza. Até porque, neste momento, não sabemos se não será a tecnologia que nos poderá ajudar a salvarmo-nos dos problemas ambientais.

*P: Será que essa evolução tecnológica, não representará a continuidade no afastamento cada vez maior do ser humano do ambiente?*

E6: Acho que tem havido um afastamento do ser humano da natureza. Para fundamentar isto, utilizaria um número, que é a percentagem da população humana que vive em grandes cidades. Se virmos desta forma acho que sim, que há um afastamento do ser humano da natureza. Agora, o que eu não sei é se hoje em dia, a necessidade de conservação da natureza não é muito maior do que há cem anos, apesar de, na altura, as pessoas estarem muito mais próximas da natureza. Não sei se por exemplo, um português, biólogo, não estará muito mais preocupado com a natureza do que um índio que viva na floresta amazónica. Qual deles é que está mais preocupado com o ambiente?

*P: Eu, se calhar, iria no sentido de que se calhar para o Índio da Amazónia, se calhar, a floresta não se encontra separada dele, lá está, o biocentrismo. Ele insere-se no próprio ecossistema. Se calhar, o problema começa quando o ser humano se começa a distanciar...*

E6: Ah, mas aí é que está: é que pode parecer que o português está mais longe da natureza porque não vê a natureza de uma forma tão direta; o índio da Amazónia vê as árvores, pássaros e insetos de uma forma mais presente. Mas eu não sei qual deles tem mais respeito pela natureza. Também não sei se o índio da Amazónia não destrói mais árvores porque não pode. Também seria interessante realizar-se um estudo para se saber quem tem mais conhecimento da natureza: são os agricultores ou são os caçadores coletores? A minha experiência diz-me, de uma forma geral, os agricultores têm um muito mau conhecimento da natureza. O que tenho visto, por exemplo quando vou à terra dos meus pais, o que eles sabem da natureza é apenas o aspeto que lhes é

relevante. Portanto, se houver um tipo de inseto que eles souberem que dá cabo das batatas, de uma sementeira de batatas, eles sabem qual é o inseto. Mas se houver dois ou três pássaros, espécies diferentes com comportamentos diferentes, mas que não lhes interesse para nada, eles desconhecem, por completo, os pássaros. Já os caçadores coletores, como são obrigados a viver mais próximo com a natureza, e dependem de uma forma mais direta da natureza, então aí talvez saibam mais e tenham mais experiência de fenômenos naturais da natureza que os rodeia; mas apenas porque precisam da natureza e não necessariamente porque a respeitem mais.

*P: Aqui pegaria na Deep Ecology, em que o ser humano não se separa mas faz parte da natureza. O índio da Amazônia não se separa da natureza, faz parte do ecossistema.*

E6: Nós também fazemos parte do ecossistema, podemos apenas não nos aperceber disso tão rapidamente.

*P: Estava a lembrar-me do artigo de Lynn White que referia que o cristianismo veio superiorizar o ser humano em relação à natureza.*

E6: Não apenas a cristã, mas as três: judaísmo, cristianismo e islamismo. Agora, surge aqui uma questão interessante: o que é que leva uma sociedade a tender para essa separação? Porque umas sociedades se separam mais do que as outras? No entanto, podemos pegar, por exemplo, em sociedades hindus ou budistas, estas não deixaram de construir cidades e de ter um desenvolvimento ecológico, não é verdade? Não sabemos quais das sociedades terão um maior impacto na natureza. Se pensarmos na Índia, por exemplo. Eu reconheço que eles tendem a respeitar mais a natureza, de alguma forma, por exemplo, quando morre um elefante atropelado. Eles vão pôr flores no elefante, por aí fora. Porém, à questões na sociedade que levam que isso aconteça, mas eu não sei responder, se terá mais a ver com a sociedade, por qualquer razão. Não sei se terá apenas a ver com tecnologia. Terá a ver com preceitos sociais que estarão mais próximos daquilo que chamaríamos de Deep Ecology, talvez sim. Não sei o que leva uma coisa para determinada direção. Mas eu tenho uma interpretação da evolução da humanidade e que é nós estamos melhor e temos estado cada vez melhor. Por exemplo, se nós virmos a violência, está a reduzir-se. Há um livro sobre o Steven Pinker sobre o assunto... [pausa]. E isso tem-se conseguido graças ao desenvolvimento natural, não é?

Agora, o que temos de perceber é que o desenvolvimento que tem sido conseguido à custa do uso, de forma não sustentável de recursos naturais. É como se estivéssemos mais ricos porque estamos a usar uma conta bancária que alguém nos deixou agora. Agora, o que não é claro é o que vai acontecer quando essa conta bancária acabar.

*P: Falava do capítulo de Nicholas Georgescu-Roegen e da termodinâmica...*

E6: Sim da Lei da Entropia.

*P: Não seria importante se ser humano ficasse menos ativo no desenvolvimento societário? Tal não iria ser benéfico para o problema ambiental?*

E6: Não, aí eu não sei. Talvez houvesse uma série de retrocessos. Não sei o que aconteceria se alguns aspetos da nossa sociedade, das nossas instituições, começassem a desaparecer. Talvez nos tornássemos um pouco, passo a expressão, mais bárbaros de novo, não é? Se nós continuarmos a pensar, se nós parássemos algum avanço civilizacional, e não sei como é que isso se poderá fazer, a questão é como é que nós podemos continuar a evoluir civilizacionalmente sem, necessariamente, dependermos do crescimento económico. Eu não sei se isso é possível, mas gostaria de dizer que sim. Porque se não for, estamos tramados, não é?

*P: Outro dia, apresentava o Professor Karl Bruckmeier, num seminário, uma retórica forte contra o conceito de sustentabilidade. Referiu que este conceito deveria ser substituído pelo de resiliência ou sobrevivência, visto que é para aí que se caminha e para uma “gestão do declínio”; a Thatcher terá sido a primeira política a falar no conceito de “gestão do declínio”.*

E6: [pausa] “Gestão do declínio”, é um conceito interessante que desconhecia. Mas estou a gostar bastante desta ideia. Mas tenho de pensar sobre o assunto. Estava a pensar, há bocado quanto estava a dizer que a população humana é possível que atinja o máximo e que depois começarão a decrescer os números, e o que isso irá implicar. Temos uma população cada vez mais envelhecida e o que irá isso implicar para as gerações mais novas, mais ativa e que produz. Como é que vamos gerir esse declínio...

pois não sei... pois, se calhar, é isso que já está em causa. Pois a questão é saber como é que nós vamos resistir. Não sei é se as pessoas já estão a perceber disso.

*P: Pois, mesmo o conceito de decrescimento económico sereno de Latouche acaba por ser uma perspectiva otimista. Se calhar, como referiu o Professor Karl Bruckmeier, deve ter lugar um decrescimento económico igual a zero, um crescimento populacional igual a zero e começar a pensar-se na gestão do declínio.*

E6: Sim, mas neste momento não se pode pensar em crescimento zero da população. Não é possível. Não entanto, se os casais passassem a ter um filho apenas, a população humana extinguiu-se em pouco tempo. Se apenas tivessem dois filhos, a população mantinha-se constante.

*P: Agora, como sabemos, frequentemente, nos países em desenvolvimento os casais têm filhos para colmatar a ausência de um sistema de segurança social adequado.*

E6: E também pode envolver outros aspetos, como o prestígio social de se ter filhos.

P: MUITÍSSIMO obrigado.

## Entrevistada Nr. 7 (E7)

Data: 20 de abril de 2017

Faixa etária: 40-50 anos

Nacionalidade: Portuguesa

Formação: Matemáticas Aplicadas

*P: Considera que existe uma lógica de hierarquia entre mulheres e homens?*

E7: Sim, acho que existe.

*P: E como é que se manifesta?*

E7: Como é que se manifesta esta lógica? Primeiro é uma lógica que, não é algo de hoje, é algo que vem de um passado e que ainda, de certa forma, ainda se mantém. Como se manifesta? Manifesta-se ao nível do trabalho, por exemplo, em termos de condições salariais, em termos de cargos de chefia, e acho que se manifesta de formas mais subtis em relacionamentos pessoais entre as pessoas.

*P: E como assim, em termos de relacionamentos?*

E7: [hesitação] Não acho que... seja geral em relação a todos os relacionamentos, nem de todo a todas as mulheres. Acho que é um processo que está em crescimento e em desenvolvimento. Ou seja, no sentido das mulheres terem um papel mais igualitário nos seus relacionamentos. Ou seja, manifesta-se muito, em certa forma, ainda de forma inconsciente e tem a ver com um processo que vem detrás e que faz as mulheres agirem e colocarem-se em determinadas situações e colocarem-se em determinada postura, que não é uma postura de igualdade. E posso falar-lhe de alguns estudos que já ouvi falar e que já li, por exemplo, neste caso nem é no caso dos relacionamentos pessoais, mas quando as mulheres concorrem a um emprego, foi feito um estudo nos Estados Unidos, depois se quiser até lhe posso dar essa fonte, foi uma Ted Talk que eu ouvi, em que os homens quando concorrem a um emprego, se tiverem 60% daquilo que é pedido, eles

concorrem. As mulheres, concorrem apenas se as qualificações delas corresponderem a 100% do que é pedido. É porque com a mulher, muitas vezes, está numa situação em que tem de provar, de certa forma, que é suficiente ou que vale. E este ter de provar manifesta-se muitas vezes nas relações. Nem sempre, nem em todo tipo de relações, acho que isto está em mudança mas, na minha opinião, ainda existe. Mesmo em mulheres ditas independentes.

*P: Considera que em Portugal as mulheres são vítimas de estereótipos de género? A sociedade portuguesa é sensível no que respeita a questões de género?*

E7: Não tenho um conhecimento que me permita falar da sociedade portuguesa. Falo um pouco mais da minha perceção: [pausa] acho que sim, mais ainda não é uma coisa muito clara. Também tem a ver com o meio de onde eu vim. A minha mãe é uma mulher que fez uma carreira na altura dela, é uma mulher que sempre lutou pela liberdade de direito das mulheres, é uma mulher que sempre teve um relacionamento com o meu pai muito igualitário, ela sempre, de certa forma, impôs isso, portanto, isto é a minha escola. E os meios em que eu me movo, também vão mais nesse sentido.

*P: E considera que vivemos num patriarcado, em Portugal?*

E7: Acho que vivemos num patriarcado em quase toda a sociedade ocidental. Sim, sim.

Somos regidos por valores masculinos e isso é uma coisa que hoje em dia as mulheres trabalham. Precisam, quer dizer, penso que é uma necessidade do feminino. Precisam de perceber o que é isto de ser mulher num sistema que é um sistema masculino. Porque as mulheres, somos diferentes dos homens, biologicamente, psicologicamente e emocionalmente e fisicamente. Há muitas diferenças. Uma mulher para conseguir viver em harmonia consigo própria, uma das coisas que, na minha opinião, seria importante fazer seria respeitar o seu ciclo, o seu ciclo menstrual. É qualquer coisa que hoje em dia, pelo contrário, tomam-se comprimidos para anular os efeitos. É visto socialmente, pelo menos nas mulheres de hoje em dia, mulheres emancipadas ou mulheres com cargos de poder ou que trabalham socialmente num contexto empresarial, têm de agir como homens. Basicamente, este lado mais feminino que é cíclico, tem de ser negado, pois não pode ser hoje não vou à reunião ou não vou

trabalhar, porque preciso de descansar, porque o corpo pede esse descanso. Por isso sim, vivemos numa sociedade que é regida por valores masculinos e onde as mulheres, é como se nascessem num oceano que nada tem a ver com a nossa forma de ser. Então muitas vezes entramos em contradição connosco próprias, porque o sistema em si não devolve o que tem a ver connosco. Isto se calhar é um pouco vago para si...

*P: Não, não, faz sentido.*

E7: Porque lá está, a minha formação não é nesta área, por isso todo o trabalho que desenvolvo é mais intuitivo, dos estudos que tenho feito, da minha própria experiência, do que propriamente uma formação académica nesse sentido.

*P: E faz-lhe sentido a continuação dos movimentos feministas em Portugal?*

E7: Eu acho que faz sempre sentido, porque de facto os direitos das mulheres ainda não são assegurados, ainda não são. Cada vez mais, mais ainda não são, por isso faz sentido. No entanto, deve ser um feminismo consciente, ou seja, não é um feminino que quer aniquilar o masculino, pois tem de haver um equilíbrio entre estes dois polos.

*P: Considera que o problema ambiental é um problema grave?*

E7: Considero.

*P: Até que ponto?*

E7: ou seja, considero que estamos num ponto, onde se não houver uma mudança radical, então pode ser quase o nosso fim. Acho que sim, e acho que isso tem a ver com o facto de vivermos num sistema mais masculino. A partir do momento em que se mudou de um sistema matriarcal para um sistema patriarcal, o respeito pela Terra, e o saber que é a Terra que nos permite estar aqui, esta consciência perdeu-se completamente.

*P: E quando foi essa transição do sistema matriarcal para o sistema patriarcal?*

E7: Isso não sei. Há muitas teorias nesse sentido e eu, lá está, tudo o que sei não é algo que possa argumentar. Há várias teorias nesse sentido. Há teorias que dizem que foi quando se passou de um sistema mais nómada para a agricultura, em que nos fixamos e que o homem começou, de certa forma, a dominar a natureza. Outros dizem que foi quando se dominou o cavalo, outros dizem que foi quando se introduziu a escrita, passando-se de um hemisfério direito, portanto, muito mais linear, por isso muito mais feminino, para um hemisfério esquerdo, mais racional, menos energético. Portanto, há, assim, várias teorias nesse sentido.

*P: No que respeita ao cavalo, quer dizer, quando passamos de caçadores coletores a sedentários?*

E7: Neste caso a agricultura, a agricultura permitiu isso. No que respeita ao cavalo, não consigo ver muito bem o que está por detrás desta teoria. Faz-me sentido a da agricultura, ou seja, passamos nós a dominar a natureza, decidimos o que queremos plantar, temos a nossa alimentação garantida, portanto, há uma garantia que, de certa forma, depois nos desresponsabiliza de um cuidado pela natureza.

*P: E considera que se encontra a ser abordado de forma adequada pelas autoridades, em Portugal?*

E7: Não tenho conhecimento, sinceramente não tenho conhecimento em relação ao que as autoridades em Portugal estejam a fazer, mas eu diria que nem sequer a um nível mundial. Para mim, na minha opinião isto implica uma mudança estrutural, a muitos níveis e, portanto, todo esta forma em que nós vivemos, todo este consumo em que vivemos, teria de ser drasticamente reduzido. Passaria muito por isso, por uma redução drástica do consumo. O que depois iria ter muitas repercussões ao nível económico, pois a nossa economia subsiste muito do consumo... teria implicações muito vastas.

*P: E a sociedade civil em Portugal, tem uma postura adequada em relação à questão ambiental?*

E7: Não tenho conhecimento, mas parece-me que a mudança aqui não é se fazemos a reciclagem em casa, cada família fazer a sua reciclagem... Claro que isso é importante e

que isso tem um impacto. Mas o impacto tem de ser muito maior, na forma como vivemos. Têm de ser as grandes empresas e as grandes indústrias, tem de ser por aí. E, neste sentido, o que acontece muito é que, em certa medida, a responsabilidade recai muito sobre os cidadãos, o que faz sentido, mas depois as grandes indústrias, de certa forma, vão fazendo as suas manobras para continuarem a produzir o que produzem, da forma como produzem. Acho que a esse nível Portugal tem feito um trabalho interessante ao nível das energias renováveis. Acho que sim, até a EDP tem um programa bastante interessante de fazer acordos com particulares no sentido de porem painéis solares. Portanto isso acho que é um bom... aí sim, aí sim.

*P: Já ouviu falar em pensamento sistémico?*

E7: Sim... [hesitação e pausa] já ouvi falar, embora não possa dizer nada sobre isso.

*P: Faz-lhe sentido falar-se em biocentrismo?*

E7: Faz-me todo o sentido, sim.

*P: Já ouviu falar em ecofeminismo?*

E7: Já, embora também não esteja bem dentro desse conceito. Mas, pronto, pressuponho que tenha a ver com este biocentrismo, também.

*P: E faz-lhe sentido falar-se de uma relação especial da mulher à natureza?*

E7: É assim, a mim faz-me sentido, mas não sou homem, não posso falar em relação ao masculino. Mas em relação ao feminino sim, principalmente nesta questão dos ciclos femininos, aí surge a primeira ligação da mulher em relação à natureza. E que é uma coisa muito prática: o ciclo da mulher é igual, ou muito semelhante, ao ciclo da lua. E se as mulheres não tomassem contraceptivos orais, ou seja, se o seu corpo estivesse livre de qualquer contraceção, há estudos que dizem que a mulher menstruará, maioritariamente na altura da lua nova e, depois, ovulariam, na altura da lua cheia. Portanto, há uma ligação muito direta da lua e do ciclo feminino, o que para mim me faz sentido, pois estamos a trabalhar com líquidos e a lua influencia as mares. E se influencia os mares,

porque não nos há-de influenciar a nós, inclusivamente homens e mulheres. Mas, em particular, este ciclo feminino é muito parecido. Para além de ter a ver com todo o sistema hormonal da mulher, que vai variando ao longo de todo este ciclo. Por isso, há pouco dizia o quão importante era se vivêssemos numa sociedade em que as mulheres pudessem respeitar este ciclo. E não aquele “ah estas com o período”, “estas com mau humor, então é porque estas com o período”, não, há mesmo processos internos a acontecerem em cada uma destas fases. E neste sentido, para mim aqui é uma ligação direta com a natureza. E depois, as mulheres têm todo este lado, não quer dizer que os homens não o têm, mais maternal, todo este cuidado, com plantas, seja com o que for, toda a parte também mais intuitiva, tudo isto facilita toda esta ligação com a natureza. Para mim, na minha experiência pessoal, eu vivi muitos anos na cidade, aliás, vivi desde quase desde que nasci na cidade, até mais ou menos há cinco ou seis anos e, depois, mudei-me para o campo, vivo praticamente na natureza, mas quando comecei a fazer um trabalho com os meus ciclos, com o meu ciclo menstrual, mais regular e mais profundo, a minha ligação com a natureza alterou-se. E não é qualquer coisa que se possa, é muito intuitivo, isto também é difícil trazer para o mundo masculino, que é um mundo mais linear, mais concreto, e o lado feminino é, em muitos casos, intuitivo, então esta relação com a natureza, não é uma coisa que se possa expressar em palavras, facilmente. Tem muito a ver com o sentir...

*P: Aliás, o próprio ritmo da natureza é um ritmo que nada tem a ver com o ritmo destas sociedades em que vivemos.*

E7: Exato, assim como o ritmo da mulher nada tem a ver com este horário das nove às seis, sete, com estes sete dias da semana, não tem a ver com isto. Mas para uma mulher, hoje em dia, poder ser independente e poder ter este poder para o qual tanto lutou, tem de se tornar masculina. E então, é essa mudança que eu sinto que agora preciso. Acho que foi precisa esta força do lado masculino para se conseguir tirar a dominação masculina, como era. E isto para se poder introduzir uma sociedade que não deveria ser nem masculina nem feminina, seria uma mistura das duas, uma coisa que respeitasse os dois lados.

*P: Considera que ao realizarem-se projetos, planos de ação, diretrizes políticas e desenvolvimento da sociedade civil, deve atender-se ao princípio da valorização da voz das minorias?*

E7: Sim, claro que sim, claro que sim, acho que é mesmo, mesmo importante, qualquer minoria, seja de género, seja étnica...

*P: Gostava agora que falasse um pouco dos círculos femininos, de onde é que surgiram?*

E7: Para mim [pausa], no meu trabalho ou em geral?

*P: Em geral.*

E7: É assim: há relatos e há textos que estes círculos existiriam em tempos tribais. Em sociedades indígenas, hoje em dia, ainda existem. Portanto, são sociedades que mantiveram as tradições e que ainda existem, mas há vários textos que dizem que as mulheres se reuniam quando em lua nova, quando menstruavam, este seria um dos momentos, porque era um momento em que se podiam apoiar umas às outras, pois estavam todas no mesmo processo, também é um momento em que, naturalmente, as mulheres estão muito mais intuitivas, muito mais sensíveis e, por isso, com muito mais dificuldade para lidarem com o lado masculino do dia-a-dia. É um momento que pede recolhimento e, portanto, esse seria um momento fulcral deste juntar mulheres, que seria na lua nova e na menstruação. Pronto, acho que daqui vem a origem. Hoje em dia, e aquilo que me fez, pronto, participei, durante alguns anos, em círculos de mulheres e depois comecei a organizá-los. E porquê? Porque me sentia muito masculina. Eu trabalhava em contexto empresarial, logo a seguir à licenciatura trabalhei em contexto empresarial e, como eu tenho esta escola familiar de uma mãe trabalhadora, e, de certa forma, muito masculina no mundo, eu sentia que uma parte de mim estava a ser negada. E o trabalho que ia fazendo nos círculos permitia-me ir, era como se eu fosse descobrindo partes de um feminino que estavam esquecidas. E no fundo, os círculos, na minha opinião, uma das coisas que trás, lá está, é a possibilidade das mulheres irem redescobrando o que é ser mulher, independentemente do sistema em que vivemos. Porque é muito difícil perceber quem eu sou, se o sistema à minha volta é

completamente contrário àquilo que eu sou. Não tenho um espelho fora do que eu sou. É como se o que eu sou não estivesse certo. E por isso, muitas vezes as mulheres sentem que há algo de errado com elas, porque o sistema devolve-lhes isso. Mas não é nada de errado com elas, o sistema é que não é um sistema adequado para as mulheres. Então os círculos permitem, uma coisa que permitem, é a expansão desta possibilidade de ser mulher, através das outras mulheres, isto é uma das coisas que permite. Tem depois várias outras coisinhas, mas o essencial é mesmo este. É mesmo esta possibilidade de expandir as possibilidades de ser mulher. É trazer o que está escondido, como por exemplo, o facto de sermos condicionadas, tem a ver com todo um legado que carregamos, e o trabalho dos círculos tem a ver com pôr tudo isso cá fora, trazer o que está escondido, porque está inconsciente e quando uma mulher trás, as outras identificam-se.

*P: E cada vez existem, mais círculos, não é? Fico com essa impressão...*

E7: Existem muitos círculos, muitos mesmo... existem, também, trabalhos muito diferentes que se fazem em círculos. Embora possa parecer tudo a mesma coisa, não é tudo a mesma coisa. Há trabalhos mais focados para umas coisas, outros mais focados para outras coisas... há círculos onde se trabalha muito a parte arquetípica da deusa, portanto, varias facetas daquilo que seria a deusa, que também ajuda a expandir, lá está estas possibilidades, dentro daquilo que é ser mulher e, no meu caso, como eu não tive uma educação religiosa, porque agora também há muito o movimento da deusa, e é qualquer coisa com a qual eu não me identifico e que não faz parte do meu trabalho.

*P: Será paganismo?*

E7: Sim, poderíamos chamar disso. Também não conheço todos os trabalhos, mas como não recebi uma educação religiosa... a minha espiritualidade não vai nesse sentido. É uma espiritualidade com uma raiz mais xamânica, mais propriamente do que um deus ou uma deusa que está lá. Mas pronto, esse trabalho do culto à deusa tem mais a ver com o paganismo. Pronto, e depois há círculos de partilha, em que, para além das mulheres se espelharem, e de verem outras possibilidades, é um espaço onde se podem, mas isto funciona também para os homens, um espaço onde se pode ser autentico e onde se pode partilhar o que se quiser, mas eu acho que isto é universal, tanto para os

homens como para as mulheres, falta-nos isso culturalmente, não é? Perdemos essa possibilidade, que é a possibilidade de nos relacionarmos de uma forma mais autêntica, não é?

*P: No outro dia, uma entrevistada referia que mais do que regresso ao feminino na mulher, que o que está em questão é o regresso ao feminino, por parte de todos os seres vivos. O que lhe parece esta abordagem?*

E7: Sim, de certa forma sim, faz-me sentido que os homens também. Às tantas, esta história, às vezes também digo que esta história do feminino às tantas já nem é uma questão de género, porque os homens também têm um lado feminino e que também foi negligenciado durante milhares e milhares de anos. Por isso sim, faz-me sentido a emergência de um feminino, que tanto pode ser num homem como numa mulher. Mas, ao mesmo tempo, nós mulheres também temos de descobrir o que é ser mulher. Para mim, são duas coisas paralelas, não é uma ou outra. Também não sei o que essa pessoa quis dizer com o que disse. São duas coisas que me fazem sentido em paralelo porque, de qualquer forma, nós somos mulheres nesta sociedade. Também somos seres humanos, mas somos também mulheres.

*P: Fazia apenas uma última pergunta: existem ciclos que não estejam ligados à espiritualidade?*

E7: Mas o que entende por espiritualidade?

*P: Começa logo aqui [risos, ambos]. Utilizaria num sentido muito geral, tal como é utilizado na atualidade.*

E7: Só explicar o meu conceito de espiritualidade: para mim fazer trabalho interior é fazer trabalho espiritual. Porque para mim, qualquer ligação a um trabalho maior, que para mim existe, para além do nome que se queira dar. Este contacto com algo maior é feito sempre a partir de dentro. E este trabalho interior pode ser feito de muitas maneiras. Tenho um professor que diz: a nossa maior forma de sermos espirituais é sermos autênticos, é trabalharmos a nossa própria autenticidade. E isto faz todo o sentido para mim. Portanto, o trabalho que é um trabalho espiritual é um trabalho sobre

mim própria. Portanto, dentro de cada um dos círculos que faço, o trabalho espiritual é sempre um trabalho sobre cada um dos participantes. Será, assim, sempre espiritual. Espiritual nunca é uma coisa que não tenha a ver conosco. Tem a ver conosco, é tão direto, tão claro.

*P: E se colocasse, e eu sei que é algo altamente debatível, o espiritual como algo ligado necessariamente ao divino?*

*E7: Mas, neste caso, também é ligado ao divino. Porque o divino expressa-se, na minha opinião, através de cada um de nós. Todo o trabalho que limpa a nossa ligação ao divino, que está em todos nós, mas que está entulhada de tudo o que é a nossa história, e de coisas que não são nossas e que vêm da nossa ancestralidade, e de coisas culturais e sociais, é limpar, que a ligação está lá. Agora, se nos referirmos a um deus ou a uma deusa, os meus círculos não são sobre um deus ou uma deusa. São sobre o ser humano enquanto um canal para a ligação a algo maior.*

*P: MUITÍSSIMO OBRIGADO.*

## Entrevistada Nr. 8 (E8)

Data: 22 de abril de 2017

Faixa etária: 40-50 anos

Nacionalidade: Portuguesa

Formação: Farmácia e Gestão

*P: Considera que o problema ambiental é um problema grave?*

E8: O problema ambiental é um problema de moda. E, portanto, é uma moda. Todos sabemos que, numa sociedade cada vez mais industrializada, garantidamente, vai haver maior poluição, por aí fora, não é? Agora, ou se pega no assunto como uma questão quase enraizada, em que cada um acha que o problema é do outro, ou ninguém vai resolver nada do problema ambiental.

*P: Então não considera que seja um problema grave, que é um problema de moda?*

E8: Eu acho que é mais um problema de moda.

*P: E mesmo tendo as principais equipas científicas da atualidade apresentado conclusões em sentido contrário?*

E8: Mas o problema ambiental enquanto poluição ou enquanto mudanças climáticas?

*P: Em termos gerais.*

E8: É um problema que temos de pensar nele, até em termo dos lixos etc, etc, que é uma coisa individual de cada um, mas também, mas também, é um problema global de moda.

*P: E considera que se encontra a ser abordado de forma adequada pelas autoridades, em Portugal?*

E8: [pausa] supostamente, em termos de Ministério de Administração interna, talvez?

P: *Em geral...*

E8: Deve haver diretrizes europeias que depois têm de passar para Portugal e aqui ser implementadas, certo? Na teoria é assim que funciona. Na prática, não sei se o cidadão comum tem grande noção se são aplicadas.

P: *Então considera que o problema ambiental se encontra a ser abordado de forma adequada pelas autoridades?*

E8: [pausa] se quiser pegar na parte dos lixos, eventualmente poderiam pôr em termos locais, as câmaras serem mais rígidas, com regras mais apertadas. Peguei nos lixos, portanto, agora vou continuar com os lixos. Há países europeus em que, quando se põe o lixo, tem de se pôr uma etiqueta com código de barras. A pessoa, ao pôr aquilo assim, não paga. Se não puser com código de barras e puser tudo junto num outro lado, cada casa tem um imposto. Isto é uma medida para as pessoas, democraticamente, passarem a separar o lixo. O que aqui não é feito, certo? Aqui, localmente, por câmaras, vão pondo por dias, por sítio, por contentor, etc, mas depois não há um controlo efetivo da coisa. Ou seja, se eu fizer e tu não fizeres, não és penalizado.

P: *E a sociedade civil em Portugal, tem uma postura adequada em relação à questão ambiental?*

E8: [pausa] com a mentalidade dos portugueses, em as coisas é mais de uma regra imposta em que as pessoas têm de fazer ou a parte ambiental vai andar toda muito mais devagarinho. Não é porque se diz, ou porque é bom ou etc, que isto avança. Ou há regras apertadas ou isto não avança. A história do CO<sub>2</sub>, dos carros ou disto ou daquilo, já viu muita gente a mudar de carro por causa da poluição, para os elétricos? Então qual é a efetividade da coisa?

*P: Já ouviu falar em pensamento sistémico e em modelos de sistémica aplicados ao problema ambiental enquanto um problema complexo?*

*E8: [pausa] o pensamento sistémico é um pensamento global [pausa] mais transversal [pausa] que entra a fundo na... não, isso é o contrário do que eu estou a dizer... mas é... se eu sistemicamente for tratar... tenho de tratar do principio ao fim, não é tirar o pó e não ir ao fundo da questão... [pausa] Para mim o sistémico é o global, daquele contexto, ter de se saber de tudo.*

*P: Faz-lhe sentido falar-se em biocentrismo? Ou seja, da equiparação do homem e ecossistemas, conhece o conceito de biocentrismo?*

*E8: Esses conceitos fazem todo muito sentido, só que na prática não é bem assim. Nós estamos aqui, agora deitamos os prédios todos a baixo e deixamos crescer as árvores e depois ficamos a dormir ali debaixo do não sei quê... isso tem de ser tudo com peso conta e medida... não me parece que seja assim... é uma teoria bonita...*

*P: Considera que existe uma lógia de hierarquia entre mulheres e homens?*

*E8: Está na moda agora a igualdade de género, não é? E os géneros nunca vão ser iguais, por isso não sei para que querem a igualdade de género, ponto número um. Depois, acaba por ser norma entre aspas europeia, a questão das mulheres ganharem menos do que os homens, na sua maior parte, e depois em termos de igualdades de chefia e de grandes hierarquias, há um número agora, uma percentagem que tem de ser de mulheres, eu concordo em pleno, pois assim tenho mais hipóteses de lá chegar, não é? Fazendo aqui uma brincadeira com a coisa, não me importo nada pois assim calha-me a mim e, portanto, tudo bem. Agora, em termos de hierarquias e de lideranças, é por aqui, não é? Sendo, em Portugal, os homens, durante séculos e séculos a liderar, eu acredito, porque homem e mulher são diferentes, as mulheres, se forem equilibradas, com bom senso e justas, vão liderar melhor do que os homens.*

*P: Porquê?*

E8: Porque os homens fazem naturalmente apenas uma tarefa de cada vez e as mulheres têm uma visão maior. Por outro lado, pela parte maternalista da coisa, acabam por ter uma preocupação mais de todo e com as várias pessoas, percebe, mais preocupação com as várias pessoas [*repetição*] e que as coisas funcionem num global... de uma maneira geral, é óbvio que há homens ótimos e mulheres ótimas, concordo que, maioritariamente, atualmente, são os homens, mas começam já a ver-se algumas mulheres em termos de topo.

*P: Então, de alguma forma, reconhece que existe uma lógica de hierarquia que superioriza os homens, de uma forma sutil, em relação às mulheres?*

E8: Pela história, e não nos pudemos esquecer da história, existe a lógica de hierarquia. Há, também, em termo europeus e mundiais, uma tendência de se querer mudar essa questão. Temos o exemplo agora do Guterres, pôs as outras duas já em postos maiores, e as Nações Unidas vão também nesse sentido.

*P: Considera que em Portugal as mulheres são vítimas de estereótipos de género?*  
Eu, de tudo o que tenho feito na vida, não consigo responder a isso. Ao meu nível eu não acho. Ao meu nível, não acho. Mas eu acredito, porque, ao longo do meu percurso já apanhei estruturas diferentes [*pausa*]. Em profissões em que a escolaridade mínima seja até ao nono ano, vê a questão que está a dizer. Em pessoas com mais literacia, penso que já se esbate mais. Eu penso que é por aqui. Embora, volto à mesma questão. Vou dar o exemplo de que toda a vida ouvi. Eu, pelos vistos, vivi desde os cinco anos no distrito da fome, em Setúbal, e eu toda a vida disse isto, e eu à minha volta vi fome, portanto, não é? Isto exemplifica a tal questão. Há de certeza absoluta, mas ao meu nível, eu nunca vi. Mas acredito que haja.

*P: Ou seja, pelo que está a dizer, a afirmação de que as mulheres portuguesas são vítimas de estereótipos de género reporta-se*

E8: A estratos com menos estudos e com profissões ali à volta do ordenado mínimo, nomeadamente zonas fabris, etc. aí acho que há de certeza.

*P: E a sociedade portuguesa é sensível a estas questões de género?*

E8: Voltamos à moda. Nós, como país europeu, gostamos também de ir na onda e, então, acho que começa a ser ou, então, se não lhe apetece muito ser, que remédio tem senão ser? Agora, se eu acho que não há igualdade de género, porque é que eu quero isso? Porque é que eu tenho de ser igual a vocês? Não é? Agora, porque é que eu preciso disso?

*P: Creio que se confunde muito a questão da igualdade de género com o problema da desigualdade de direitos*

E8: Sim, então embrulham aquilo tudo e vamos todos atrás. Mas não quero saber disso para nada.

*P: Homens e mulheres não são iguais...*

E8: Não são iguais, porque é que eu tenho de ser igual. E a outra questão é que eu venho muito cansada, e os filhos e a casa e não sei quê. Mas tudo é uma opção, é tudo uma questão de escolhas e de opção. Não é? Desde o companheiro ajudar ou não, se tenho uma empregada ou não, é uma questão de olharmos e percebermos o que se pretende. Não nos temos é todos de vitimizarmos.

*P: E achas que vivemos num patriarcado, em Portugal?*

E8: *[hesitação]* num patriarcado, mas quê, as famílias em si?

*P: Também as famílias, por outras palavras, se vivemos numa sociedade dominada pelo homem?*

E8: *[pausa]* não sei mesmo. Acho que a grande coisa que falam que é o homem que vai para o trabalho e manda muito é porque em casa quem manda é a mulher. Não é? E o contrário, quem é muito mais suave em termos de homem no trabalho é porque em casa manda ele. Portanto, se a gente fizer as contas, ela por ela, deve dar 50% para cada um *[risos]*. Para mim é isto. Bom, mas isto tinham de ser feitos uns inquéritos, também por ali fora que, por exemplo, famílias numerosas, ricas, eventualmente mais para o

norte, o matriarcado é que domina, normalmente. Normalmente é a avó e anda ali tudo à volta da avó, com seis ou sete filhos e depois não sei quantos, essas sociedades são normalmente assim, não é? Até porque está sempre aquela história de que atrás de um grande homem está sempre uma grande mulher.

*P: Atrás...*

E8: Por atrás aí daria o patriarcado, mas não sei. Estou convencida que grandes famílias, e quando digo grandes famílias endinheiradas, eu não estou a falar de novos ricos que de família não têm nada... não é? Estou a falar é daquelas famílias antigas, com nome de não sei quantas gerações, eu acho que por aí é mais matriarcado.

*P: Faz-lhe sentido a continuação de movimentos feministas em Portugal?*

E8: Eu sou contra os movimentos feministas, não me faz sentido nenhum.

*P: E já ouviu falar em ecofeminismo?*

E8: Não.

*P: E faz-lhe sentido falar-se de uma relação especial da mulher à natureza?*

E8: Para mim isso é tudo fantasia. Deve haver uma relação especial à natureza tanto das mulheres quanto dos homens, quanto dos animais. Garantidamente vivemos muito mais em paz se tivermos uma maior aproximação à natureza e estivermos menos agarrados aos computadores. Na generalidade, não só para a mulher, mas para todos, para o ser humano.

*P: Considera que ao realizarem-se projetos, planos de ação, diretrizes políticas e desenvolvimento da sociedade civil, deve atender-se ao princípio da valorização da voz das minorias?*

E8: Global, em qualquer tema?

*P: Sim. Sim.*

E8: Saber ouvir é uma grande virtude e, portanto, ouvir as minorias deve ouvir-se e, depois, saber filtrar-se para se replicar ou não ou aproveitar-se alguma coisa. Eu sou de se ouvir primeiro as pessoas antes de se decidir.

*P: E no que respeita à obtenção de soluções, pensa que deve haver uma sensibilidade especial no que respeita a questões de género, nomeadamente quando se fala em planos de ação e diretivas políticas?*

E8: Acho que as questões devem ser resolvidas, em particular, e não apenas porque são referentes ao género feminino e aos feminismos.

*P: Muito obrigado pela sua disponibilidade.*